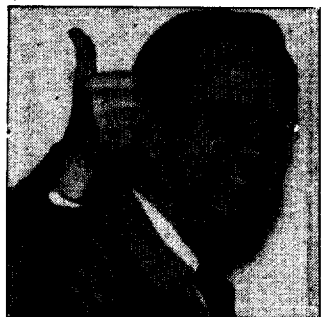




"IRANGATE"

McFarlane terá
tentado suicidar-se

Págs. 12 e 13

**Revista soviética
lança alerta
a Gorbatchev**



**Velha guarda do Kremlin espera
oportunidade do contra-ataque**

Págs. 12 e 13

Diário de Lisboa

ANO 66

N.º 22 286

Terça-feira, 10 de Fevereiro de 1987

Preço 40\$00

**Tentativa de alargar questão das frequências
às competências do Governo e do CCS**

RENASCENÇA PASSA A CONTESTAR TUDO NA "LEI DA RÁDIO"

A Rádio Renascença passou a «transmitir» o seu ponto de vista sobre a questão da Lei da Rádio num «comprimento de onda» diferente, provavelmente tentando levar a contestação mais longe e mais fundo. A sua posição está contida num documento enviado aos deputados, a escassos três dias da nova votação do controverso diploma, visando a sua ratificação, ou não, pelo Parlamento, depois do veto presidencial. Neste documento, a

Rádio Renascença contesta profundamente o próprio Conselho da Rádio, fazendo a tónica no esvaziamento de poderes do Governo que a sua consagração representaria e vincando que as mesmas consequências seriam extensíveis ao próprio Conselho de Comunicação Social. Ainda segundo a Renascença, e indo ao encontro do ponto de vista governamental desde o início, tratar-se-ia de uma lei inconstitucional.

Pág. 7

**Greve contra negligência
do Ministério da Educação**

Velório pelas Belas-Artes

Depois do Conservatório Nacional é a Escola Superior de Belas Artes (cursos de Design e Artes Plásticas) que manifestam com uma greve de três dias, a partir de hoje, com diversas manifestações (velório incluído), o seu repúdio pelo ostracismo a que as autoridades a votaram. Mais uma prova de que neste país de doutores as artes são pouco consideradas.

Pág. 6



Medindo os tremores de terra

Os sismos são dos desastres mais devastadores — e a sua previsão uma das mais arriscadas aventuras. O Canadá ainda não sofreu grandes perdas de vidas provocadas por tremores de terra, mas o controlo que faz da actividade sísmica poderá um dia ajudar os cientistas a reconhecer os sinais avisadores da destruição. Os resultados de um bem sucedido método de previsão far-se-á sentir em todo o mundo.

Robert Wetmiller passa a maior parte do seu dia a observar um conjunto de equipamentos no Centro de Sismologia e Fenómenos Sísmicos em Otava, que vigiam todo o mundo.

No andar superior das instalações há uma sala cheia de computadores; junto à porta do seu gabinete situa-se a sala de processamento de dados onde se tenta dar um sentido à informação fornecida por esses computadores.

Toda essa maquinaria procura detectar tremores de terra, e os seus instrumentos são tão sensíveis que, como diz o sismólogo Wetmiller, «por vezes gravam vibrações provocadas por algum camião ruidoso».

O Canadá nunca teve uma catástrofe sísmica de grandes proporções, mas no campo do controlo sísmico esse facto é pouco relevante.

O equipamento está preparado para gravar vibrações subterrâneas que ocorram em qualquer parte do mundo. Tal como outros centros de controlo, Otava detectou sinais da erupção que atingiu a Cidade do México em Setembro, fazendo milhares de mortes e devastando grande parte daquela cidade superpovoada.

O choque afectou uma área de 310 mil milhas quadradas, mas esteve longe de ser o mais mortífero: um sismo ocorrido em 1976 na Guatemala, matou 22 mil pessoas, e nesse mesmo ano um outro aproximadamente da mesma intensidade em Tangshan, China, deve ter feito nada menos de 665 mil mortos.

O conhecimento existente das catástrofes mais antigas apenas mostra terem sido igualmente gravosas para a vida humana — uma erupção na Argélia, em 1717, com 20 mil mortos; em 1755 em Lisboa com 60 mil e um sismo ocorrido na China em 1556, de longe o mais mortífero de sempre, em que se registaram 830 mil vítimas.

Mas embora os tremores de terra sejam historicamente a catástrofe natural mais devastadora, existe uma surpreendente falta de conhecimento sobre as suas origens e actividades.

Até há pouco tempo eram considerados sinais de Deus. A explicação actualmente mais generalizada é que são

o resultado de movimentos de vastas secções da crosta terrestre.

A teoria das placas tectónicas ainda não é aceite universalmente, com alguns indícios recentes de que os factores ambientais também podem interferir nalguns casos. Mas mesmo aqueles que aceitam a teoria tectónica ainda têm que descobrir como usar as suas propriedades por forma a prever onde ocorrerá o sismo seguinte.

Mas Wetmiller afirma que os enormes avanços na tecnologia dos computadores aumentaram as possibilidades de detecção dos abalos e incrementaram grandemente a quantidade de informação que deles pode ser extraída.

A vantagem dos computadores está na sua precisão e sensibilidade. A diferenciação entre os sismos reais e as vibrações de um camião ou de uma explosão subterrânea numa mina longínqua, faz «parte do processo em causa», diz ele.

Em Setembro, contudo, os computadores estavam preparados para a detecção de abalos de baixo nível e a grandeza do sismo mexicano sobrecarregou-os de tal forma que tornou difícil a sua posterior análise.

O México está localizado próximo da junção de várias das placas em que se divide a crosta terrestre. Pensa-se que os tremores de terra ocorrem quando desliza uma das secções da crosta. O movimento é de apenas poucas polegadas, mas a energia libertada produz ondas de choque que são transmitidas até à superfície.

É essa libertação de energia que é medida pelos computadores de Wetmiller. As formações rochosas abaixo da superfície são suficientemente elásticas, para permitirem que a onda de choque passe através delas sem se fraturarem.

Quando as partículas de rocha são agitadas pela força do choque, vibram em todos os sentidos. O computador é capaz de detectar e seguir esses movimentos em toda a sua duração.

A mesma linha da placa que passa por Los Angeles e S. Francisco — a falha de Santo André — passa ao longo da costa canadiana do Pacífico. Foi

aqui, que se deu o maior abalo de sempre da história do país, em 1947, com uma intensidade de oito na escala de Richter.

O sismo no México registou a mesma intensidade, mas no Canadá as vítimas foram mínimas. A disparidade deve-se à concentração da população: a Cidade do México abriga uma população estimada em 14 milhões de pessoas; enquanto pouco mais de milhão e meio habitam a província canadiana de Colúmbia Britânica.

EM 1929 vinte ou trinta pessoas morreram afogadas quando uma «tsunami» varreu a costa leste da ilha da Terra Nova. «Tsunamis» são enormes ondas oceânicas que acompanham os tremores de terra, mas a Terra Nova está longe de qualquer zona sísmica conhecida.

Uma vez que a população dos países em vias de desenvolvimento tende a ser muito maior que a das nações industrializadas, e concentrada em áreas mais pequenas, os tremores de terra são aí muito mais devastadores.

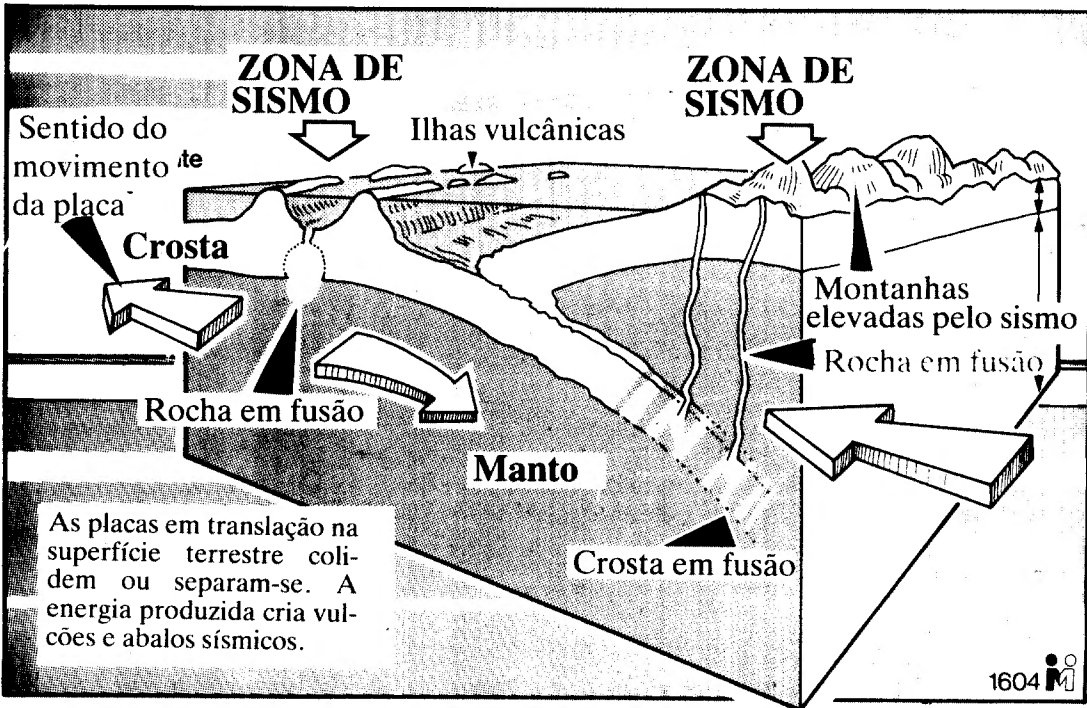
Algumas das maiores cidades ocidentais — como as do sul da Califórnia — estão localizadas em zonas sísmicas, e muitos sismólogos predizem que é apenas uma questão de tempo até que ocorra outro abalo como aquele que devastou S. Francisco em 1906.

O dr. Alan Green do Ministério da Energia, Minas e Recursos canadiano pensa existir um risco potencial de que a costa oeste — particularmente a ilha Vancóver em cujas proximidades se encontram os maiores centros populacionais — venha a sofrer um sismo de grandes proporções.

«Uma vez que a ilha Vancóver tem as mesmas características que ertas partes do mundo onde, nos últimos 100 anos, se deram grandes tremores de terra — por exemplo no Chile e na Indonésia — é provável que venha a ocorrer um abalo de grandes proporções por baixo da ilha», diz ele.

Foram propostos vários métodos de prevenção de sismos, tais como introduzir água sob pressão ao longo de uma falha por forma a lubrificar a junção, ou fazendo detonar estrategicamente cargas atómicas por forma a libertar as tensões antes de se tornarem excessivas. Os especialistas em abalos sísmicos como Wetmiller não prevêem que tais métodos venham a ser tentados num futuro próximo. Antes que muito mais investigação seja realizada — dizem eles — os riscos de tais empreendimentos são demasiadamente grandes. — GEMINI.

COMO ACONTECEM OS TREMORES DE TERRA



Norberto Pardelha
23 anos,
estudante (12.º ano — Letras)
— trabalhador (operário químico)

"Posso acreditar nas coisas sem haver Deus"

Tem estado nevoeiro nestes últimos dias. Essa história do D. Sebastião se ter perdido no nevoeiro diz-te alguma coisa?

— Sim, é um mito que representa o que as pessoas desejam e não alcançam.

Será que é necessário personificar os desejos num salvador?
— É uma tendência que temos: projectamos os nossos ideais numa pessoa só.

Achas isso bom ou mau?

— É bom no sentido em que essa pessoa é o líder de um partido e tem por trás dele uma estrutura organizada. E é mau se só fizer demagogia.

Quer dizer: ficamos milhões dependentes de individualidades?

— Não tanto assim, porque à volta desses líderes congregam-se vários esforços. Acho de facto que é preciso que exista gente com carisma, para poderem movimentar multidões.

O D. Sebastião é uma figura da esperança, surgida de uma derrota. Pode haver esperança sem lhe anteceder o desespero?

— Pode. O homem deseja sempre mais qualquer coisa, material e espiritualmente. E isso acontece mesmo com os desiludidos.

Deixemos o pobre do Sebastião. Que ideia fazes de Deus?
— Deus deixa-me na dúvida. Precisaria de ter razões para ter fé e não as tenho, precisaria de ter necessidade para crer mas também não tenho.

Há quem pense que para se poder acreditar nas coisas temos de acreditar em Deus. O que achas?

— Eu por mim posso acreditar nas coisas sem haver Deus. É com elas que vivo todos os dias!

Acreditas em quê, por exemplo?

— No amor, na amizade...

Apontas esses dois porquê?

— Porque são sentimentos que me dão bem-estar e paz de espírito, tornam a vida agradável. Fico de bem comigo e com os outros.

QUANDO LISBOA PENSA

J.M. Monarca Pinheiro

«Estar em minoria de um, mesmo em minoria de um, não era sintoma de loucura. Havia verdade e havia mentira, e não se está louco porque se insiste em se agarrar à verdade mesmo contra o mundo inteiro.»

George Orwell

Da honestidade na política

Contra os pretensos políticos-astrólogos que teimam em profetizar a morte próxima do PRD, afirmo (independentemente de o PRD vir ou não a morrer, coisa que me preocupa, mas não tanto que pense que daí possa vir um grande mal ao mundo), parafraseando alguém tristemente célebre, que é mais difícil um político corrupto entrar no reino dos céus do que um camelo passar pelo buraco de uma agulha.

Posto isto, como se verá, não é absurda a questão da honestidade na política, como não é anómala a pretensão de um general querer influir na definição dos rumos de um país, através da liderança democrática de um partido que defende a honestidade na política.

Então, porque razões ou sentimentos, um dos ideais mais caros ao PRD é tão atacado? Será que a desonestidade na política é que é e deve continuar a ser a regra? Ou será que é só por o PRD assumir tal ideal que as baterias da esquerda e da direita fazem alvo das suas intenções? Ou será medo? Ou será doença? Ou será que o PRD é já visto como a morte anunciada de alguns deuses menores auto-convencionados da sua omnipotência?

Era bom, para alguns, que fosse possível abolir a História e escrevê-la segundo a sua visão e não segundo os factos —

a maneira do «1984» de G. Orwell. Mas, os factos abundantes da História Portuguesa recente são de tal modo significativos e livres que, de momento, é impossível abolir os porque estão escritos na memória dos homens vivos.

Dos golpes e contragolpes, dos bombismos, roubos, corrupções e ilegalidades; de políticos e parapolíticos, governantes, gestores e polícias permissivos; de empresários, dirigentes e trabalhadores oportunistas, de direita ou de esquerda, estão os últimos treze anos da História Portuguesa a abarrotar.

Como assim, não será pertinente a questão da honestidade na política? Se ela é possível ou não, os homens que a defendem e querem realizar no espaço e no tempo da História, dirão. Isto não quer dizer que os homens do PRD sejam os únicos que a defendem e querem. Isto quer dizer que é o PRD que, como espaço de homens livres politicamente organizado, mais quer responsabilizar-se pela realização material daquele ideal.

Assim, não são os políticos honestos dos outros partidos que estão a ser atacados quando defendem a honestidade na política, porque por si sós são inofensivos, mas é o PRD como estrutura partidária, que é alvejado a todo o momento pois, este partido passou a constituir um sério perigo para aqueles que apenas vêem na política um ininterrupto banquete de grandezas, das quais se servem a seu belo prazer.

Do jornalismo político

É assim que, à esquerda e à direita, os analistas ou comentaristas de serviço nos jornais de maior audiência (entre os quais se contam os semanários), rara é a semana em que não encontram motivo para despejar as suas angústias sobre o PRD e o gen. Eanes, tentando com as suas palavras, de crítica lúcida algumas vezes ou de crítica depreciativa a maior parte das vezes (raçando o mau gosto e o ridículo), influenciar a opinião pública acerca do que é e do que se pode esperar deste partido, acerca do que foi e do que não se deve esperar da prática política do gen. Eanes.

Não atendendo de imediato às sereias concertadas dos detractores profissionais, que em orquestra pretendem dirigir à distância os cérebros incautos, é-me possível separar o trigo do joio e destacar três analistas — Eduardo Prado Coelho, Augusto Abelaira e José António Saraiva — os quais, pese embora a minha discordância quanto a algumas das suas análises políticas, parecem-me ser três diferentes defensores da honestidade na (análise) política, não poupando, quando lhes apraz, o PRD e o gen. Eanes nas suas críticas contundentes, legítimas mas, por vezes, duvidosas...

Influenciar a opinião pública tem sido, para além do valor reflexivo dos seus textos, o objectivo das críticas, análises, comentários, etc., políticos, de cada um dos jornalistas que se entregam a estes exercícios de interpretação dos factos, ou de adivinhação da tendência dos factos.

Os seus discursos, incisivos, mordazes, imaginativos, de-

monstrando o seu poder de escrever, o seu poder de ler (nem sempre bem...) a situação política corrente, mostram simultaneamente aquilo que querem esconder, isto é, são discursos-guias, recados cozinhados com todos os condimentos para públicos famintos de orientação, confirmação, negação. E, os jornalistas em questão têm profunda consciência disto. Sabem o que escrevem, para quem escrevem e o impacto que querem obter com as suas palavras.

Diria que, um pouco absurdamente, estes **escritores maiores de Portugal** com sede em Lisboa, pretendem mais, ser **condutores de opiniões**, do que formar a opinião pública, isto é, quem ser e sô, uma espécie de **parcos políticos** (itinerantes através do Jornal) esperados com ansiedade à quinta, à sexta e ao sábado (no clube, na sociedade recreativa, no partido, na repartição, no café, nos lares, etc.) a fim de, por um lado, acalmarem os ânimos, convencerem os incredulos, juntarem os dissidentes; por outro lado, estabilizarem as consciências, garantirem segurança, incutirem força; e ainda, por outro lado, fazerem o elogio do chefe, apelarem à união contra os infiéis, decidirem da guerra santa.

Estes condutores de opiniões, mesmo os órfãos (os sem pai e mãe políticos), devem conscientemente às suas fontes a água com a qual alimentam os **parquianos da Galaxia de Gutemberg**, água bebida sofregamente, porque estando programados todos dizem: desta água beberei.

Porém, o mais interessante no meio disto tudo, é a inconsequência prática deste **correio político** pois, num país de analfabetos absolutos uns, parciais outros, relativos muitos, (inépcia propositada nossa, infelicidade estúpida), absentista quanto à compra de jornais e cada vez mais devorados de imagens rádio-televisivas, os recados em código ou a clareza do verbo vão

sobretudo alimentar os consumidores sectários ou os leitores profissionais e, em menor grau, os distantes, os que lêem por cima, muitas vezes, sem darem por isso, rastejando...

Para todos eles, estes intelectuais do jornalismo político lisboeta ditam as modas e os modos. Sacerdotes de modelos (de estilo de mensagens, de pensamentos), sem quererem ou querendo decididamente, estão a alimentar a cristalização intelectual que grassa no País de norte a sul, do litoral ao interior. Este jornalismo político de características neo-barrocas com áreas de profundidade, grandeza, ou aristocracia, pretensamente (ou realmente?) conhecedor dos Mistérios de Lisboa, é um jornalismo de feiticeiros para aprendizes que, à força da **mesmice** está condenado a viver dos fiéis-defuntos, isto é, só produz feitiços para uso de enfeitados — um jornalismo que, no mundo em combustão das ideias pensadas, mais se repete do que inova.

Volto agora às questões que me motivaram a escrever estas linhas — a honestidade na política na sua relação com o gen. Eanes. E porque? Porque o gen. Eanes e o PRD desde que se começou a falar na criação deste Partido, têm sido os alvos preferenciais daqueles **paladinos da irreverência salaia**, com cheirinho a ideologismos, urbanidades e até nacionalismos, quem diria... Bater no gen. Eanes e no PRD parece ser um ponto de honra em que todos estão de acordo, que não nos argumentos. Porém, todos concordaram noutro ponto: o PRD deve acabar, e o gen. Eanes deve ir para casa.

Mas, entretanto, o gen. Eanes parece não querer ir para casa e o PRD existe defendendo a ética na política, não à maneira dos géometras mas à maneira dos políticos não permissivos.

O caso é complexo e merecia, talvez, o divã do psicanalista. No entanto, à falta de melhor, lanço mãos à obra, a qual pretende ser curta mas conclusiva (sem fe-

chamentos).

Para os condutores da direita portuguesa do pós 25 de Abril o gen. Eanes enquanto Presidente da República deveria ter-se assumido como um Salazar da Democracia, títiro no poder comandado à distância pelos donos do País.

Para a esquerda democrática o gen. Eanes deveria ter-se assumido como um Presidente da República maleável e permissivo aos interesses dos novos-ricos e da nova classe política.

Para a esquerda revolucionária o gen. Eanes começou por ser um Pinochet à portuguesa: hoje não sabemos o que é a esquerda revolucionária, muito menos o que ela pensa do gen. Eanes.

Para todos, o **gen. Eanes tem sido uma espécie de Édipo involuntário** que os órfãos mentais do antigo regime, e os autores da democracia subvertida, através do chamado 4.º poder, pretendem a todo o custo abater, para, como é óbvio, poderem livre e abusivamente transformar o País segundo os seus desígnios.

Contributo aparentemente forte para o abatimento da figura política do gen. Eanes, tem sido dado pela falta de honestidade na análise política, por parte de muitos jornalistas ao serviço, não do jornalismo, mas da força política que melhor defende os seus interesses, ou da histeria mental a que muitos são propensos.

Entre estes homens (os do Poder e os porta-vozes) os quais se pretendem sábios da ciência política, têm crescido duas doenças que designo por: **fobia castrense** e **ético-fobia**, as quais, vêm marcando patologicamente os seus discursos e actos. O gen. Eanes e o PRD não são alheios a estas afecções, estando, particular, mas involuntariamente, na origem do crescimento destes males do discurso e do comportamento, sendo, logicamente, objectos da sanha dos doentes.

Percebe-se porque. É que, quando Lisboa pensa... não há honestidade na política nem político honesto que a convença.

TELEGRAMAS

Antunes da Silva

1

Cada vez que aqui chego e saio à rua, o mesmo dilema se me põe: ou fixo com atenção o caminho que piso lentamente, ou, se torno à paisagem circundante, desequilíbrio o corpo ou torço um pé, eu e toda a gente que disso se queixa, nas andanças por certas vias dolorosas que esta Évora tem, há séculos moendo-se na tentativa de ser, como é, uma, fisicamente característica e insuspeitada, beiga e asseada, mas que tem activamente as ruas mais mal andadas da Ibéria...

Amuado com estas léguas de terra que brigam com a volta do desterro, sinto-me um pouco peado na minha consciência. A planície é paisagem e voz ao mesmo tempo. Eu sei. De vez em vez afina-me os ânimos da imaginação, instrui-me a leveza do pensamento, faz-me escrever como se falasse para um Deus afável, de rosto igual ao de Sócrates, talvez mais envelhecido. Mas noutras alturas, o frio do Inverno ou o sol quente do Sul, trans-

formam a epiderme da planície e então é vê-la friorenta ou a suar, consoante as estações do ano, mas sempre perfumada da higiene dos ventos que passam. E no meio das mágoas e dos desencontros que tenho com ela, hoje parece-me que está a ser baptizada de novo à beira de um chafariz, onde se vêem os padrinhos que são o Sol, o Vento e a Chuva, que lhe alimentam o dorso moreno.

A última vindima, apesar das

trovoadas que ocorreram em Setembro do ano passado, vingou assim assim, e já as cepas, tisanadas e comovidas, depois do generoso parto, se preparam para receber o abençoado sumo das águas de Fevereiro. É por isso que depressa me reconcilio com estes termos, como um vagabundo que desiludido com uma tempestade que caiu, anseia que outra venha, só pelo simples motivo de poder lavar a vista ao sol da sua terra.

3

Com os frios e os vendavais da quadra, o escritor pobre hiberna. Não tem gás nem aquecedores eléctricos que possam prevenir logicamente as baixas temperaturas que aí andam e por mor disso se deita cedo. E com tanta coisa para descrever nesta época, senhores!

O escritor pobre espera a Primavera, que anda a incubar-se na humidade das alverças e no sortilégio destes caminhos de solidão.

Fixo os ermos, oiço corais à beira dos mENDROS, enamorado do Descampado; escuto o vento a rasar os alqueives, o trique-trique das ervas despontando no meio dos espaços livres, ao sol que desde há três dias aqui está — e logo creio que em Beja se arrecada o coração da saga alentejana, porque na argila vermelha dos seus barros a vida estua como em nenhuma outra parte do território transtagano.



Basílio Horta em pequeno-almoço

com jornalistas

"Governos minoritários são de vida curta"

Aurea Sampaio

Ao pequeno almoço costuma tomar apenas um sumo de limão sem açúcar e uma peça de fruta. Explica que, como inveterado fumador que é, precisa de compensar em vitamina C os malefícios da nicotina. Mas a acidez do cítrico não quebra a bonomia de Basílio Horta — um democrata cristão que se confessa apreciador das tertúlias e um pouco no stálgico dos grandes debates ideológicos dos tempos do PREC. Contrapõe ao «pragmatismo» da nova forma de estar na política (ou no poder?) o calor e a paixão do confronto das ideias e dos projectos. Recorda Adelino Amaro da Costa, o companheiro de partido tragicamente desaparecido no desastre da Camarate.

Mas é do agora que se fala neste pequeno almoço com os jornalistas. Recém-regressado à actividade partidária, depois de um retiro voluntário, em 1984, quando, no Congresso de Aveiro, perdeu no embate com Lucas Pires, Basílio Horta retomou no último conclave centrista, realizado o mês passado no Porto, lugares de relevo no partido. Eleito para o Conselho Nacional «pelas bases do partido», como faz questão de frisar, e membro do seu Conselho de Jurisdição, foi convidado pelo próprio Adriano Moreira para trabalhar no projecto de revisão constitucional dos centristas.

É um regresso em força que ele rejeita dever-se às movimentações e suspiros não só dos «piristas» mas de muito boa gente que agora não hesita em dizer que, afinal, Lucas Pires não era assim tão mau. Basílio Horta tem outro quadro. «O fundamental agora é reconstruir o partido, não numa perspectiva histórica mas prática. E nesta tarefa não se pode prescindir das pessoas que sempre estiveram com ele». Esta óptica entronca com a leitura que faz da actual situação política. Com efeito, o ex-vice-presidente centrista acredita na inevitabilidade de eleições antecipadas. Porquê? Fala da revisão constitucional que se aproxima e da legislação que é preciso rever. Isto, em seu entender, «aconselha uma outra composição da actual Assembleia da República». Além de que «o eleitorado devia ser chamado a pronunciar-se sobre os diversos projectos de revisão». Por outro lado, não rejeitando liminarmente a actuação do actual Executivo, considera que governar «não é gerir a conjuntura». «Neste momento o que está em causa — afirma peremptório — é mudar o país». Logo a seguir a tese de que isso não é possível obter com «governos minoritários que são de vida curta». Aposta, pois, totalmente, na bipolarização que assume sem complexos e que expõe: de um lado o bloco socialista liderado pelo PS — «força imprescindível e indispensável» — do outro o bloco hegemonizado pelo PSD. Mas sem submissões do CDS que deve pugnar por acordos que deixem bem claros os seus princípios. Sem receio de que o PSD venha a «engolir» eleitoralmente o seu partido porque o CDS tem um «espaço político bem delimitado tanto do ponto de vista nacional como internacional», Basílio Horta retoma sempre e sempre o tema da reorganização do seu partido. Com os olhos postos na governação. A Fundação Século XXI a dar uma ajuda? Pois claro, é o grande projecto da união do centro. Mas sem Freitas do Amaral a concorrer em listas PSD. Em nome dos princípios «a lógica seria que ele integrasse listas do CDS».

A visita do MAI a Espanha

EURICO DE MELO INTERESSADO NO FUNCIONAMENTO DA POLÍCIA POLÍTICA

Conhecer a estrutura e funcionamento dos serviços da polícia política espanhola, e um dos objectivos da visita que o ministro Eurico de Melo faz presentemente a Espanha — indicaram fontes do ministério do Interior do país vizinho ao correspondente da agência Lusa em Madrid.

O titular português do ministério da Administração Interna, instado pelo jornalista, recusou-se a comentar a informação, limitando-se a dizer que a organização dos Serviços de Informação portugueses estão determinados por lei e que a sua estrutura é conhecida pelas diplomatas legais e é similar à dos outros países da CEE.

ETA em causa

Eurico de Melo, que ontem manteve longas conversações com o seu homólogo de Madrid, José Barrionuevo, disse no final que o seu Governo não tolerará a presença de elementos da ETA militar em Portugal. Acrescentou, a propósito, a haver indícios de que membros daquela organização independentista basca utilizem actualmente o território português.

Inquirido sobre o mesmo tema, Barrionuevo considerou que elementos da ETA podem «ter tido a tentação em algum momento» de se instalar em Portugal, no caso de a si-

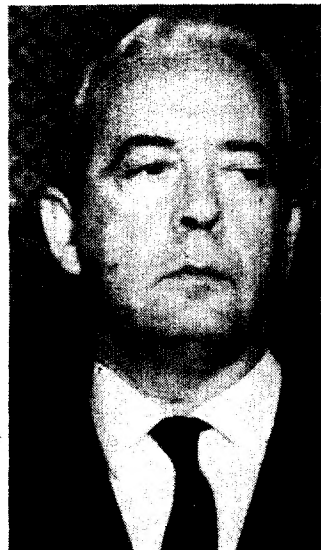
tuação dos militantes bascos, no sul de França, se complicar.

O ministro português afirmou, por outro lado, que os marginais e delinquentes de nacionalidade portuguesa que actuem em território espanhol, serão «perseguidos com todo o rigor da lei» pelas polícias dos dois países, tal como os espanhóis nas mesmas circunstâncias em Portugal. «Não podemos tolerar que o território espanhol sirva de alívio para os delinquentes fugirem à justiça do país», frisou Eurico de Melo.

Portugueses em Espanha

A situação dos nacionais portugueses que trabalham em Espanha foi também objecto das conversações entre os dois ministros, tendo Eurico de Melo solicitado a Barrionuevo «tolerância e flexibilidade durante algum tempo» para que a situação daqueles portugueses seja legalizada, de acordo com as regras comunitárias.

Residem oficialmente em



Espanha 27 mil portugueses, mas fontes do ministério espanhol calculam a existência de outros tantos em situação ilegal. Organizações como a Caritas consideram, todavia, que o número de portugueses clandestinos em Espanha é ainda superior ao calculado pelo Governo de Madrid.

Desde a aplicação da Lei de Estrangeiros em Espanha, legalizaram-se, até ao momento, cerca de 4 mil portugueses que ali residiam clandestinamente.

Em declarações à Lusa, Barrionuevo frisou que o seu Governo será «tolerante e flexível» em relação ao grupo maioritário dos portugueses

que exercem pacificamente a sua actividade em Espanha.

«Todavia — frisou — não temos contemplanções com os delinquentes».

O ministro espanhol disse terem sido expulsos de Espanha, em ano e meio, apenas 36 portugueses e, no futuro, funcionará um sistema de contatos para que as autoridades portuguesas sejam imediatamente informadas.

Recorde-se que pelo tratado de adesão à CEE, haverá livre circulação de turistas e trabalhadores entre os dois países, a partir de 1992, mas os respectivos governos pretendem adiantar algumas medidas que facilitem a circulação, inclusive através de facilidades nos controlos fronteiriços.

Acção anti-droga

Nas suas declarações de ontem, Barrionuevo disse estar prevista uma intensa acção contra o tráfico de droga, nomeadamente contra a via marítima de entrada da droga pelo sul da península.

Hoje, a delegação portuguesa, que inclui além do ministro, os comandantes da GNR, PSP e Guarda Fiscal e o director-geral do Serviço de Estrangeiros, visita a Academia Especial de Formação da Guardia Civil espanhola, instalada em Aranjuez, e, amanhã, a Academia da Polícia Nacional, em Avila.

Nada impede que o detido comunique com o seu defensor antes do primeiro interrogatório judicial

— defende um acórdão do TC

O «Diário da República» publicou ontem o acórdão do Tribunal Constitucional em que se pronuncia pela inconstitucionalidade do artigo do Código Processual Penal que prevê a não permissibilidade de o detido comunicar com o seu defensor, antes do primeiro interrogatório judicial, nos casos de terrorismo e criminalidade violenta.

O TC considera assim que o disposto nesse articulado contende com o da Constituição da República, segundo o qual «o arguido tem direito a ser assistido por um defensor em todos os actos do processo».

Conforme foi, na ocasião, largamente noticiado, o acórdão do Tribunal surge na sequência de um requerimento do presidente da República de apreciação preventiva da constitucionalidade de vários artigos do diploma. O TC pronunciou-se, desse modo, pela inconstitucionalidade da parte de um outro artigo do CPP, que permite as buscas domiciliárias ordenadas pelo

Ministério Público, no caso de «detenção em flagrante por crime a que a corresponda pena de prisão». Também este preceito, segundo se lê no acórdão, colide com o artigo 34º da Constituição que diz que não está em causa «qualquer valor que deva prevalecer sobre a garantia constitucional de reserva do juiz».

A disposição que autoriza o magistrado a impor ao arguido restrições à sua liberdade, em vez de prisão preventiva, se o crime imputável for punível com cadeia de máximo superior a um ano, foi também considerada inconstitucional. Sob o

argumento de que a privação da liberdade só é permitida em caso de «flagrante delito ou por fortes indícios de prática de crime doloso a que corresponda pena maior», o TC assumiu idêntica posição relativamente ao número do preceito que o prevê no CPP.

Actos instrutórios

Quanto ao número dois do artigo 27 do mesmo diploma, o Tribunal chegou à mesma conclusão através do número quatro da Constituição, que exclui a delegação pelo juiz de actos instrutórios noutras entidades quanto a actos que se prendem directamente com os direitos fundamentais. Idêntica medida foi de resto julgada para os números do artigo em que se prevê que o Ministério Público pode suspender o processo, se o crime em causa for punível com pena de prisão não superior a três anos ou com sanção diferente da prisão, com de-

terminados pressupostos. O argumento utilizado consiste na ideia de que a atribuição ao Mº Pº da competência para a suspensão do processo e imposição das injunções e regras previstas na lei sem a intervenção do juiz, viola os artigos 205 e 32 da Lei Fundamental.

O Tribunal declarou ainda inconstitucional a alínea do disposto que especifica os efeitos da contumácia (recusa de comparecer em Tribunal), dispondo que a respectiva declaração implica para o arguido a proibição de obter documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

Invocando o número quatro do artigo da Lei Fundamental, o TC argumenta que «não podendo qualquer pena envolver como efeito necessário a perda de quaisquer direitos civis, profissionais ou políticos, não pode a declaração de contumácia ter, como efeito necessário, tal perda».

DIPLOMATA PORTUGUÊS QUESTIONA ELEIÇÕES INDONÉSIAS

O representante português na 43ª. terceira sessão da comissão dos Direitos do Homem das Nações Unidas pôs ontem em causa as eleições gerais indonésias, marcadas para Abril, no que diz respeito a Timor-Leste.

O embaixador António Costa Lobo, chefe da missão portuguesa em Genebra, declarou que Portugal não põe em causa a realização de eleições em qualquer país do mundo, designadamente na Indonésia. Todavia, acrescentou, «não podemos aceitar que eleições, aliás chamadas administrativas, e que terão lugar em Timor oriental, possam ser exercidas como exercício do direito do povo daquele território de escolher o seu próprio destino».

Para o diplomata, o desrespeito do direito dos povos à autodeterminação é acompanhado, sistematicamente, pela violação de outros direitos humanos. Citou entre os direitos fundamentais violados naquele território, a liberdade e segurança individuais, a livre circulação, a liberdade de expressão, o direito à vida e o de não ser sujeito a tortura.

Para António Costa Lobo, «Timor Oriental», ocupado pela Indonésia, em 1975, «é certamente um dos territórios onde é mais fácil comprovar a negação do direito do seu povo de escolher o seu próprio destino».

Trabalhadores acusam administração da INDEP de querer destruir a empresa

«Nefasta, incapaz e desestabilizadora», foi a síntese da Comissão de Trabalhadores da INDEP (Indústrias Nacionais de Defesa), ao fazer, ontem, para os jornalistas, o balanço dos 26 meses de gestão do actual conselho de administração da empresa e na sequência do envio, ao ministério da Defesa, de um parecer sobre a eventual indigitação de um vice-presidente da administração.

Segundo a CT, a produção corrente da empresa, baseada em produtos que «remontam às décadas de 50/60», permite, «cada vez menos, manufacturar produtos concorrenciais em qualidade e preço pelo obsolescência da engenharia de processos (tecnologia, equipamento e métodos operatórios)».

Assiste-se, acrescentaram os representantes dos trabalhadores, a uma «deterioração, em contínuo crescente, da situação económica, financeira e técnica, tendo como acelerador a ausência de acções que perspectivem a sua inversão».

Entende a mesma CT que a administração da INDEP «não teve ainda a capacidade de assegurar a sobrevivência» industrial da empresa limitando-se a uma laboração de «plano global» e à perspectiva de recurso à possibilidade de aposentação antecipada dos excedentes de pessoal.

Estudantes timorenses

Os quatro estudantes timorenses com passaporte português que continuam retidos em Jacarta (capital da Indonésia) já foram alvo de tentativa de rapto, pelo que Portugal «poderá vir e ser chocado com a notícia de que desapareceram», alertou ontem em Lisboa o advogado dos jovens, João Loff Barreto.

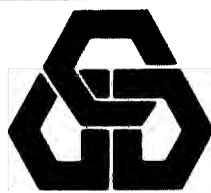
O causídico fez aquele comentário à saída de uma audiência que teve em Belém com o presidente da República. Loff Barreto disse que os quatro jovens, estudantes em instituições católicas de Jacarta, foram presos e torturados a estão retidos contra a sua vontade, embora tenham passaportes portugueses à disposição. No entanto, adiantou, ainda não possuem vistos de saída.

O advogado revelou que Mário Soares garantiu que iria contactar com o Governo no sentido de uma «política que dê os seus frutos, nomeadamente quanto à emissão de vistos para os quatro estudantes». «As autoridades indonésias poderão estar perante um dilema», comentou o causídico.

«Pax Christi»

Entretanto, o representante da organização «Pax Christi», Adrian Zoller, disse ontem que a Indonésia «usufrui dos apoios necessários» para «continuar a sua política de ocupação, repressão e de destruição da cultura local» em Timor-Leste.

Para Zoller, que representa aquela organização religiosa na reunião da comissão dos Direitos do Homem das Nações Unidas, que decorre em Genebra e que hoje discute a questão de Timor-Leste, a colónia portuguesa ocupada desde 1975 por Jacarta. Para Zoller, os apoios recebidos pela Indonésia não significam que ela tenha a razão pelo seu lado.



CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS descentralização dos Serviços de Crédito à Habitação Própria

Continuamos uma descentralização que permite maior rapidez e comodidade ao utilizar os nossos serviços. Os assuntos relacionados com novos pedidos de crédito para aquisição de Habitação Própria passam, também, a ser tratados nas seguintes dependências:

AMADORA
Av. da República, 32-A e
Rua Elias Garcia 362 A/C
2700 AMADORA
Tel. 494 87 31 - 493 78 22

BARCELOS
Praça de Pontevedra
4750 BARCELOS
Tel. 83 206

CALDAS DA RAINHA
Largo Dr. José Barbosa, 1
2503 CALDAS DA RAINHA
CODEX
Tel. 22480 - 25560

CHAVES
Bairro Aliança
5400 CHAVES
Tel. 22 170

COVILHÃ
Praça do Município
6200 COVILHÃ
Tel. 26 141/2

ELVAS
Rua da Cadeia
7350 ELVAS
Tel. 62 119 - 69 349

ESTREMOZ
Lg. da República, 34
7100 ESTREMOZ
Tel. 22 764

FIGUEIRA DA FOZ
Praça Luís de Camões, 25
3080 FIGUEIRA DA FOZ
Tel. 26 184/5

GUIMARÃES
Lg. do Toural, 88
4800 GUIMARÃES
Tel. 41 41 81 - 41 41 10

LAMEGO
Av. 5 de Outubro, 16
5100 LAMEGO
Tel. 62 847 - 62 014

MIRANDELA
Parque Império
5370 MIRANDELA
Tel. 22 104

MONTIJO
Rua José Joaquim
Marques, 64
2870 MONTIJO
Tel. 231 22 18

MOURA
Rua da República
7860 MOURA
Tel. 22 367

OEIRAS
Rua Comandante Cordeiro
Castanheira, 41 e 41 A
2780 OEIRAS
Tel. 243 16 51

OLIVEIRA DE AZEMÉIS
Av. Dr. António José de
Almeida, 364
3721 OLIVEIRA DE AZEMÉIS
CODEX
Tel. 62 006 - 64 106

PORTIMÃO
Rua Júdice Biker, 2
8500 PORTIMÃO
Tel. 26 151 - 24 251

PÓVOA DE VARZIM
Praça do Almada
4490 PÓVOA DE VARZIM
Tel. 62 46 34 - 62 43 46

QUELUZ
Rua António Enes, 17 A
2746 QUELUZ CODEX
Tel. 95 79 05

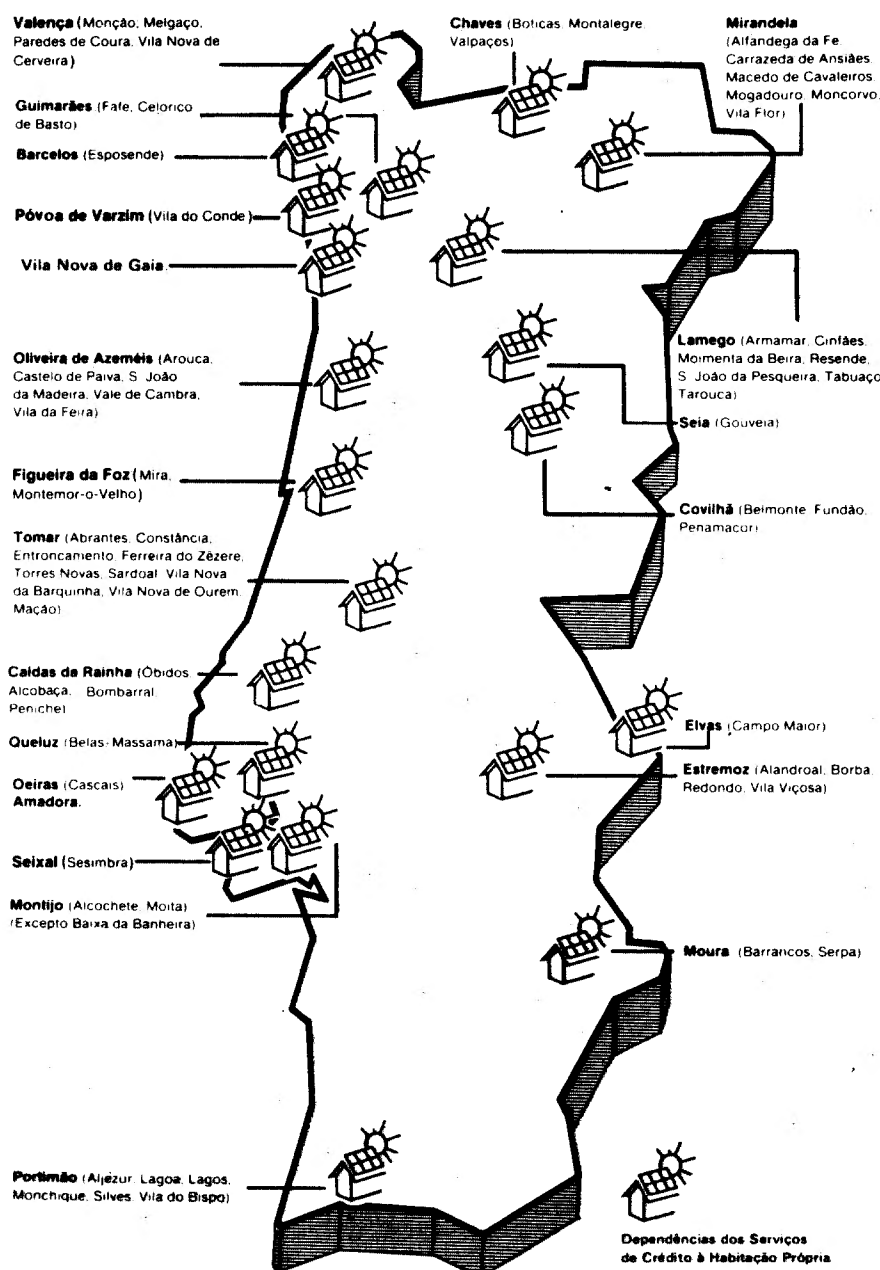
SEIA
Largo Marques da Silva
6271 SEIA CODEX
Tel. 22 119

SEIXAL
Largo dos Restauradores, 1
2840 SEIXAL
Tel. 221 28 88

TOMAR
Rua Serpa Pinto
2300 TOMAR
Tel. 32 135 - 31 766

VALENÇA
Rua Mouzinho de
Albuquerque
4930 VALENÇA
Tel. 22 311

VILA NOVA DE GAIA
Av. da República, 835
4400 VILA NOVA DE GAIA
Tel. 303 112



Dependências dos Serviços de Crédito à Habitação Própria

MEC "esquece" as artes

ESBAL COMEÇOU HOJE GREVE DE TRÊS DIAS

A integração na Universidade é a reivindicação fundamental dos 850 alunos dos cursos de Design e Artes Plásticas da ESBAL que hoje iniciaram uma greve de três dias.

Dos cursos ministrados na Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa — Arquitectura, Artes Plásticas (Pintura e Escultura) e Design de Equipamento e de Comunicação — apenas o primeiro foi até agora integrado na Universidade Técnica de Lisboa.

«Mas os alunos de Arquitectura queixam-se agora de que o ensino passou a ser excessivamente técnico» — afirmou ao «DL» um elemento da direcção da associação de estudantes de Artes Plásticas e Design, adiantando que na opinião dos alunos deveria ser criada uma Universidade do Ensino Artístico onde fosse integrada a ESBAL e o Conservatório e eventualmente outros cursos ou outras escolas, vocacionadas para o ensino das artes.

No entanto, o Conselho Científico da ESBAL está predisposto a aceitar o «largo oferecimento» da Universidade Clássica de Lisboa com vista à integração da ESBAL.

«A Universidade Clássica poderá ter uma relação de tipo humanista sem que a escola perca a sua vertente técnica», afirmou-nos o professor de pintura, Rocha de Sousa, em declarações que esta manhã nos proporcionou a título meramente pessoal.

Adiantou o prof. Rocha de Sousa que foi recentemente nomeada uma comissão para esse efeito, com participação das escolas de Belas-Artes do Porto e de Lisboa e da Universidade do Porto e as três de Lisboa. No passado dia 4, a referida comissão

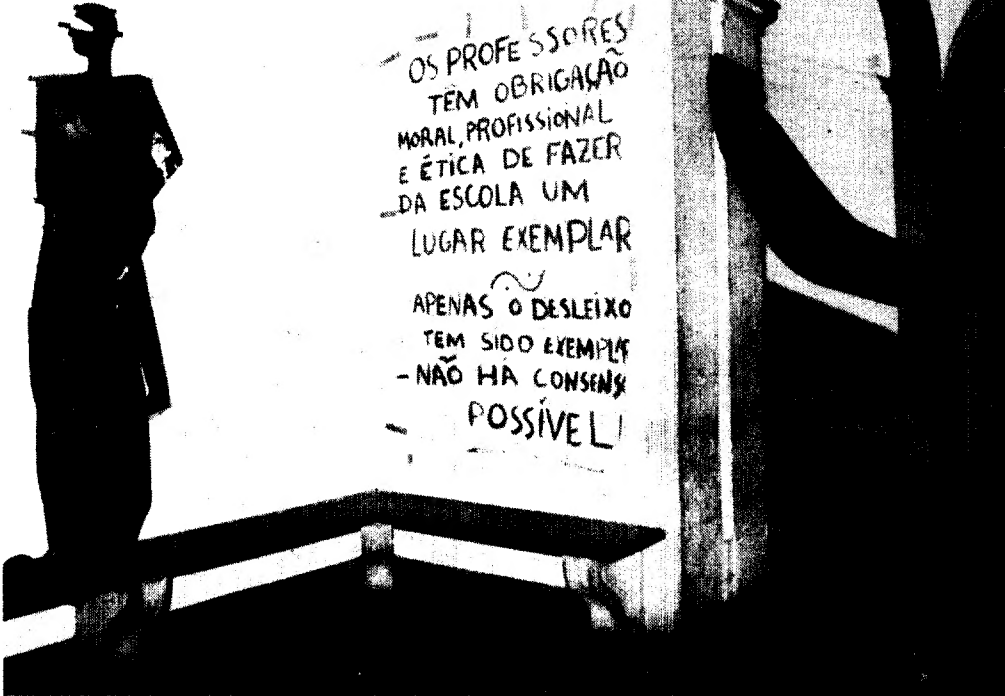
são concluiu que a escola do Porto deveria ser integrada na Universidade do Porto, não tendo ficado definida a situação da ESBAL, parecendo, no entanto, o processo encaminhar-se para a integração, como se disse, na Universidade Clássica. O documento final elaborado pela comissão deverá ser assinado em Março próximo.

«A integração da escola na Universidade é um ponto fulcral, pois vai inclusivamente permitir que se faça investigação», acrescentou o prof. Rocha de Sousa.

Os professores, em geral, de Artes Plásticas e Design decidiram aceder ao convite dos alunos para participarem no debate que vai realizar-se amanhã à tarde, sobre os problemas da escola, tendo a decisão sido tomada em reunião e ratificada pelo conselho científico. Foi, no entanto, nomeada uma comissão de professores com vista a essa participação, «de acordo com o carácter específico de certos assuntos para melhor situar as questões».

O prof. Rocha de Sousa, que foi até há pouco tempo presidente do conselho científico, acrescentou ainda que os órgãos de gestão da escola vêm fazendo há anos diligências junto do Ministério da Educação para resolver os problemas da escola, nomeadamente o da integração na Universidade.

Os alunos acusam os órgãos de gestão da escola de inércia na



resolução dos problemas e de divórcio em relação aos estudantes e o Ministério da Educação de os votar ao esquecimento. Esquecimento ou negligência que podem ser simbolizados no facto de desde o passado ano lectivo os órgãos de gestão eleitos não serem empossados pelo MEC.

Portanto, oficialmente, a escola não tem órgãos de gestão.

Além da integração na Universidade, os alunos reivindicam com esta greve de três dias

(à qual 33 dos 57 docentes da escola manifestaram já o seu apoio), mais verba para material escolar, definição dos currículos da escola, condições de trabalho para os cursos nocturnos, alargamento do número de técnicos especializados, de pessoal auxiliar e de limpeza; colocação de novos professores, reestruturação do quadro de distribuição eléctrica e reabertura da cantina.

A greve começou esta manhã com um «velório» em que me-

tros de plástico negro se estendiam pelos corredores e cobriam as esculturas que ornamentam os corredores da centenária ESBAL. Depois foram colocadas e acesas velas ao longo das faixas negras. Esta tarde haverá pinturas colectivas no Chiado.

O dia de greve de amanhã será preenchido com espectáculos de animação que terão a colaboração do Conservatório Nacional e o debate com os professores já anunciado. A greve encerrará com um desfile na quinta-feira.

Ainda

os acontecimentos

de Vilar Formoso

GNR violou o direito

à informação

«A força da GNR destacada em Vilar Formoso violou a legislação em vigor (Lei de Imprensa, Estatuto do Jornalista) no que respeita ao acesso à informação e, simultaneamente, o direito a informar», destaca o Conselho de Imprensa, em comunicado referente aos acontecimentos ocorridos em Vilar Formoso.

Recorda-se que o jornalista João Fonseca, da delegação de Coimbra do «Diário de Notícias», apresentou uma queixa contra a actuação de agentes graduados da GNR destacados em Vilar Formoso que montavam o sistema de segurança e protecção à passagem para Espanha de uma série de camiões, na sequência de um conflito laboral ocorrido em Abril do ano passado e que teve como palco aquela fronteira.

A este respeito, o Conselho de Imprensa destaca que a «existência de áreas reservadas em relação a eventuais manifestantes ou ao público em geral, a GNR (ou qualquer outra entidade policial) não deve impedir, por qualquer forma ou artifício, a livre circulação aos jornalistas devidamente credenciados».

O comunicado adianta que «tendo presente que não é da competência do Conselho de Imprensa pronunciar-se sobre a legitimidade da colheita de imagens realizadas pela GNR, mas face a alguns casos ocorridos no estrangeiro, em que as imagens colhidas pelas autoridades policiais têm em vista outros objectivos para além da mera formação profissional dos efectivos, decidiu chamar a atenção do Governo e do Provedor de Justiça para uma necessária apreciação destes procedimentos».

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA 4.º JUÍZO ANÚNCIO

O DOUTOR ALÍPIO DUARTE CALHEIROS, JUIZ DE DIREITO DO 4.º JUÍZO CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA:

— FAZ SABER que na Acção Especial de Despejo n.º 4141, em que é autor António Manuel da Silva Brilhante, residente na Calçada do Combro, n.º 71-3, em Lisboa e réus José Nicolau e mulher, Maria Nicolau, que foi residente na Rua Marcos Portugal, n.º 67 em Lisboa, citando os réus acima mencionados, actualmente ausentes em parte incerta, e que tiveram o seu último domicílio na morada supra, para comparecerem pessoalmente ou se fazerem representar por mandatários com poderes especiais para transigir, sob pena de multa, no dia 6 de Março pelas 11 horas, a fim de ter lugar uma tentativa de conciliação, e ainda para o caso de esta se frustrar, e no prazo de DEZ DIAS, a contar da referida data, contestar, querendo, deduzindo em reconvenção o pedido de benfeitorias e indemnizações a que se julguem com direito, sob pena de não o fazendo o processo seguir até final.

O duplicado da petição inicial encontra-se à disposição dos réus citados na Secretaria deste Juízo.
Lisboa, 4 de Fevereiro de 1987

O Juiz de Direito
Ass) ALÍPIO DUARTE CALHEIROS
A Escrivã Adjunta
Ass) ANA MARIA FERREIRA

«DL» 10/2/87 — 1.ª Pub.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE OVAR ANÚNCIO

Pelo 1.º Juízo desta comarca de Ovar, na acção com processo sumário n.º 124/86, pendente na 2.ª secção, movida pela autora VASCONCELOS & FILHOS LD.ª, sociedade comercial com sede em Esmoriz, Ovar, contra a ré GOUVEIA & GOUVEIA LD.ª, sociedade comercial com a última sede conhecida na Rua da Conceição Sameiro Antunes, 14-B, Cova da Piedade, Almada, é esta ré citada para contestar, apresentando a sua defesa na prazo de DEZ DIAS, finda a dilação de TRINTA DIAS, contada da data da 2.ª e última publicação deste anúncio, sob a cominação de vir a ser condenada ao pedido que a autora deduz naquele processo e que consiste no pagamento da quantia de 223 500\$80 e respectivos juros de mora, por fornecimento de pavimento e alcatifas, e bem assim as custas devidas na acção.

Ovar, 3/2/1987

O Juiz de Direito,
a) HÉLDER ALVES ALMEIDA

A Escriturária,
a) FILOMENA MARIA ANDRADE
RUIVO GOUVEIA

«DL» 10/2/87 — 2.ª Pub.

Exigência de compromisso escrito por parte do MEC

Letras prepara greve para os dias 16 e 17

Os estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa decidiram-se ontem, em Reunião Geral de Alunos (RGA), por uma greve nos dias 16 e 17 do corrente, (caso o ministro da Educação não confirme por escrito «as boas intenções» manifestadas na reunião efectuada no Porto no último fim-de-semana, reunião que contou com a presença dos presidentes dos Conselhos Científicos e Pedagógicos das Faculdades de Letras do País e da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Nova de Lisboa, o reitor da Universidade do Porto e o director-geral do Ensino Superior, Afonso Costa.

A proposta da Comissão Nacional Coordenadora dos Estudantes de Letras da FLL, aprovada por larga maioria, especifica que o ministro receba uma delegação da CNEEL até terça-feira, dia 17 de Fevereiro (devendo a reunião ser confirmada até sexta-feira, dia 13) e que assine um documento em que se comprometa a respeitar a tomada

de posição deste fim-de-semana dos C.C. e em que reafirme a sua disponibilidade para satisfazer outros requisitos ventilados no mencionado encontro.

Se tal se não verificar (a concretização de um documento escrito), ocorrerá então a greve acima mencionada. No entanto, para além desse compromisso escrito, verificar-se-á uma mani-

festação nacional de estudantes de Letras no próximo dia 20, em Lisboa, junto do MEC.

Durante todo o dia de hoje, estudantes da FLL procedem à distribuição de um comunicado à população, elucidando-a sobre as razões que lhes assistem.

No começo da RGA de ontem foi guardado um minuto de silêncio pela morte do estudante António Manuel Filipe Alves, do 10.º ano do Liceu Camões, vítima de um guarda-fiscal.

Coimbra

Entretanto, e segundo apurou a agência Lusa, os estudantes da Faculdade de Letras de Coimbra decidiram também ontem, em RGA, voltar a paralisar quarta e quinta-feira.

Amanhã, quarta-feira, realizar-se-ão assembleias por curso em que serão convidados o tomar parte os docentes.

Relativamente à Faculdade de Letras do Porto, decorrem reuniões tendentes à concretização das formas de luta a adoptar.

JC

Por sua vez, a Juventude Centrista (JC) apresentou ao Conselho Consultivo da Juventude um parecer em que defende a adopção de várias prioridades em política educativa, designadamente o cumprimento da escolaridade obrigatória.

O documento entregue ao Conselho Consultivo da Juventude coloca ainda como questões fundamentais da educação a criação de escolas de artes e ofícios, um canal TV/Educação e Cultura e uma política nacional de informação e orientação escolar em todos os níveis de ensino.

A JC afirma-se preocupada «com o agravamento de tensões resultantes da falta de política educativa global e das distorções existentes, que resultam da acumulação de sucessivas inoperâncias no Ministério da Educação».

RENASCENÇA TAMBÉM NÃO CONCORDA COM CRIAÇÃO DO CONSELHO DA RÁDIO

A Rádio Renascença não concorda com a criação nem com as competências que a Lei da Rádio atribui ao Conselho da Rádio, que encarna «um processo de transferência de competência do Governo» e escapa ao Conselho da Comunicação Social, este sim, um órgão consultivo constitucionalmente previsto. Segundo a RR, o modelo legalmente adoptado concentra competências num órgão que não se integra na hierarquia do Estado nem responde em tribunal pelos actos administrativos.

O Conselho de Gerência também discorda da sistematização do projecto de diploma da Lei da Rádio, o qual não se lhe afigura ser «a mais correcta». É isso que ressalta daquilo que considera «aspectos formais» e «aspectos materiais» de um longo texto enviado aos Grupos Parlamentares do PS e do PRD sobre a Lei de Licen-

ciamento de Estações Emissoras da Radiodifusão.

O documento do Conselho de Gerência da RR foi remetido ao PS e ao PRD depois da reunião havida com a Subcomissão Parlamentar para a Lei da Rádio, sobre a qual o Conselho de Gerência diz que «foram dadas respostas cabais a todas as perguntas que nos fo-

ram feitas, de maneira a demonstrar claramente a razão que assiste à Rádio Renascença, tanto durante o processo desenvolvido para obter as frequências que agora se pretendem pôr em causa, como, posteriormente, na defesa dos direitos que legalmente lhe foram atribuídos». Apesar das «respostas cabais» dadas à Subcomissão Parlamentar de Comunicação Social, a qual integra também elementos do PS e do PRD, o Conselho de Gerência da RR enviou o documento a que nos reportamos, no qual dissecou os «aspectos formais» e «aspectos materiais» da questão.

Diz sobre os primeiros que «enxerta, entre princípios gerais que devem presidir à atribuição de alvará de licenciamento da actividade de radio-

difusão sonora a que enformam esta actividade e a determinação das sanções a quem viole tais princípios e normas, um conjunto de disposições que determinam a criação, composição e atribuições a um órgão, o Conselho de Rádio, que funciona junto da Assembleia da República».

A RR também não concorda que primeiro sejam definidas, de preferência, a atribuição de alvará de licenciamento, e só depois as condições de atribuição do mesmo (art.º 10.º). A essa ordenação chama «ilógica», do mesmo modo que a um artigo do projecto destinado à atribuição de competências do Conselho da Rádio (art.º 19.º), e uma disposição em que se atribui ao Governo a «possibilidade de conferir aos candidatos um prazo

suplementar de 45 dias».

Ainda quanto aos «aspectos formais» de que discorda, a RR frisa no referido projecto matéria da importância diminuta (objecto de desenvolvimento regulamentar) e outras de «gravidade extrema», que são deixadas — acentua na total indefinição. Isto é: para a RR há, assim, um «desequilíbrio interno».

Quanto aos aspectos materiais que lhe merecem reparo, a gerência da Emissora Católica destaca o modelo legalmente adoptado, o processo de atribuição do alvará de licenciamento, a criação do Conselho da Rádio, validação de licenças anteriores, reversão de frequências, precisões de natureza técnica e modelo legalmente adoptado. A RR entende que o último especto põe

em causa a liberdade de expressão, de utilização de meios de Comunicação Social pela Igreja e outras comunidades religiosas o princípio da igualdade no acesso aos emissores de radiodifusão sonora.

Qual é, pois, o modelo previsto no projecto — questiona a RR, que de seguida expõe a sua opinião: «Um modelo que materialmente concentra num órgão que não se integra na hierarquia do Estado, que não se encontra previsto constitucionalmente, que não responde em tribunal pelos actos administrativos que indirectamente respondeu, que não responde civilmente pelos danos que eventualmente provocou na esfera jurídica dos particulares.» Isto é: a RR não quer claramente o Conselho de Rádio.

Diz Guarda Fiscal em nota

Agente que matou estudante fez uso indevido da arma

O Comando-Geral da Guarda Fiscal reconheceu que o militar que matou um jovem estudante junto à Praça do Chile em Lisboa fazia «uso indevido da arma que lhe estava distribuída».

Assinada pelo brigadeiro Simões de Faria, uma nota do Comando-Geral da Guarda Fiscal referiu que o primeiro-cabo Manuel Lopes Castanheira, que disparou no dia 30 de Janeiro contra o jovem estudante António Manuel Alves Filipe, «não se encontrava a desempenhar qualquer acto de serviço, mas sim no seu dia

de folga».

«Independentemente da competente investigação a cargo da Polícia Judiciária — prosseguiu a nota — o Comando da Guarda Fiscal determinou, igualmente, a elaboração de processo disciplinar ao aludido militar, com todas as consequências ao seu acto e uso indevido da arma que lhe estava distribuída».

O brigadeiro Simões de Faria precisou que o Comando da GF tomou conhecimento do sucedido quando o militar se apresentou na unidade a in-

formar do seu acto e fazer entrega da arma.

Aquela oficial-general indicou ainda que o cabo Castanheira «foi imediatamente preso e feita a participação à PJ onde foi entregue na segunda-feira, dia 2 de Fevereiro».

A nota do Comando-Geral da Guarda Fiscal «reconhece a extrema gravidade da ocorrência», aguardando que «pela entidade competente sejam apuradas responsabilidades», para não «vir a afectar o bom nome e honorabilidade de uma instituição centenária».

Tinham roubado 2500 contos

Detidos os três assaltantes

da Caixa Agrícola de Vilarinho

A Polícia Judiciária anunciou a detenção de três presumíveis implicados no assalto, em 16 de Janeiro deste ano, à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vilarinho do Bairro, no distrito de Aveiro. De acordo com a PJ, dois indivíduos penetraram no dia 16 na dependência daquela instituição bancária e, sob a ameaça de armas de fogo, apoderaram-se de cerca de mil contos em dinheiro e cheques e outros documentos no valor aproximado de 2 500 contos, pondo-se em fuga num automóvel conduzido por um terceiro elemento.

Dois dos presumíveis assaltantes foram capturados na zona de Leiria e o terceiro próximo de Águeda, tendo-lhes sido apreendido o veículo utilizado no «golpe» e recuperados cerca de 300 contos em dinheiro. Os detidos, cujas identidades não foram reveladas, têm idades compreendidas entre os 20 e os 24 anos, possuindo um deles antecedentes criminosos.

Recém-nascida morta próximo de Belas

Num silvado próximo do Aqueduto das Águas Livres, em Belas, no concelho de Sintra, foi encontrado o cadáver de uma criança recém-nascida, do sexo feminino, estando o caso a ser investigado pela Polícia Judiciária. Completamente nua, a criança tinha junto a si um saco de plástico e um cobertor, não apresentava quaisquer sinais de violência, pelo que deverá ter morrido com fome e frio, após ter sido abandonada horas antes.

Clube Português de Imprensa



Prémios de Jornalismo/86

Prémio de Reportagem — valor 300 000\$00

Prémio de Foto-Reportagem — valor 150 000\$00

Apoios — EPNC, PRESSELIVRE, SOJORNAL, PROJORNAL, EMPRESA DO JORNAL DE NOTÍCIAS SARL, INTERPRESS, VASP, IMPRENOVA, SELECÇÕES DO READER'S DIGEST, Direcção-Geral da Comunicação Social

Prémio Europa — valor 500 000\$00

1 viagem a Bruxelas com visita à sede da CEE
Edição em livro do trabalho premiado

(Texto original sobre a adesão de Portugal às Comunidades, com o mínimo de 120 páginas dactilografadas)

Apoios — CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS E COMUNIDADES EUROPEIAS

Prazo de entrega — 31 de Março

Prémio Ensaio — valor 250 000\$00

(Destinado exclusivamente a estudantes de Comunicação Social. Trabalho original sobre os «media», com o máximo de 40 páginas dactilografadas)

Apoios — PRESSELIVRE e RENASCENÇA GRÁFICA

Prazo de entrega — 31 de Março

Prémio Viagem — 1 viagem para duas pessoas à escolha do vencedor, no País ou na Europa, nas rotas da TAP
(Crónicas de viagem publicadas em 86)

Apoio — TAP-AIR PORTUGAL

Prazo de entrega — 28 de Fevereiro

Subchefe para agentes que detiveram jovens na Caparica

"PASSAVA POR CIMA DO QUE ESTAVA À BOLEIA E AOS OUTROS CORRIA-OS À RAJADA"

Manuel Geraldo

Na queixa apresentada ao provedor de Justiça, Comando Distrital de Setúbal e Comando-Geral da PSP pelos pais dos três jovens violentados no sábado à noite na esquadra da Costa da Caparica, tal como ontem noticiámos, é referido que o subchefe acusado de agressão não se coibiu de comentar para os agentes que se divertiam perante a natural estupefacção dos jovens: «Se fosse comigo tinha passado por cima do que estava à boleia e aos outros corria-os à rajada!».



António Antunes, Paulo Alexandre e Mário Saraiva, os três jovens agredidos na esquadra da Caparica

Numa altura em que está ainda bem vivo na memória da opinião pública o caso do assassinio a sangue frio, na zona da Praça do Chile, de um estudante do Liceu Camões por um soldado da Guarda Fiscal, este incidente na esquadra da Caparica, ainda que de menor gravidade, não pode nem por isso deixar de causar natural preocupação.

De acordo com a queixa elaborada pelos seus progenitores, os três jovens, residentes em Lisboa, que tinham estado sozinhos e não com as namoradas tal como chegou a constar, na festa de aniversário de um amigo comum, encaminharam-se cerca das 22 horas para a paragem das camionetas da Rodoviária a fim de se dirigirem a suas casas. Na expectativa de uma boleia pararam momentanea-

mente um pouco acima do cruzamento dos Capuchos e Vila Nova da Caparica, na Via Rápida.

Foi nessa altura que António Fernando de Oliveira Antunes, de 18 anos, estudante, filho do redactor de «O Jornal», Fernando Antunes, Mário Miguel Sales Saraiva de 17 anos, e Paulo Alexandre Neto Vieira de 18, desempregado, foram interceptados por um carro-patrolha da PSP, de onde saíram dois agentes que sem mais explicações os empurraram contra a viatura, fazendo-lhes uma revista minuciosa, à mistura com safaões e pontapés nas pernas e socos na cabeça de um deles.

Em seguida, e sem que oferecessem qualquer resistência, foram conduzidos para a esquadra onde um subchefe de serviço, que recusou identificar-se,

os fez entrar, um de cada vez, para uma sala sem quaisquer testemunhas.

Mandados despir

A queixa revela que o primeiro a ser interrogado, Paulo Alexandre, foi espancado com socos na cabeça e na cara, sendo radiografado horas depois no Hospital de Santa Maria, para onde foi levado por iniciativa do pai no receio de que tivesse sofrido alguma lesão interna, dadas as dores de que se queixava.

Tendo assumido sempre uma postura de respeito pela autoridade, Paulo Alexandre, que tal como os seus companheiros não tem cadastro policial, e esteve na Caparica com autorização dos pais, foi advertido pelo subchefe nos seguintes termos: «Por cada coisa que não te lembrares de tirar, levás no focinho!». E foi o que aconteceu quando o jovem se esqueceu de tirar um fio e o relógio, pensando que tal não seria necessário, já que se encontrava completamente desnudado.

A seguir foi a vez de António Fernando ser igualmente agredido na cabeça e na face, quando não colocou em cima da mesa, com a presteza exigida pelo subchefe, um papel em que tinha escrita a morada de uma pessoa amiga. De nada lhe valeu, ao que afirma, protestar pelo que lhe estava a acontecer, pois acredita que se o tivesse feito com maior firmeza, a violência exercida contra ele ainda teria sido maior.

Também Mário Miguel Sales Saraiva foi igualmente agredido dado que no momento em que se despiu não tirou um fio que trazia ao pescoço.

Mais tarde os jovens foram mandados para casa não sem que o subchefe os tivesse avisado em tom ameaçador: «Isto aqui não aconteceu nada ouviam? Não houve agressões de espécie nenhuma. Não se passou nada aqui dentro!».

Só que horas depois o referido graduado telefonou para casa de cada um dos jovens, tendo reconhecido em conversa com a mãe de um deles que os mesmos não tinham feito nada de mal, para além de estarem na bermã da estrada à espera de uma boleia para Lisboa.

Incompreensível, desumana e profundamente condenável terá de ser considerada desde já a atitude deste graduado, sendo agora de aguardar o resultado do inquérito a realizar pelo Comando-Geral da PSP, naquele que será o primeiro teste importante para o brigadeiro Ventura Lopes que substituiu, ainda que interinamente, o general Almeida Bruno.

Mário Castrim



O cavalo. Mitologicamente falando (que é das poucas maneiras de falar a sério) a cavalo nasceu da espuma de uma onda em maré de tempestade. De todas as coisas que sei dos cavalos, esta foi a única que não aprendi do coronel Balula Cid, comentador da TV.

Já que estamos culturais: de cavalos, conhecemos o de Tróia, que anda por aí à solta, e o de Calígula, que com o imperador comia à mesa e seria nomeado cônsul, se o Cassius não desse cabo do canastro a ambos.

A verdade é que hoje há muito menos cavalos, especialmente devido à descoberta da penicilina.

Quando eu não fui ao Louvre, uma das obras que mais me impressionaram foi aquele baixo-relevo assírio dos guerreiros que tripulavam um atrelado. Agora, com atrelados já não se fazem guerras, nas corridas. Os países mais gamados nisso são a União Soviética, os Estados Unidos e a França.

Neste último país, a aposta mútua conhecida por tiercé é ua espécie do nosso popular totoloto. Há duas modalidades: acertar nos três primeiros cavalos por ordem ou ao calhas. Os lucros vão para as autarquias.

Isto resulta? Ai não, que não resulta. Na roda do ano, as corridas de atrelados andam pelas cinco mil. É obra! Para se ver o que isto representa, basta dizer que todas as despesas com o saneamento básico de Paris são cobertas pelas apostas nos cavalos! Aqui está com que meditemos.

Em vez de torres, não seria mais vantajoso abrir pistas? Não teremos, é certo, cavalos com fatura. Importavam-se.

Depois, se não há cavalos, faziam-se atrelados de burros ou de enguias, ou de tubarões. Há-os per i em barda. Inclusive, recorria-se ao Tejo, pista natural de cavalos-marinhos.

Claro que só avento maluquices. Para que diabo ia Abecasis pagar o saneamento básico com os cavalos, se os habitantes de Lisboa pagam tudo...

Quadrilha do "Roxo" desmantelada no Algarve

A GNR deteve no Algarve quatro indivíduos acusados de assaltarem duas residências e de terem furtado seis viaturas na zona de S. Brás de Alportel. São eles José Guerreiro, de 19 anos, servente de pedreiro, Jorge Mendonça, de 23, canteiro, Cristiano Amaro, de 19, pintor, natural de França, e Mário Veiga, conhecido pela alcunha de «Roxo», de 18, pedreiro, considerado o chefe da quadrilha. Os furtos a residências, uma das quais propriedade de um cidadão estrangeiro, rendeu-lhes 637 contos, dos quais foram recuperados 75 700 escudos.

Droga e armas roubadas no Tribunal de Vila da Feira

Desconhecidos assaltaram o Tribunal Judicial de Vila da Feira de onde levaram certa quantidade de droga, quatro pistolas, uma espingarda de canos serrados, moedas e selos, que ali se encontravam depositados, como parte integrante de vários processos em curso. De referir que esta foi a terceira vez que aquele tribunal foi visitado por gatuños no espaço de seis meses, facto que atesta bem da falta de segurança existente nas instalações.

Quando efectuavam uma transacção em plena Baixa portuense

Capturados quatro passadores com 13 milhões de pesetas falsas

A Polícia Judiciária apreendeu no Porto 13 milhões de pesetas falsas, em notas de cinco mil, tendo detido quatro indivíduos ligados ao processo: dois comerciantes, de apelidos Domingos e Magalhães, de 42 e 45 anos, respectivamente, um industrial de apelido Martins, de 36 anos, e um cidadão espanhol, Rana Rodrigues, de 36 anos, residente em Vigo. As detenções ocorreram quando os arguidos efectuavam uma transacção em plena Baixa portuense.

De acordo com a PJ, os detidos poderão estar ligados a uma rede a quem foram apreendidos o ano passado 119 milhões de pesetas falsas, numa tipografia localizada na Rua do Pinheiro, na capital nortenha, em que os



cinco indivíduos então detidos foram mais tarde condenados a penas de quatro anos de cadeia. Entretanto, a PSP capturou em Bragança dois portugueses acusados de serem passadores de notas falsas de 200 francos franceses.

Defende inspector de Incêndios

Comandantes de bombeiros devem sê-lo a tempo inteiro

O inspector de incêndios da zona Centro, Ribeiro de Almeida, afirmou à agência Lusa defender a existência de comandantes de corporações de bombeiros a tempo inteiro, sobretudo nos locais de maior incidência de incêndios e acidentes.

Ribeiro de Almeida, que durante dois dias esteve no distrito da Guarda onde inaugurou o novo quartel dos bombeiros de Celorico da Beira, acrescentou que a época actual «não se compadece já com a existência apenas de voluntários».

Ao defender este aspecto, aquele responsável referiu-se, também, à necessidade de um maior acompanhamento das corporações, nomeadamente na área da formação e da existência de técnicos no âmbito dos corpos de bombeiros.

Para Ribeiro de Almeida, as corporações do Centro do País estão razoavelmente apetrechadas tecnicamente e o apoio governamental aos bombeiros «tem sido o possível, sobretudo na área económica».

Sobre a forma de evitar incêndios florestais, disse ser preciso «educar o povo desde a escola pré-primária, aumentar os postos de vigia, limpar as matas e abrir acessos, entre outras acções».

O inspector de incêndios da zona Centro sublinhou, por outro lado, que em algumas localidades os bombeiros constituem a única instituição cultural existente.

Ribeiro de Almeida defendeu também que as inspecções de incêndios devem incluir distritos no seu todo e não a existência de áreas de influências de várias inspecções num distrito só.

Citou como exemplo os distritos de Guarda, Aveiro e Viseu, que possuem corporações pertencentes às inspecções do Centro e do Norte e o distrito de Castelo Branco, que tem corporações afectas ao Sul e vale do Tejo e à zona Centro.

Sobre os meios aéreos de combate a incêndios, Ribeiro de Almeida disse existir uma cobertura suficiente e defendeu a permanência dos bombeiros na sua coordenação, «dado que é um meio de combate ao fogo».

Na zona Centro do País existem 112 corporações correspondentes a cerca de 6000 bombeiros, incluindo voluntários, sapos e municipais.

Este responsável disse ainda

que os bombeiros voluntários constituem a grande maioria das corporações, sublinhando a dedicação «dos seus membros ao serviço da comunidade».

Inauguração de novo quartel de bombeiros

Cerca de 50,6 milhões de escudos foram despendidos na construção do novo quartel dos Bombeiros Voluntários de Celorico da Beira (Guarda) inaugurado neste fim-de-semana — disse António Cardoso, presidente da direcção da corporação.

O empreendimento, participado em 80 por cento pela Direcção-Geral do Equipamento Rural e Urbano, compreende departamentos administrativos, salas de reuniões, posto de socorros, salão de festas, gabinetes de direcção de serviços de apoio, pavilhão polivalente e parque automóvel.

António Cardoso disse que a corporação constitui, localmente, uma das poucas organizações que promove actividades culturais, nomeadamente na área do cinema e actividades desportivas.

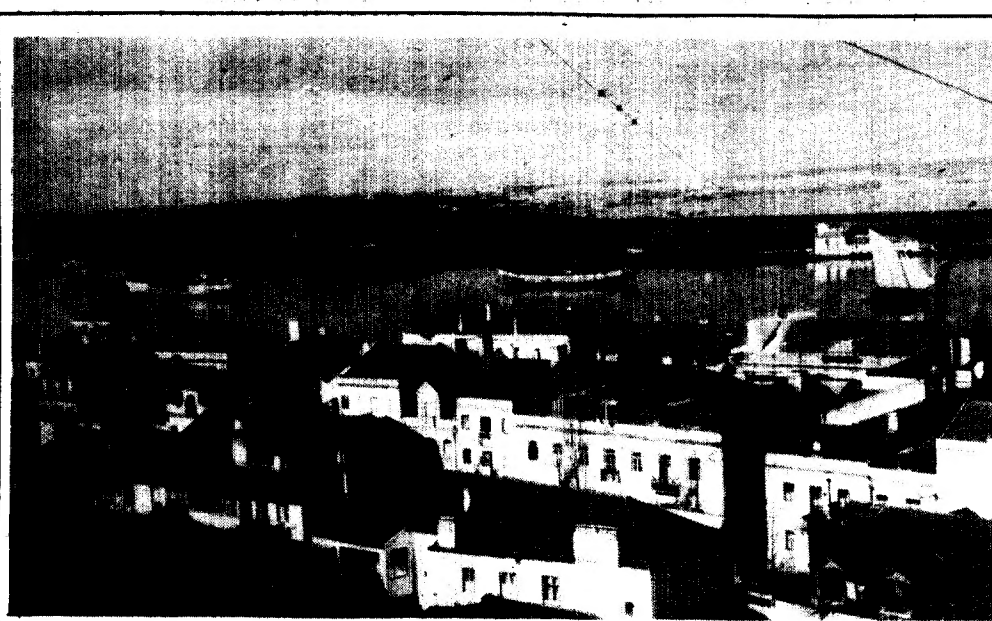
O corpo local de bombeiros é constituído por 60 elementos, que integram corpo efectivo de bombeiros, corpo auxiliar e honorário, cadetes e aspirantes.

Segundo o responsável pela direcção, o edifício não está ainda completo na sua construção, faltando os acessos à área inferior do quartel e oficinas.

Para António Cardoso, a inauguração do novo quartel dos bombeiros celoricenses constitui «um dos factos mais importantes da vida local, tendo em conta as carências de estruturas de Celorico da Beira».

A inauguração foi presidida pelo inspector de incêndios da zona Centro, Ribeiro de Almeida, dando, deste modo, um novo impulso ao governador civil da Guarda, Valério do Couto, e o presidente da Federação de Bombeiros do distrito, Madeira Grilo.

No desfile integrado na inauguração e comemorações do 50.º aniversário da corporação participaram bombeiros de todo o distrito.



Autarquias prejudicadas em 5,6 milhões

SEIXAL CONTESTA ORÇAMENTO DO ESTADO

A Câmara Municipal do Seixal, em comunicado, protesta contra a Orçamento de Estado para 1987 apresentado pelo Governo à Assembleia da República, considerando que, entre os números requeridos pela Associação dos Municípios e os contemplados pelo documento governamental, as autarquias são prejudicadas em 5,6 milhões de contos.

«A Associação Nacional dos Municípios Portugueses decidiu por unanimidade que as verbas a distribuir pelas autarquias locais nos termos da Lei de Finanças Locais deviam ser calculadas a partir das taxas de crescimento do IVA, cujo valor de base se cifra em 85 milhões de contos», refere o comunicado divulgado à imprensa pela Câmara Municipal do Seixal.

O documento assinala que, no entanto, a proposta de Orçamento de Estado apresentada ao Parlamento pelo Governo «não contemplava o valor de base da reivindicação, apresentando um novo valor de 80 milhões, o que defrauda em 5,6 milhões as expectativas das autarquias».

Sublinhando que a posição da Associação Nacional dos Municípios Portugueses foi aprovada por unanimidade, englobando todos os quadros políticos com assen-

to na Assembleia da República», a Câmara do Seixal lamenta que «alguns deputados não tiveram a coragem de alterar a proposta inicial do Governo, ignorando a da Associação dos Municípios».

Num breve balanço ao Orçamento de Estado aprovado, a nota salienta que apesar das alterações pontuais introduzidas, o OE «não corresponde positivamente aos interesses das autarquias locais, escamoteia o papel das mesmas, as energias e disponibilidades dos representantes locais para o progresso e desenvolvimento das suas regiões».

A espera de contribuição financeira

Ainda sobre o Orçamento de Estado, um outro documento da Câmara do Seixal

revela que o OE «impõe a redução das receitas municipais sem que se tenha cuidado das respectivas compensações, como determina a Lei das Finanças Locais e como aconselha o bom senso». A nota refere-se, concretamente, ao imposto de mais-valias e à Sisa, liquidados e recebidos pelas repartições de Finanças e, posteriormente, entregues na Câmara Municipal. No entanto, o Governo decidiu isentar de terminados rendimentos do pagamento desses impostos que, por reverterem para os cofres dos Municípios, eram receitas municipais.

Deste modo, os Municípios são os verdadeiros prejudicados, até porque, como sublinha a nota de protesto da Câmara do Seixal, o Governo não criou as necessárias compensações.

Por fim, a Câmara Municipal do Seixal refere-se a um financiamento, de 1985, para acções de formação profissional a serem implementadas no ano seguinte, a que o Município concorreu sem que, em Fevereiro de 1987, dos mil e seiscentos contos acordados em protocolo com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, a Câmara tenha recebido qualquer centavo.

Comemorações dos Descobrimentos trazem Lusolândia a Lisboa

As comemorações dos Descobrimentos Portugueses incluirão projectos de significado regional, nacional e universal a levar a efeito através de uma comissão recentemente empossada pelo Presidente da República. Pela sua imediata proximidade, a comissão, a que preside o comandante Serra Brandão, abordou já o V Centenário da Passagem do Cabo da Boa Esperança, por Bartolomeu Dias. Por outro lado, tem o programa a construção de um monumento aos navegadores dos séculos XV e XVI em Newport.

A comissão empossada por Mário Soares aprovou uma série de realizações a concretizar ou a iniciar este ano, as quais se prolongarão até ao ano 2000, quer no continente quer nas Regiões Autónomas e, também, no estrangeiro. Entretanto, foi já designado o secretariado executivo. O comandante Serra Brandão tem presidido aos trabalhos, o último dos quais procedeu à análise dos programas a desenvolver.

Além da aprovação, na generalidade, do programa da abertura oficial das comemorações pelo Chefe do Estado, em data a anunciar oportunamente, a comissão aprovou projectos a realizar ou a iniciar em 1987, que vai, dentro em breve, submeter à apreciação do Primeiro-Ministro.

Entre os projectos já aprovados pela comissão, destacam-se: um colóquio internacional, em Sagres, sobre História da Náutica; um grande congresso internacional, no Porto, sobre os Descobrimentos Portugueses nos séculos XV e XVI; a reedição de obras sobre as Descobertas que se encontram esgotadas ou desactualizadas; a concessão de bolsas de estudo para investigação em História dos Descobrimentos ou inventariação de documentos de interesse, dispersos pelo estrangeiro.

Outras realizações, até agora previstas, designadamente a produção de uma série televisiva, em oito episódios, sobre a época de D. João II; um grande espectáculo ao ar livre, a propósito do tema dos Descobrimentos (tipo ópera-rock) a realizar em diversos locais históricos do País; uma exposição itinerante subordinada ao tema «Portugal Pioneiro dos Descobrimentos e da Moderna Ciência Europeia», a exibir no País e no estrangeiro; e, ainda, a construção de uma réplica, em tamanho natural, de uma caravela dos Descobrimentos.

Também conseguimos apurar que a comissão acompanha com o maior interesse e prestará o apoio possível à criação da Associação Científica do Atlântico, com sede nos Açores; às comemorações de Cristóvão Colombo, em 1992, na Madeira; e de Duarte Pacheco Pereira, em 1990, nos Açores; à construção, na área de Lisboa, de um grande parque permanente de diversões, recreativo e educativo (Lusolândia), sob o tema dos Descobrimentos e da Expansão Portugueses no Mundo.

Abecasis insiste nas homenagens

França Borges é nome de rua no Bairro das Galinheiras

Com o voto de qualidade de Nuno Abecasis, que desempatou a votação, a Câmara Municipal de Lisboa decidiu ontem atribuir o nome do antigo presidente nomeado da edilidade a uma artéria do bairro das Galinheiras que, de acordo com o proponente, o vereador social-democrata Lívio Borges, já possuía, por iniciativa popular, aquela designação.

Contra a proposta votaram os vereadores da Aliança Povo Unido e do Partido Socialista, o representante da lista «alfacinha» absteve-se, e votaram a favor as banca-

das do PSD e do CDS. No final, com a votação empatada a oito votos, o presidente da Câmara, Nuno Abecasis, utilizou o seu voto de qualidade, dando, deste modo, num prazo de 15 dias, mais o nome de uma artéria da capital a um presidente nomeado.

Entretanto, segundo o «DL» apurou, os vereadores da Aliança Povo Unido manifestaram a sua estranheza pelo facto de ainda não estar cumprida uma decisão da edilidade, aprovada há dois anos, que deu ao prolongamento da Avenida D. João V a o nome do poeta José Go-

mes Ferreira, enquanto naquela área, junto às Amoreiras, decisões posteriores da Câmara, com a atribuição a duas artérias dos nomes de Mota Pinto e Tierno Galvan, já foram cumpridas.

Monoblocos para a Musgueira

Por unanimidade, a Câmara deliberou autorizar a cooperativa de habitação económica «A Colmeia» a hipotecar as construções implantadas num lote à Calçada das Lajes

com o objectivo de se candidatar à obtenção dos necessários financiamentos junto das instituições de crédito.

Por outro lado, para complemento de um jardim escola em Olivais Sul, o Município deliberou ceder em direito de superfície uma parcela de terreno municipal na rua Cidade de Benguela, e aceitou a doação de uma parcela de terreno destinada à via pública na Estrada de Moscavide.

Do mesmo modo, a edilidade pronunciou-se favoravelmente à doação de uma

outra na estrada do Paço do Lumiar, necessária à ampliação do cemitério local, e decidiu vender cinco parcelas de terreno para complemento de lote na Avenida João XXI, onde será construído um novo hotel.

Com a oposição dos vereadores da Aliança Povo Unido, a Câmara deliberou adjudicar a uma empresa especializada o fornecimento de monoblocos de betão pré-fabricados pelo valor de 2.700 contos destinados à construção de instalações necessárias ao estudo da Musgueira Sul.

Taxa de cobertura passou de 44 para 48 por cento no comércio com a Espanha

Portugal exportou para Espanha, em 1986, produtos pelo valor de 63 094 milhões de pesetas, enquanto as importações totalizaram 130 954 milhões de pesetas, informaram fontes da Direcção-Geral de Alfândegas.

No primeiro ano da adesão à Comunidade Económica Europeia, a taxa de cobertura passou dos 44 por cento de 1985, para os 48 por cento actuais.

Estes dados revelam que no primeiro ano da adesão dos dois países à CEE, com o desmantelamento aduaneiro, as exportações portuguesas para Espanha aumentaram ao ritmo de 57,3 por cento e as importações de produtos espanhóis apenas o fizeram à taxa de 43,5 por cento.

O défice comercial também aumentou com o consequente desequilíbrio da balança comercial, passando de 51 148 milhões de pesetas em fins de 1985, para 67 860 milhões de 1986, o que significa um crescimento de 33 por cento.

Os números relativos ao ano de 1986 revelam quem, durante este período, o valor médio da tonelada portuguesa aumentou, passando das 41 891 pesetas para as 65 325 pesetas, enquanto o dos produtos espanhóis diminuiu de 81 183 para 67 384 pesetas.

Estes dados significam que os produtos portugueses exportados para Espanha passaram a ter mais valor acrescentado e nas exportações espanholas para Portugal aumentaram os produtos menos elaborados ou matérias-primas.

Em 1986, Portugal exportou praticamente o mesmo número de toneladas que no ano anterior, com 957 856 em 1985 e 965 838 no último ano.

Foi, entretanto, anunciado em Madrid que a balança comercial da Espanha com a Comunidade Económica Europeia registou em 1986 um défice de 166 mil milhões de pesetas (cerca de 180 milhões de contos). Em 1985, a Espanha tinha registado um excedente de 268 000 milhões de pesetas nas suas trocas comerciais com os países comunitários.

Todo o mundo quer comprar acções da British Airways

As acções da British Airways subiram ontem em Londres no mercado não oficial entre 35 a 56 por cento do seu preço de emissão na sequência do anúncio este fim-de-semana de que a subscrição pública foi coberta 32 vezes.

Embora as transacções na Bolsa de Valores só comecem oficialmente amanhã, os títulos cotavam-se ontem entre 99 e 104 pence contra 85-90 na sexta-feira, face a um preço de emissão parcialmente pago de 65 pence.

A venda de acções aos subscritores vai ser rigidamente rateada à custa dos grandes investidores institucionais, com os pedidos de mais de 100.000 acções a serem rejeitados.

Para os restantes, foi decidido limitar a repartição a 200 títulos para os pedidos entre 400 e 1.500, 250 para os de 2.000 a 5.000, 300 para os de 6.000 a 10.000, 350 para os de 11.000 a 35.000 e 1,0 por cento para os de 40.000 a 100.000.

A British Airways é uma das empresas privatizadas por Margaret Thatcher.

No Algarve, nos últimos 30 anos

FECHARAM 40 FÁBRICAS DE CONSERVAS

Cerca de 40 fábricas de conservas de peixe encerraram nos últimos anos no Algarve e as poucas existentes «não apresentam qualquer viabilidade económica», disse ontem em Lagos um deputado do PRD, António Feu.

O parlamentar algarvio, que falava num colóquio sobre o problema da pesca e suas perspectivas face à adesão de Portugal à CEE promovido pela Comissão Directiva local do PRD, apontou como causas da situação os elevados encargos financeiros e a falta de matéria-prima

regular (sardinha), para além do problema da concorrência a nível internacional, particularmente de Marrocos.

«A indústria conserveira só seria viável se a pesca da sardinha fosse rentabilizada», disse António Feu para quem «é urgente reactivar a actividade piscatória na região algarvia e consequentemente a sua indústria transformadora».

O deputado, que também é empresário no ramo das conservas, considerou que a entrada de Portugal na CEE «não registou ainda quaisquer aspectos positivos no sector das pescas nem

virá a resolver os seus problemas».

Um empresário de Lagos acusou os governos de «falta de sensibilidade e incapacidade» para resolver os problemas com que se debate a pesca a nível nacional, com particularidade no Algarve, e apontou a necessidade de uma «profunda reestruturação» do sector.

«Não há consumo por falta de poder de compra e, por outro lado, existe o problema da concorrência noutras zonas, como Peniche, Figueira da Foz e Matosinhos», afirmou.

Cadilhe silencioso

Comunidade aprovou as linhas da estabilidade monetária

Os ministros da Economia e Finanças da Comunidade Europeia definiram ontem em Bruxelas as linhas que deverão presidir a um próximo reforço do Sistema Monetário Europeu (SME).

Essas linhas, cujo teor exacto não foi dado a conhecer, devem agora ser discutidas pelo Comité Monetário (dois altos funcionários de cada país membro e da Comissão Europeia) e pelo Comité dos Governadores dos Bancos Centrais, que apresentarão propostas concretas aos ministros da Economia e Finanças.

As propostas, segundo o presidente do Conselho e ministro belga da Economia, Mark Eiskens, serão discutidas pelos ministros da Economia e Finanças numa reunião informal prevista para os dias 3, 4 e 5 de Abril, em Bruxelas.

«Não lhes posso dizer nada do que se passou», declarou aos jornalistas o ministro português das Finanças, Miguel Cadilhe.

Uma fonte da delegação portuguesa notou, no entanto, que

Portugal, apesar do escudo não fazer parte do SME, é em geral favorável ao seu reforço. Portugal deu, aliás, apoio à proposta da Comissão.

Um reforço do SME, cujo objectivo é a criação de um espaço de estabilidade monetária na Europa e de que fazem parte oito países membros da Comunidade Europeia (Reino Unido, Grécia, Espanha e Portugal excluídos), é julgado necessário face à fragilidade por si revelada recentemente em resultado da queda do dólar nos mercados de câmbios.

Problemas provocados pelo dólar

A evolução da moeda norte-americana, fazendo apreciar e depreciar respectivamente as moedas fortes (marco alemão e florim) e fracas (franco francês, lira, libra irlandesa e coroa dinamarquesa) do SME, provocando mesmo em Janeiro um realinhamento não justificado economicamente das paridades das suas divisas, depois de se

terem revelado insuficientes os mecanismos estabilizadores previstos.

Os ministros da Economia e Finanças da Comunidade Europeia decidiram considerar não urgente uma eventual reunião para estudar formas de recuperar a nível mundial a estabilidade monetária.

De acordo com fontes do Conselho, os países membros da Comunidade Europeia pertencentes ao «Grupo dos Cinco» (composto pelos Estados Unidos, Japão, RFA, França e Reino Unido) manifestaram desinteresse numa sua próxima reunião.

Os encontros da Primavera (6 a 10 de Abril, em Washington) do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial poderão constituir, de acordo com as mesmas fontes, caso assim se justifique, uma ocasião propícia para discussões dessa natureza.

«A Comunidade Europeia deseja maior estabilidade monetária, quaisquer que sejam os meios empregues na sua obten-

Menos trigo e milho importados

Portugal importou em 1986 menos 40 por cento de milho e menos 20 por cento de trigo que no ano passado, informou a Empresa Pública de Abastecimento de Cereais (EPAC).

Em 1986 foram importadas 926.439 toneladas de milho contra 1 548 507 toneladas em 85 (menos 40,1 por cento), tendo a EPAC importado 651 439 toneladas em regime de monopólio e 95 mil toneladas por concurso público. Cento e oitenta mil toneladas foram importadas por operadores privados.

Devido à adesão de Portugal à Comunidade Europeia, o monopólio de importação detido pela EPAC está a ser desmantelado ao ritmo de 20 por cento do mercado previsível ao ano.

ção», disse no final o presidente do Conselho e ministro belga da Economia, Mark Eiskens, defensor em ocasiões anteriores de uma urgente convocação de uma reunião do «Grupo dos Cinco».

«Nessas negociações com os Estados Unidos devemos explicar aos americanos que, por experiência própria, sabemos que uma política de taxas de câmbio não substitui uma verdadeira política estrutural de recuperação das condições de competitividade da economia», afirmou ainda.

Os ministros da Economia e Finanças confirmaram, com a oposição da RFA, da Holanda e da Grécia, um arranjo que deverá ser aprovado no quadro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), destinado a tornar mais transparentes os créditos à exportação.

«Demos o nosso apoio à proposta da Comissão Europeia», limitou-se a dizer, laconicamente, o ministro português das Finanças, Miguel Cadilhe.

COMUNA TEATRO DE PESQUISA
PRAÇA DE ESPANHA • T. 728 08 18

TERÇA A SABADO AS 21.30 H

TEXTO DE ROGER VITRAC
2.º mês

"VICTOR"

ou

as crianças no poder

DOMINGO 17 H

* VEJA TEATRO A PREÇOS REDUZIDOS

* TERÇA

* QUARTA

* E QUINTA

PREÇO UNICO:

* 200.00

APOIO - F. GULBENKIAN - A. FRANCAISE SUB SEC

BRAZ E BRAZ • SECLA - FAIANÇA • R. COMERCIAL

TRIBUNAL DE FAMÍLIA DE LISBOA
1.º JUÍZO
ANÚNCIO

O Doutor Rosendo Dias José, Juiz de Direito da 1.ª Secção do 1.º Juízo do Tribunal de Família de Lisboa.

FAZ SABER que por este Tribunal corre editos de TRINTA DIAS, que começaram a contar-se da data da 2.ª e última publicação do anúncio, citando o réu, abaixo indicado, para no prazo de 20 dias, findo o prazo dos editos, contestar a Acção de Divórcio Litigioso, em que a Autora pede que seja decretado o divórcio com os fundamentos e nos termos do Art.º 1779.º do Código Civil.

No mesmo prazo, pode o réu, querendo, deduzir oposição ao pedido de assistência judiciária deduzido pela autora.

Acção Especial de Divórcio Litigioso n.º 5884 1.ª secção. Autora: Maria Manuela Talamá Gonçalves Fonseca, residente na Rua António Pedro, n.º 106-A, 2.º, 1100 Lisboa.

Réu: JOSÉ ALBERTO GARCIA FONSECA, com última residência conhecida na Rua Luciano Cordeiro, n.º 120-4.º, em Lisboa.

Lisboa, 20 de Janeiro de 1987

O Juiz de Direito (Magistral)

O Escrivão Adjunto (Magistral)

«DL» 16/2/87 - 1.ª Pub.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

DIRECÇÃO-GERAL DOS EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS

ANÚNCIO

Faz-se público que, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei 76/80, de 15.4. e do despacho do ministro da Educação e Cultura de 30.9.86 que incluiu a Escola Preparatória de Vale da Romeira (Seixal) no Programa Especial criado por aquele diploma foi autorizada a posse administrativa imediata das parcelas de terreno cuja descrição consta do «Diário da República», 2.ª Série, n.º 7, de 9.1.87 e necessárias ao referido empreendimento.

Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, em 3 de Fevereiro de 1987.

O Subdirector-Geral
A. Ressano Garcia

TRIBUNAL DO TRABALHO DE LISBOA
ANÚNCIO

Pela 1.ª Secção do 12.º Juízo do Tribunal do Trabalho de Lisboa, corre seus termos um autos de Execução de Sentença com o n.º 162-A/79, em que é Exequente José Maria da Costa e Exequida, SOCIEDADE DE MOAGEM DE CARCAVELOS, LD.ª, com sede na Av.º do Loureiro, n.º 32 - Carcavelos, e nele corre editos de vinte dias, citando os credores desconhecidos para, no prazo de dez dias, findo o dos editos, ou a contar da publicação do respectivo anúncio, deduzirem os seus direitos nos termos do art.º 864.º e seguintes do Código de Processo Civil.

Lisboa, 3 de Fevereiro de 1987

O Juiz de Direito (Dr. ANTÓNIO MENDES AMARAL MENDES)

O Escrivão Adjunto (LUÍS MANUEL FARIAS ANTUNES)

«DL» 16/2/87 - 1.ª Pub.

António Guterres (PS) toma posição

"DESPEDIMENTO DOS MINEIROS DA PANASQUEIRA SIGNIFICA MISÉRIA INTOLERÁVEL NA REGIÃO"

«O eventual despedimento dos trabalhadores das Minas da Panasqueira levará a população da área para uma situação de miséria intolerável», disse ontem o ministro-sombra do PS para a Indústria, António Guterres, em comentário às notícias por nós divulgadas sobre o iminente encerramento daquelas importantes minas de volfrâmio na Beira Baixa.

Guterres alertou o Governo para o facto de as Minas da Panasqueira serem «a única fonte de emprego significativa numa vasta região dos concelhos da Covilhã e do Fundão». Actualmente, a Beralt Tin & Wolfram dá emprego a 983 pessoas e ainda no último trimestre do ano passado foram despedidos uns 300 trabalhadores, num processo misto de despedimento colectivo e de rescisões de contratos por mútuo acordo, mediante indemnizações.

Neste fim de semana foi, entretanto, divulgada a intenção da empresa de encerrar as minas, tendo já sido avançada a primeira fase que passa pelo despedimento de mais 150 pessoas (24 mineiros do subsolo e, os restantes, pessoal diversificado do exterior. As outras duas fases, também comunicadas pela administração da empresa multinacional à Comissão

Intersindical das Minas da Panasqueira, serão anunciadas previamente e constam, a segunda, do despedimento colectivo de 200 mineiros e a terceira do licenciamento dos restantes trabalhadores, com excepção de uns 75 que ficarão adstritos a tarefas de manutenção das galerias de modo a mantê-las operacionais na expectativa de melhorias subatanciais do mercado internacional de tungsténio.

Para o dirigente socialista António Guterres, que é simultaneamente deputado pelo círculo de Castelo Branco, «torna-se indispensável que o Governo, em negociações com a empresa, encontre rapidamente uma solução que permita que as minas continuem a funcionar ao nível mínimo indispensável para não criar problemas sociais na zona».

«Esta solução deve ser procurada mesmo que con-

templa alguns custos para o País», acentuou António Guterres. «As Minas da Panasqueira contribuíram para diminuir o défice externo com as suas exportações em períodos de crise financeira e por isso é justo que a solidariedade nacional se estenda agora nesta fase de prosperidade fácil aos mineiros da Panasqueira e às suas famílias».

Cotações do volfrâmio argumento da empresa

A Beralt Tin & Wolfram Portugal, empresa de capitais maioritariamente estrangeiros, dependentes do conglomerado Anglo-American Corporation, e com uma participação relativamente reduzida de capitais públicos portugueses, é a concessionária exclusiva das Minas da Panasqueira desde os anos trinta. Atravessou períodos de grande prosperidade, nomeadamente nos anos da Guerra e nos subsequentes e, ainda mais recentemente, viveu novo surto de abundância, com lucros anuais das centenas de milhares de contos, em fins dos anos setenta e princípios desta década.

A degradação das cotações internacionais do tungsténio, o produto industrial derivado do volfrâmio, princi-

palmente por sobreabastecimento chinês, a baixo preço alterou entretanto as condições da exploração mineira e é com base nesse argumento que a administração da empresa tem pressionado o Governo, primeiro para a concessão de facilidades excepcionais de ordem financeira e de apoios à actividade industrial e, posteriormente, para autorizar os despedimentos colectivos.

Segundo os últimos dados conhecidos, referentes ao exercício de 1985, a Beralt era a 197ª empresa portuguesa com 1.400 trabalhadores, um volume de negócios de 3,074 milhões de contos e lucros líquidos de 223 mil contos. Um ano antes as vendas totais da empresa no mercado exportador, o único para que trabalha, tinham atingido o volume de 2,5 milhões de contos.

No decurso do ano passado a empresa agitou sistematicamente o argumento da perda de valor do tungsténio e a baixa do dólar para pressionar os trabalhadores a aceitarem um acordo laboral em condições mais duras e para convencer o Governo da necessidade de despedimentos. O primeiro despacho que autorizou um despedimento colectivo foi assinado em 19 de Novembro de 86 pelo

O ministro da Indústria do governo-sombra do Partido Socialista defende a continuação da actividade nas minas ainda que «isso contemple alguns custos para o País»

actual ministro do Trabalho.

Reconheceu a própria administração que com a saída da primeira leva de 300 trabalhadores a produtividade geral melhorou e a empresa pôde respirar um pouco. Mas posteriormente, mesmo com ligeiras e pontuais recuperações do valor do volfrâmio, a desvalorização paralela do dólar frustrou as suas intenções. Daí o novo requerimento, já enviado ao

ministro do Trabalho para o despedimento de mais 150 mineiros. Por números fornecidos pela Beralt a concessionária das Minas teria perdido no primeiro semestre de 1986 cerca de 280 mil contos, sendo ainda obrigada a imobilizar stocks calculados em 291 mil contos aguardando melhores dias no mercado. Com a limitação dos efectivos a mil trabalhadores, a produtividade subiu, a fazer fé nos números da Beralt constantes do requerimento, 14,5 por cento.

O preço/tonelada do volfrâmio oscilou, segundo a Beralt, de 452,9 contos em fim de Agosto passado até descer a 433 mil escudos em fim de Janeiro de 87. Pelo caminho foi acusando 414 contos em Setembro, 410 em Outubro, 411 em Novembro e 431 em Dezembro.

Em resumo: enquanto a redução dos custos de produção por tonelada foi de 18,5 por cento, a perda de valor foi de 32 por cento.

E com base nestes argumentos que uns mil mineiros da Panasqueira, na Beira Baixa, estão na iminência de despedimento colectivo, em três fases, se o Governo não tomar posição para o travar, ainda que isso implique alguns custos que o País tem obrigação moral de suportar, por ter recolhido enormes benefícios passados da actividade dos mineiros da Panasqueira, como acentuou ontem o dirigente socialista António Guterres.

Segurança Social agita-se

Cerca de 50 mil trabalhadores da Segurança Social, Casas do Povo, Misericórdia de Lisboa e instituições de solidariedade social (IPSS) efectuarão na segunda semana de Março uma jornada de luta.

A jornada inclui greves regionais nas IPSS, deslocação de activistas sindicais a Lisboa para contactos com órgãos de poder e distribuição de comunicados em todo o País — anunciou o Sindicato da Função Pública.

Sindicato nega acordo com a CP

O presidente do Sindicato dos Transportes Fluviais, Armando Fabricio, desmentiu ontem que o seu sindicato tenha subscrito um acordo de empresa com a CP.

Uma fonte da CP anunciou no sábado que vários sindicatos ligados à UGT e independentes e o Sindicato dos Fluviais, da CGTP, tinham subscrito um acordo de empresa que prevê aumentos de 11,8 por cento.

Armando Fabricio afirmou que o Sindicato dos Transportes Fluviais reivindica um aumento de 14 por cento na tabela salarial e a criação de dois novos subsídios, e continua em negociações com a CP.

Por falta de "papel"

Tendência altista da Bolsa está mesmo para durar

Por carência de oferta de títulos os fundos de investimento estão a virar-se para as Bolsas estrangeiras

A tendência altista das acções cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa, que se vem registando desde o princípio do ano, deverá manter-se por mais algum tempo, afirmaram fontes bolsistas.

Esta tendência fica a dever-se à falta de títulos de qualidade, chegando mesmo a não se verificar transacções em algumas das sessões, acrescentaram as mesmas fontes.

Não se efectuarão transacções desde que a oferta não cubra 20 por cento da procura. Foi o que aconteceu na semana passada com os papéis da Marconi, Sonae, Vidago e Efacec, entre outros.

O volume de transacções registado entre os dias 3 e 6 deste mês foi de 1.873 milhões de contos (517 876 títulos), dos quais 695 mil contos foram negociados no mercado com cotação oficial (327 927 títulos).

Do montante negociado no

mercado oficial, 510 890 contos corresponderam a acções transaccionadas, 173 009 contos a obrigações e 11 294 contos a títulos de participação.

No mercado com cotação não oficial foram transaccionados 631 477 contos de cautelas de obrigações (65 008 títulos), 470 601 contos de cautelas de acções (89 691), 37 779 contos de acções (5680) e 37 565 contos de títulos de participação (29 570).

Os papéis que mais se destacaram na semana passada foram os da Caima, que atingiram a cotação recorde de 100 contos, e os da CISF, Imoleasing, Efacec, Penina, Grão-Pará e Orey Antunes, empresas que estão a atingir diariamente preços recorde.

A subida dos preços da Grão-Pará ficou a dever-se às notícias surgidas na imprensa sobre a concretização do contrato de viabilização entre a empresa e os bancos credores.

O facto de começarem, neste mês, a operar no mercado os novos quatro Fundos de Investimento, a par do já existente Fundo Invest, será favorável à alta dos preços.

Esta situação será equilibrada, também neste mês, com o lançamento das obrigações do Tesouro «FIP/87» e em Março com as emissões públicas de acções de algumas empresas.

A falta de correspondência da oferta relativamente à procura obrigará os novos fundos a aplicarem os seus capitais nos mercados estrangeiros, como tem já feito o Fundo Invest, cuja carteira de títulos atinge já os 10 milhões de contos.

Fontes bolsistas afirmaram à Lusa que o aparecimento de uma procura mais qualificada, personalizada nos fundos de investimento portugueses e nos fundos de pensões estrangeiros, conduzirá à subida geral dos preços, principalmente os dos papéis mais sólidos.

COTAÇÕES CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS

(Por Unidade)		
COTAÇÕES DE NOTAS	COMPRA	VENDA
ÁFRICA DO SUL (rand)	55\$50	61\$50
ALEMANHA FED. (marco)	76\$50	77\$70
ÁUSTRIA (xelim)	10\$85	11\$05
BÉLGICA (franco)	3\$491	3\$741
BRASIL (cruzado)	3\$800	6\$300
CANADÁ (dólar — notas de 1 e 2)	104\$80	107\$30
(notas de 5 a 1000)	105\$30	107\$80
DINAMARCA (coroa)	20\$25	20\$65
ESPAÑA (peseta)	1\$055	1\$175
EUA (dólar — notas de 1 e 2)	140\$00	143\$50
(notas de 5 a 1000)	140\$50	144\$00
FINLÂNDIA (marka)	30\$60	31\$20
FRANÇA (franco)	22\$95	23\$65
HOLANDA (florim)	67\$75	68\$85
IRLANDA (libra)	204\$95	208\$95
ITALIA (lira)	\$098	\$113
JAPÃO (iene)	\$869	\$924
NORUEGA (coroa)	19\$90	20\$40
REINO UNIDO (libra)	212\$95	217\$45
SUÉCIA (coroa)	21\$45	21\$55
SUIÇA (franco)	90\$85	92\$35
VENEZUELA (bolivar)	5\$15	6\$15

OBSERVAÇÕES:

- 1 — No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.
- 2 — Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 6 por mil.



Um polícia no telhado do edifício em frente da Caixa Económica de Marselha, onde assaltantes armados mantiveram 23 pessoas como reféns, durante cerca de 12 horas. Os assaltantes conseguiram fugir por um túnel com uma quantidade indeterminada de dinheiro e valores, gorando assim a vigilância policial

Os conflitos no Médio Oriente

O especialista em questões do Médio Oriente Arnold Hottinger afirma numa conferência em Lisboa que a guerra do Golfo exige um raciocínio político do Ocidente, pois o seu desfecho afectará o equilíbrio mundial. A conferência, promovida pelo Instituto de Defesa Nacional, teve como tema o conflito do Médio Oriente e as duas «regiões em eferescência» na zona: o Mediterrâneo e o Golfo Pérsico. Hottinger considera importante distinguir entre o conflito israelo-árabe e a guerra do Golfo. A guerra Irão-Iraque é um conflito recente, uma situação que as grandes potências não controlam e que nos seus momentos mais quentes quase provocou a confrontação entre a União Soviética e os Estados Unidos. A estratégia do Irão baseia-se na «surpresa táctica» e se continuar a mesma linha de acção por mais três ou quatro anos é possível que vença o Iraque e progrida no Golfo, onde não haverá nenhum outro exército capaz de se impor, e tente «libertar Jerusalém», objectivo principal da revolução islâmica iraniana, considera Hottinger. É possível que nem o Irão nem o Iraque vençam o conflito. Então a situação será de desgaste e enfraquecimento das duas partes até ao momento em que as estruturas económicas e sociais de uma delas se quebrem, sustenta Hottinger. Quanto ao conflito israelo-árabe, Israel e Síria confrontam-se mas mantêm um distanciamento tático: é «um confronto em equilíbrio», «uma situação congelada». O problema no Líbano é o «vazio de poder» que permite a confrontação entre vários grupos, o terrorismo e a captura de reféns, uma conjuntura que interessa particularmente ao Irão.

Impulso de processo de paz

A Comunidade Europeia procura dar um impulso ao processo de paz na América Central, afirmam fontes diplomáticas em Bruxelas. Os seus 12 ministros dos Negócios Estrangeiros - ou secretários de Estado - reuniram-se durante dois dias na cidade da Guatemala com os seus homólogos de cinco países da América Central (Costa Rica, Nicarágua, Salvador, Guatemala e Honduras) e dos quatro países do Grupo Contadora (México, Venezuela, Panamá e Colômbia). Esse impulso surgiria, de acordo com as mesmas fontes, numa altura «particularmente decepcionante» do processo de paz na região, depois do recuo que sofreu o processo iniciado pelo Grupo Contadora desde as últimas duas reuniões entre a Comunidade Europeia e a América Latina, em São José da Costa Rica em 1984 e no Luxemburgo em 1985. As iniciativas da Comunidade Europeia na região têm-se defrontado com reacções particularmente violentas da parte dos Estados Unidos, cuja administração não vê com bons olhos a interferência de terceiros numa matéria que considera de interesse vital. Apesar dos esforços da Comunidade Europeia para relançar o processo de paz, tudo indica que esta não esteja em condições de dar um importante apoio económico à América Central, um aspecto por onde, de acordo com os observadores, passa efectivamente a resolução do problema.

Guia de pegadas de dinossauro

As gigantescas pegadas fósseis de dinossauros, que povoaram a terra há mais de cem milhões de anos, tem na província espanhola de La Rioja um dos maiores jazigos do mundo. Por isso as autoridades provinciais editaram um folheto sobre estes vestígios pré-históricos. Para além de assinalar itinerários para uma melhor observação dos milhares de pegadas fossilizadas, o guia contém conclusões das investigações feitas sobre o assunto. O roteiro começa «num lugar qualquer do vale do rio Ebro até ao rio Cidacos» para daí «seguir o caminho que um caçador ou um nómada teria usado para aceder ao interior de Los Cameros», zona serrana do Sul de La Rioja. As pegadas contabilizadas são cerca de 600, mas supõe-se que possa haver na zona umas cinco mil.

Fracassa processo de paz nas Filipinas

MILITARES PRONTOS A ATACAR OS GUERRILHEIROS

O general Fidel Ramos disse que as Forças Armadas filipinas estão prontas para atacar os rebeldes comunistas se a Presidente Corazon Aquino der uma ordem nesse sentido. O chefe de Estado-Maior das Forças Armadas fez estas declarações durante uma visita de inspecção a uma base de treino do exército na província de Rizal, a Leste de Manila, poucas horas depois do termo legal do cessar-fogo de 60 dias acordado entre representantes do Governo e da «Frente Democrática Nacional» (FDN).

A trégua, que expirou à meia-noite de domingo, foi a primeira tentativa de pôr fim, pela negociação, à guerrilha iniciada há 18 anos contra o regime do então Presidente Marcos.

Os militares e os dirigentes

do «Novo Exército do Povo» (NEP), a guerrilha de orientação comunista que opera em várias ilhas do arquipélago, acusam-se mutuamente de violações da trégua e do fracasso das negociações de paz.

Ramos disse que o exército

respeitou o cessar-fogo, limitando-se a responder aos ataques da guerrilha, que iniciou uma ofensiva em quatro províncias três dias antes do termo oficial da trégua.

Entretanto a FDN anunciou a sua decisão de se retirar da mesa de negociações e recusar o programa de reintegração social oferecido pelo Governo de Aquino.

A Frente Democrática Nacional agrupa 12 movimentos clandestinos, entre eles o Partido Comunista filipino e cerca de 23 mil guerrilheiros que integram o «Novo Exército do Povo».

O porta-voz da FDN, António Zumel, explicou que os guerrilheiros só continuarão

com as negociações se o Governo concordar quanto às formas de resolver os problemas sócio-económicos do país.

Outro rebelde envolvido nas negociações, Satur Ocampo, acusa o exército, em comunicado, de ser o principal causador da ruptura do diálogo nas conversações de paz que tentam solucionar 18 anos de conflitos armados em todo o país, porque actuaram de má fé desde o início.

Dois fracassos

Uma missão norte-americana, enviada por organismos não governamentais para observar a aplicação do cessar-fogo disse antes de abandonar Manila que a trégua

Homem-chave do "Trangate"

McFarlane tentou suicidar-se

A polícia norte-americana iniciou uma investigação sobre a suposta tentativa de suicídio do antigo conselheiro de Segurança da Casa Branca, Robert McFarlane, um dos nomes em destaque no escândalo Irangate.

O advogado de McFarlane anunciou que o seu cliente foi ontem hospitalizado devido a ter ingerido 20 a 30 comprimidos de Valium. O advogado acrescentou que desconhece se McFarlane ingeriu a dose excessiva de tranquilizantes deliberadamente

ou por acidente e referiu que o ex-conselheiro parece estar livre de perigo.

McFarlane é considerado o homem-chave no acordo que permitiu aos Estados Unidos vender armas ao Irão em troca de reféns norte-americanos detidos no Líbano. As suas declarações aos investigadores do escândalo contrariam a versão oficial da Casa Branca, segundo a qual o presidente Ronald Reagan só teria aprovado a venda de armas ao Irão à posteriori.

Inquérito belga

O ministro belga das Finanças, Mark Eyskens, pediu ontem um inquérito especial às alfândegas na sequência de notícias indicativas de que a Bélgica teria tido um papel importante na venda de armas ao Irão a partir de 1983. O ministro solicitou às autoridades aduaneiras que coordenem o inquérito com um organismo interministerial responsável pelo exame dos pedidos de importação e exportação de armas.

Trinta mortos

Rebeldes afegãos reivindicam queda de avião

Guerrilheiros afegãos abataram ontem um avião com um «rocket» perto da fronteira paquistanesa, causando a morte de pelo menos 30 pessoas, disseram fontes dos rebeldes e do Governo afegão.

A rádio oficial de Cabul descreveu-o como um avião de passageiros e disse que as 30 vítimas incluem mulheres, crianças e seis tripulantes.

Um porta-voz da guerrilha

afirmou no Paquistão que a aeronave era um avião de transporte das Forças Armadas e que as pessoas mortas eram militares afegãos.

Não foi possível obter confirmação de fonte independente.

O ataque de ontem foi o mais grave incidente desde que o líder comunista afegão, Najibullah, lançou uma iniciativa de paz no princípio do ano.

O avião foi abatido quando levantava voo da cidade provincial de Khost, a 20 quilómetros da fronteira paquistanesa.

A rádio de Cabul adiantou que um «rocket», disparado pelo «inimigo», atingiu um avião «Antonov-26», de fabrico soviético, ferindo o piloto e causando um incêndio. O avião despenhou-se pouco depois.



O presidente Ronald Reagan com um chapéu australiano cometido mais uma das suas «gaffes». Ao lançar, ontem, o americano de reformas sociais, Reagan afirmou: «Embora pouco fundamentadas sobre o que estamos a tentar fazer, o caminho errado»

Jihad Islâmica adia execução

A Jihad Islâmica para a Libertação da Palestina adiou por tempo indeterminado a execução de quatro reféns, três norte-americanos e um indiano, devido aos repetidos apelos dos próprios detidos, das famílias e de algumas instituições libanesas, bem como do governo indiano, segundo afirma um comunicado da organização.

O texto, escrito à mão, em árabe, foi entregue à delegação em Beirute de uma agência noticiosa ocidental pouco antes da meia-noite local, hora a que a Jihad Islâmica anunciara que executaria os reféns, caso Israel não cedesse às suas exigências: a libertação de 400 presos palestinos.

No comunicado, a Jihad Islâmica afirma ter notado também «alguns pontos positivos» na declaração do ministro israelita dos Negócios Estrangeiros, Shimon Peres, acerca da eventual libertação desses presos.

Segundo a organização, Peres dissera que Israel estava disposto a debater a hipótese de troca de prisioneiros árabes por um aviador israelita capturado no Líbano. No entanto, o ministro avisou que Israel não cederia

"Velha guarda" do Kremlin prepara contra-ataque

— adverte comentador soviético

Intelectuais soviéticos ligados ao ideais de Mikhail Gorbachev receiam a oposição da «velha guarda» do Kremlin, que consideram ser ainda suficientemente forte para derrubar o actual líder da URSS. Num artigo datado de hoje, o jornalista Robert Evans, da agência Reuter, salienta que analistas políticos em Moscovo têm referido que são evidentes os sinais de alarme nas mensagens divulgadas nos últimos dias por apoiantes das reformas de Gorbachev.

Ao que parece, as advertências intensificaram-se após a reunião do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), durante a qual Gorbachev não conseguiu aprovar as suas propostas de alteração ao processo eleitoral no seio do partido.

O jornalista da Reuter refere que um dos alertas mais veementes a propósito desta situação partiu de Alexander Bovin, um consagrado comentador de política externa, num artigo publicado na revista soviética «Novos Tempos», no qual afirma que «eles» — os conservadores socialistas soviéticos — aceitaram as reformas, mas esperam «calmamente» uma oportunidade para contra-atacar.

«Eles não perderam a esperança de nos enterrar e de nos impedir de pôr fim à negligência, à ineficácia, à injustiça e à corrupção para, com despotismo, voltarem a ser os patrões da burocracia e do formalismo», prossegue Bovin.

Segundo o mesmo artigo, o maior receio da «velha guarda» do Kremlin é a discussão aberta das questões do país, proclamada por Gorbachev como o principal objectivo do seu programa de reformas. O líder soviético tem defendido que a

política de abertura levada a cabo é essencial para assegurar ao povo soviético que o Estado lhe pertence, ao mesmo tempo que lhe permitirá desenvolver a economia e modernizá-la, partindo do princípio de que o povo se convence de que trabalha para um Estado que lhe pertence.

O articulista da revista «Novos Tempos» afirma que «para os conservadores, isto não é assim tão simples. Eles não estão habituados a tentar convencer. Preferem suspeitar e proibir. Tudo se torna mais simples desse modo».

Bovin, que é colaborador habitual do jornal oficial «Izvestia», refere ainda que a velha guarda do Kremlin «aguarda uma oportunidade e prepara-se para treinar uma nova geração que o substituirá». Bovin recorda que já por duas vezes «eles» destruíram a tentativa de implementar reformas efectivas na URSS, em 1956 e 1965.

Num artigo publicado há semana e meia no semanário «Ogonyok», Mikhail Shatrov, outro conhecido articulista soviético, recorda um incidente ocorrido em Outubro último com um chefe de redacção de um jornal moscovita. Este foi afastado do cargo e substituído por uma figura mais nova, no âmbito

do programa de reformas de Gorbachev.

Depois de se ter queixado junto do partido, este garantiu-lhe que a sua substituição ocorreu porque o PCUS está agora empenhado em dizer a verdade. «Estão mesmo a falar a sério?» — interrogou — «Não precebem que tudo vai acabar em breve e que serão vítimas da vossa própria ingenuidade?».

Reticências de Honecker

Quem também parece não estar muito satisfeito com as reformas de Gorbachev é Erich Honecker, presidente da República Democrática Alemã. Ontem, o jornal alemão-federal «Die Welt» citava um antigo conselheiro de Honecker que prevê que esta seja obrigado a demitir-se dentro de um ano.

Wolfgang Seiffert, o antigo colaborador que em 1978 emigrou para a RFA, disse ao «Die Welt» que Honecker, de 74 anos, é visto em Moscovo como um elemento da «velha escola comunista, burocrática e ditatorial» e um adversário das reformas preconizadas pelo actual líder da URSS.

Posição contrária tomou o secretário-geral do Partido Comunista Francês, Georges Marchais, que afirmou ao «Pravda» que o seu partido se sente estimulado com as reformas concretizadas na União Soviética. Curiosamente, as declarações de Marchais surgem numa altura em que o seu partido se encontra a braços com uma crise interna, com o secretário-geral a ser acusado de «despotismo» por destacados dirigentes que, entretanto, se demitiram em protesto contra os ataques de Marchais aos chamados «reformistas» do PCF.

24 HORAS



Cessou 1.º Governo SPD-Verdes

Com a demissão do ministro do Meio Ambiente Joschka Fischer, foi dissolvido o Governo do Estado federado de Hesse, na RFA, o primeiro compartilhado no país pelo Partido Social-Democrata e «Os Verdes». O Primeiro Ministro de Hesse, o social-democrata Holger Boerner, pediu ao único ministro «Verde» no país que renunciasse, devido aos desentendimentos que surgiram entre ambos quanto à futura instalação de uma central nuclear no Estado. Os partidos da oposição, a Democracia Cristã e o Partido Liberal, pediram imediatamente eleições antecipadas.

Prisões em Seul

As autoridades de Seul libertaram cerca de 700 pessoas detidas durante as manifestações de sábado, mas confirmaram a prisão de 170 manifestantes. Outros 130 presos, na maioria jovens, serão julgados por tribunais sumários e 170 manifestantes continuam sujeitos a investigações. As manifestações de sábado, que degeneraram em violentos confrontos com as forças de segurança, tinham sido convocadas pelo Partido Democrático da Nova Coreia, principal força política da oposição e outros 48 grupos.

Irão liberta prisioneiros

O Irão vai libertar um elevado número de prisioneiros e anular condenações de outros para assinalar o oitavo aniversário da revolução islâmica, revela a rádio de Teerão. Todos os prisioneiros que tenham cumprido entre um quarto e um sexto do seu castigo serão postos em liberdade em Junho, e os que tenham cumprido menos tempo verão as suas penas reduzidas entre 50 e 75 por cento, disse a mesma fonte. Contudo, a amnistia não abrangerá todas as categorias de crimes como roubo à mão armada, rapto e tráfico de droga.

Narcotraficantes presos

A polícia espanhola prendeu quatro homens e uma mulher que distribuíam haxixe para a Europa a partir de Portugal. Os cinco indivíduos, todos espanhóis, são acusados de pertencer a uma rede que compra haxixe em Marrocos, que depois é transportado de barco para o sul de Portugal e distribuído para o centro da Europa. A polícia apreendeu ao grupo 200 quilos de haxixe, três automóveis e mais de cinco milhões de pesetas.

Cinco mortos no Punjab

Cinco pessoas morreram na madrugada de ontem, quando extremistas sikhs dispararam rajadas de metralhadora em diferentes locais do Estado do Punjab. Os ataques mais recentes dos sikhs foram dirigidos contra funcionários do governo central e seus familiares. Entre as cinco vítimas de ontem, contam-se um chefe de polícia e o seu filho.

Sismo na Nova Guiné

Um sismo de cerca de 7,4 graus na escala de Richter causou ontem elevados danos, deixando 1000 pessoas sem casa na ilha de Umboi, situada no norte do arquipélago das Papuasias, na Nova Guiné. A maior parte dos edifícios da capital administrativa da ilha ficaram destruídos ou gravemente danificados.

FIROS

«fracassou em parte devido ao deficiente controlo do Governo filipino sobre as actividades dos militares».

Os três observadores afirmaram ainda que a ruptura das negociações de paz «foi resultado de dois fracassos: a incapacidade das duas partes de aceitar uma abordagem conjunta dos problemas fundamentais do país e a incapacidade do Governo nacional de controlar um sector dos militares filipinos».

Entretanto o Governo de Cory Aquino iniciou negociações de paz com a guerrilha muçulmana, que luta há 14 anos pela independência da ilha de Mindanao, no sul do arquipélago.

Execução de reféns

a ultimatos, posição que foi apoiada pela Secretaria norte-americana de Estado. O porta-voz, Charles Redman, declarou que os Estados Unidos têm conferenciado com Israel e com outros países sobre a situação no Líbano, mas que não fizeram ao governo israelita qualquer pedido no sentido de libertar os árabes que a Jihad Islâmica deseja.

Entretanto, cinco navios de guerra da marinha norte-americana atracaram ontem no porto israelita de Haifa. A chegada dos navios elevou para oito o total de vasos da sexta esquadra a aportar a Haifa desde sexta-feira.

Atentado em Beirute

Um carro armadilhado explodiu ontem perto de uma bomba de gasolina num bairro densamente povoado de Beirute Ocidental, matando pelo menos 15 pessoas e ferindo mais de 40, disse a polícia.

Ambulâncias e carros de bombeiros acorreram ao local, enquanto uma enorme nuvem de fumo se elevava sobre o bairro de Rweis, uma área controlada pela milícia muçulmana xiita Amal, pró-iraniana.



Gorbachev encontra-se com operários. A política de abertura do actual líder soviético põe em causa o «modus operandi» da velha guarda do Kremlin.

Eleições no Benfica

João dos Santos estuda convite

Parece ganhar algum vulto a existência de uma «terceira coluna» no próximo acto eleitoral do Benfica, dado que o associado João Maria dos Santos Júnior (administrador da Diese) confirma ter sido convidado para liderar uma lista de oposição a Fernando Martins e Cavaleiro Madeira, afirmando de que está em fase de contactos com os consócios que o tentam «empurrar para a corrida eleitoral» e provavelmente no começo da próxima semana surgirá a decisão.

Consta que as figuras «carismáticas» empenhadas em convencer João dos Santos são as mesmas que estiveram envolvidas no «processo Marcel de Almeida» e que, seguidamente, tentaram suggestionar o general Almeida Bruno que recusou o convite alegando indisponibilidade para o desempenho do cargo presidencial.

Ténis: o que eles (e elas) facturam

A checoslovaca Hana Mandlikova e o sueco Stefan Edberg lideram a relação dos tenistas profissionais que mais lucros financeiros já obtiveram na temporada em curso. O escalonamento segundo a Associação Internacional é o seguinte:

Eles: Stefan Edberg (Suécia), 121 633 dólares; Tim Mayotte (EUA), 68 512; Pat Cash (Austrália), 53 196; Wally Masur (Austrália), 53 086; Miloslav Mecir (Checoslováquia), 51 127; Yannick Noah (França), 47 836; John McEnroe (EUA), 33 750; Anders Jarryd (Suécia), 32 480; Peter Doo-han, (Austrália), 29 189; Ivan Lendl (Checoslováquia), 28 650.

Elas: Hana Mandlikova (Checoslováquia), 142 684 dólares; Martina Navratilova (EUA), 76 471; Pam Shriver (EUA), 69 800; Claudia Kohde-Kilsh (RFA), 64 225; Zina Garrison (EUA), 61 802; Helena Sukova (Checoslováquia), 50 100; Catarina Lindqvist (Suécia), 32 775; Elizabeth Smylie (Austrália), 28 736; Lori McNeil (EUA), 28 658; Elise Burglin (EUA), 20 359.

Mirandela da Costa visita o Ribatejo

O director-geral dos desportos, Mirandela da Costa, esteve no fim-de-semana em Santarém, onde presidiu à assinatura de um protocolo para informatizar o painel desportivo do distrito.

Mirandela da Costa deslocou-se também ao Cartaxo onde visitou o complexo desportivo local e as obras do futuro parque de jogos do Sport Lisboa e Cartaxo. Esteve ainda em Fátima, Ferreira do Zêzere, Golegã, Alpiarça e Tomar, tendo assinado vários protocolos desportivos e de apetrechamento de material.

Desporto com elas



Para a história, aqui publicamos as fotos das equipas femininas de basquetebol do CIF e de voleibol do Sporting, como justa homenagem ao empenhamento dessas belas raparigas na prática desportiva como manifestação de valorização cultural, já que o desporto é uma forma de cultura.



«Seabrinhas» preparam-se no Jamor

Vêm aí as «squadras»

PORTUGAL-ITÁLIA EM TRÊS FRENTES

• «Esperanças» actuam amanhã, em Alvalade

A selecção italiana é «claramente favorita» mas está ao alcance de Portugal — disse o treinador da selecção de Esperanças, António Oliveira, referindo-se ao encontro de amanhã em Alvalade.

«Os italianos jogam juntos há cinco anos, são na sua generalidade titulares no campeonato transalpino e, além disso, são vice-campeões da Europa» — afirmou o técnico português, no final do penúltimo treino da equipa, realizado ontem no Estádio Nacional. «No entanto, apesar de a Itália ser claramente favorita, acrescentou Oliveira — «a vitória está ao nosso alcance».

Este é o terceiro jogo da selecção portuguesa no Grupo 2 de apuramento para o Europeu de futebolistas até 21 anos, depois de se ter estreado com uma vitória (2-0) sobre a Suécia e de ter perdido na Suíça (3-1).

O responsável técnico pelas Esperanças sublinhou que «Portugal terá de adoptar um sistema de jogo que se ajuste às características dos seus jogadores», mas declinou divulgar qual a tática a adoptar pela equipa nacional.

Na sessão de ontem António Oliveira optou por um treino sectorial, em que participaram os 17 jogadores convocados.

Entre eles, o central Mota, do Elvas, e o lateral Eugénio, do Estoril, que substituíram os benfiquistas Samuel e José Carlos, afastados dos trabalhos da selecção por terem integrado a equipa do Benfica que se deslocou a Angola, para disputar o torneio da Sonangol.

Tanto Mota como Eugénio, ambos de 20 anos, mostraram-se satisfeitos com a chamada à equipa nacional de Esperanças, embora lamentando as circunstâncias em que ocorreu.

O último treino das Esperanças tem lugar hoje ao fim da tarde no Estádio de Alvalade, recinto escolhido para o jogo com a Itália, sendo essen-

cialmente técnico-táctico e de adaptação à luz e ao relvado de Alvalade.

Quim com «baixa»

No final dos trabalhos da equipa de Esperanças, subiram ao relvado principal do Jamor as selecções A e olímpica, que durante cerca de hora e meia «cuidaram» da condição física, também sob a orientação de António Oliveira.

O portista Quim foi o único dos 17 convocados para a equipa principal que não participou na sessão, por estar engravado, tendo regressado ao hotel de concentração depois de observado pelo médico Camacho Vieira. «Todos os outros, incluindo Manuel Fernandes, Frasco e Adão, estão em perfeitas condições», podendo treinar sem limitações», disse Camacho Vieira.

«Manuel Fernandes debelou a infecção que o afectava devido a uma ferida num pé, Adão recuperou do síndrome gripal e o portista Frasco, que se queixava do músculo adutor da coxa, também já está bom» — acrescentou o médico da selecção nacional.

Mendes «tocado»

Quanto aos olímpicos, Camacho Vieira disse que apenas o guarda-redes se apresentou «tocado» num músculo da coxa, tendo-lhe sido aconselhado um «treino condicionado». No entanto, pouco depois de pisar o relvado do Jamor, o guarda-redes do Portimonense regressaria aos balneários, resentindo-se da lesão.

Os olímpicos, que dia 18 de frontam em Lecce a selecção transalpina, cumprem hoje mais uma sessão de treino, no Estádio Nacional.

Clubes-FPF: Situação agudiza-se

Segundo notícias que por aí vão correndo, os clubes que

constituem a Associação Nacional de Clubes irão procurar transformar aquele organismo em Federação Portuguesa de Futebol Profissional dando «corpo» à ameaça de ruptura recentemente anunciada contra a FPF, criando, deste modo, um organismo paralelo ao areópago da Praça da Alegria. Quanto a consequências, melhor será aguardar pela reunião de 6.ª feira, em Braga, para sabermos qual a decisão tomada e os objectivos em mira.

Mais uma «chicotada»

A mudança de treinador, vai-se tornando norma generalizada nos clubes onde os êxitos são reduzidos. Desta vez, foi Vítor Gomes, que recentemente rendeu Artur Ferreira no comando do Estrela de Portalegre, que resolveu sair alegando «falta de condições de trabalho».

Belenenses-Dinamo de Bucareste esta noite no restelo

Como principal atractivo do encontro que pelas 21 horas, se iniciará no Restelo entre o clube lisboeta e o Dinamo de Bucareste, ressalta a apresentação do brasileiro Guina, recentemente contratado pelo Bellenenses e que se diz poder vir a ser «dono» da camisola n.º 10.

Dois senegaleses no Portimonense

No encontro ontem realizado em Portimão, entre o Portimonense e o Schalke 04 (RFA) e que terminou empatado a um golo, registaram-se as estreias dos futebolistas senegaleses Diup e Karin.

Manuel de Oliveira: «Marítimo precisa de um tratamento de choque»

Manuel de Oliveira disse no

Funchal que o Marítimo precisa de um «tratamento de choque», ao assumir o comando técnico da equipa madeirense admitindo a existência de jogadores «que se encontram frustrados desde início da época facto que teve consequências no seu rendimento» e recusou a existência de «craques que chupem o sangue aos outros ou que se coloquem em posições privilegiadas».

Preconizando a introdução de «um grande safanão», o técnico do Marítimo disse que a sua acção inicial visará o estabelecimento de uma interligação entre os vários sectores da equipa.

Referindo que serão introduzidas alterações na constituição e forma de actuação do sector defensivo do Marítimo, o novo treinador da equipa madeirense não excluiu a hipótese de ser contratado um ponta-de-lança: «já abordei esse assunto com o presidente da direcção, mas primeiro terei de ver bem os jogadores de que passarei a dispor».

Futebol de salão: Espanha, 4 - Portugal, 0

A Espanha bateu Portugal, 4-0, em encontro disputado segunda-feira em La Corunha, a contar para o grupo «A» do II torneio de futebol de salão da FIFA.

No outro encontro do mesmo grupo, Estados Unidos e Bélgica empataram 1-1, enquanto que para o grupo «B», a Hungria bateu a Itália por 1-0 e a Holanda derrotou o Brasil por 5-1.

Após esta jornada a classificação ficou assim ordenada:

Grupo A — Espanha, 2 pontos; Estados Unidos e Bélgica, 1; Portugal, 0.

Grupo B — Holanda e Hungria, 2; Itália e Brasil, 0.

Hoje disputa-se a segunda jornada, com os encontros Estados Unidos - Espanha e Portugal - Bélgica, a contar para o grupo «A» e Brasil - Itália e Holanda - Hungria, a contar para o grupo «B».

Corrupção na arbitragem

A FAMA QUE VEM DE LONGE

Alves Henriques

«Procurar o prestígio e a dignificação deste importantíssimo sector do futebol, vigiar e tudo fazer para que a preparação física dos árbitros fosse mais capaz e os cursos de aperfeiçoamento mais regulares», foram algumas das preocupações referenciadas por Pinto de Sousa, presidente do Conselho de Arbitragem da FPF, e tidas como intenções prioritárias tendo em vista a moralização da actividade.

Naturalmente que no íntimo do sr. Pinto de Sousa estas não seriam as causas próximas da falência do sector, porquanto o tempo que leva no desempenho das funções de primeiro responsável da arbitragem do futebol, lhe permitiu ter consciência de que outros pormenores existem bem mais importantes do que atentar na condição física. E, através de «meetings» nos arredores da Cruz Quebrada, também não se poderá aquilatar se os árbitros se encontram identificados com as recomendações vindas do «International Board» e se todos eles estão ou não familiarizados com o aperfeiçoamento e actualização das regras e suas consequentes interpretações. No domínio da uniformidade de critério, também não escapará a Pinto de Sousa a necessidade de proceder a constantes testes de avaliação.

E tudo isto não é o mais grave como todos saberão. Há uma enorme tarefa de moralização, averiguando as suspeitas e denúncias sobre tentativas (só?) de corrupção e suborno, feitas com alguma constância através de dirigentes de clubes e avalizadas por certos árbitros, ainda que cada um diga que nunca se deixou «ir na onda».

Exemplos mais recentes parecem indicar que as «tentativas» para «comprar os árbitros» são diversas e através das mais variadas manobras.

E, a propósito do optimismo dos dirigentes da arbitragem de que as acusações feitas não passam de meras desculpas dos dirigentes e treinadores (algumas não passarão realmente disso) para esconder insucessos de gestão e de orientação, vamos lá recordar uma pequena parcela de casos reveladores de que a nossa arbitragem não vai tão bem como os seus integrantes apregoam, ainda que um pouco melhor do que alguns fazem constar.

1.ª Jornada — FC Porto/V. Guimarães — Vítor Correia: o presidente portista (Pinto da Costa) vem a público contestar algumas decisões do árbitro, referindo que ele mentira no relatório ao citar ter expulsado o futebolista Celso por «ter dado um murro» num adversário.

4.ª Jornada — Rio Ave/FC Porto — Francisco Silva: segundo foi salientado pelos críticos presentes, o «juiz» de Faro terá cometido alguns hiatos de julgamento e, logo nos balneários, começaram os «jogos flo-

rais» entre o árbitro e o presidente portista, com este a informar os jornalistas de que Francisco Silva lhe chamara mafioso e que, por efeito do insulto, iria ser apresentada queixa na FPF e nos tribunais comuns. Seguiram-se outras mais acusações contra Francisco Silva envolvendo histórias de «Mercedes» contadas em tons diversos. Entretanto, o referido árbitro anuncia, também, propósitos de avançar com processo judicial contra Pinto da Costa e o FC Porto emite comunicado referindo que «o sr. Francisco Silva não tem juízo na cabeça, vai demonstrá-lo a denúncia-crime contra ele formulada». Sobre as consequências do confronto apenas se sabe que Francisco Silva não mais dirigiu qualquer jogo (I Divisão) no distrito do Porto.

4.ª Jornada — Benfica/Farense — José Guedes: o «caso do jogo» consistiu na anulação dum gol ao Farense marcado em condições regulares por Jorge Andrade, e daí os contundentes protestos do clube lesado que se viu privado dum ponto, cujas consequências são imprevisíveis.

7.ª Jornada — Boavista/Sporting — Raul Ribeiro: Valentim Loureiro agastado pelo trabalho do árbitro de Aveiro desabafou nestes termos o seu inconformismo: «estou a ferver, estou saturado! O que se passa no campo da arbitragem é de bradar os céus».

8.ª Jornada — Chaves/Benfica — Francisco Silva: mais uma actuação desajustada do nível a que o Conselho de Arbitragem promoveu este ambicioso árbitro, e Raul Águas sintetizou a sua análise assim: «o sr. Francisco Silva foi o melhor médio do Benfica, coordenando todo o jogo a meio-campo».

8.ª Jornada — V. Guimarães/Boavista — Alder Dante: descontente com actuação do árbitro de Almeirim, Valentim Loureiro veio novamente evidenciar o seu descontentamento manifestando o desencanto nestes termos: «as coisas na arbitragem atingiram o nível do escândalo».

8.ª Jornada — Belenenses/FC Porto — Veiga Trigo: a actuação do novel internacional foi assim definida por Henri Depireux: «a validação do 2.º golo portista foi uma autêntica aberração. Há qualquer coisa a fazer a nível dos árbitros em Portugal. Este trio nunca acertou».

9.ª Jornada — Varzim/Belenenses — Rosa Santos: vivamente contestada a actuação deste excelente (talvez o n.º 1 cá



E não haverá por aí muito árbitro a merecer o «encarnado»?

O que eles ganham

Quando por aí é feito constar que os árbitros ganham uma «ninharia» diremos que não é bem assim. Ora tomem nota da tabela de compensação de despesas a conceder aos árbitros em vigor desde Agosto de 1986:

ESCALÕES	Até 150 km	De 151 a 400 km	De 401 a 650 km	Mais de 651 km
I Divisão	16 000\$	26 000\$	47 500\$	76 000\$
II Divisão	9 500\$	15 500\$	32 100\$	49 500\$
III Divisão				
jun., juv. e inic.	7 700\$	13 400\$	26 200\$	39 600\$

A estes valores inclua-se mais os prémios de 7500\$00, 4000\$00 e 3000\$00, respectivamente, às equipas que dirigem jogos da I, II e III divisões.

da terra) árbitro de Beja, que, em boa verdade, esteve desastrado, e o CFB tornou público um comunicado dirigido ao CNA protestando com veemência «contra o silêncio dos responsáveis pela arbitragem e contra a impunidade dos erros».

9.ª Jornada — Marítimo/Portimonense — Santos Ruivo: considerando o que se passara nos «Barreiros» os dirigentes do Portimonense «vetaram» aquele juiz de Abrantes e protestaram com vigor junto dos responsáveis federativos.

10.ª Jornada — Braga-FC Porto — João Rosa: o executivo bracarense contestou as decisões do árbitro eborense e fez seguir um comunicado para o CNA da FPF «vetando» o seu nome para futuros jogos em que intervenha o SC Braga. João Rosa não mais voltou ao Norte.

10.ª Jornada — Salgueiros/Benfica — Veiga Trigo: foi tão negativa a sua actuação que

todos os críticos a pontuaram pelo sofrível.

11.ª Jornada — Porto/Boavista — Vítor Correia: Pinto da Costa denuncia ter sido uma actuação com «dualidade de critérios e falta de imparcialidade» a que o árbitro responderia não reconhecer aquele dirigente competência para afirmações sobre matéria de arbitragem.

12.ª Jornada — Belenenses/Elvas — Fernando Alberto: tratou-se duma arbitragem escandalosa denunciando total «caseirismo» ao negar uma grande penalidade a favor do clube alentejano no minuto inicial do jogo, para pouco depois, inventar igual falta em benefício do Belenenses (o n.º 1 de «Os Belenenses» bem a nosso lado foi o primeiro assistente a levar as mãos à cabeça em sinal de reprovação. E Acácio Rosa até já desempenhou o cargo de presidente do Conselho de Arbitragem!). Ironicamente o treinador

Carlos Cardoso diria no final que «o árbitro cumprira com a missão para que fora incumbido».

12.ª Jornada — Rio Ave/Boavista — Veiga Trigo: A opinião unânime dos observadores neutrais referiram que algo de muito grave se passou e Veiga Trigo terá sofrido fortes pressões para que o Boavista não fosse o vencedor. De resto, é ele quem refere no relatório do jogo terem sido atiradas pedras e garrafas sobre o trio de arbitragem e fora ameaçado «de que não sairiam vivos se o Rio Ave não vencesse o jogo» referindo o vice-presidente Santos Pereira que o tentara agredir. O Boavista protestou, e a crítica salientou o «chorrilo» de asneiras cometidas pelo árbitro, todas em desfavor do Boavista.

12.ª Jornada — Académica/Guimarães — Francisco Silva: ainda que o árbitro tenha actuado com acerto não deixou de surpreender um telefonema (anónimo) feito na véspera para casa de um dirigente da AAC dizendo que «o árbitro que vinha de Faro estava comprado pelo Guimarães para que este ganhasse o jogo».

13.ª Jornada — Rio Ave/Salgueiros — Santos Ruivo: muito decepcionante terá sido a forma como o árbitro actuou e o presidente do Salgueiros desabafou: «isto desprestigia a arbitragem e faz-nos pensar duas vezes se existe ou não verdade desportiva».

15.ª Jornada — Guimarães/Sporting — Veiga Trigo: mais uma actuação lamentável do árbitro alentejano prejudicando, de forma condenável, o Sporting não assinalando uma clara

grande penalidade a seu favor e quando o resultado lhe era favorável por 1-0, e Amado de Freitas, para além de anunciar imediata reunião com o Conselho de Arbitragem, exprimiu-se assim: «o Sporting lamenta que para um jogo daquela importância tivesse sido nomeado um árbitro que, recentemente, teve problemas na região» e considerou que a sua actuação «foi fortemente lesiva dos interesses do clube». Curiosamente, o Vitória de Guimarães emite um comunicado de elogio à arbitragem com um teor de indecifrável intenção.

15.ª Jornada — Chaves/Belenenses — José Guedes: O Belenenses emite novo comunicado de protesto e repúdio pela «arbitragem tendenciosa» e em seu prejuízo, e «veta» o nome de José Guedes para futuros encontros em que intervenha.

18.ª Jornada — Chaves/FC Porto — Miranda Dias: os flavenses exerceram severas críticas ao árbitro de Cantanhede, alegando hipotéticos erros e, sem razão, tiveram-no «sequestrado» nos balneários cerca de três horas tendo alguns fanáticos esvaziado os pneus do seu carro. Miranda Dias foi acusado de «paranóico e corrupto» pelo que ficamos a aguardar pelo julgamento (na sequência da acção que o referido árbitro alegou ter movido) para então sabermos se os dirigentes do Chaves terão algum «trunfo na manga» relativamente a qualquer antecedente daquele árbitro.

Como se vê, «casos» não faltaram ao longo das jornadas já efectuadas e alguns sintomatizam, com total evidência, de que muita coisa vai mal no sector da arbitragem.

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA

1.º JUÍZO

ANÚNCIO

São citados os credores desconhecidos que gozem da garantia real sobre os bens penhorados aos executados para reclamarem o pagamento dos respectivos créditos, pelo produto de tais bens, no prazo de dez dias, depois de decorrida a dilação de vinte dias, que se começará a contar da 2.ª e última publicação do anúncio.

Execução SETENÇA, n.º 9453-C, 3.ª Secção.
Exequentes — ESCOLA DE CONDUÇÃO A PORTUGUESA, LD.ª
Executado — GARAGEM SABROSA, LD.ª com sede na Rua Barão de Sabrosa, n.º 330 — LISBOA.

Lisboa, 22 de Janeiro de 1987

O Juiz de Direito,
Ass. ilegível
Pel' o Escrivão de Direito
Ass. ilegível

«DL» 10/2/87 — 2.ª publicação

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA

2.º JUÍZO

ANÚNCIO

Faz-se saber que nos autos de Exec. Ordinária n.º 11 787 da 3.ª sec. em que é exequente Caves dos Olivais, LD.ª com sede em Anadia e executados Jorge dos Santos Taborda e mulher Maria Júlia Barata Taborda, ausentes em parte incerta e com última residência conhecida na Rua Carolina Michaelis de Vasconcelos, n.º 16-cave-dt.º, em Lisboa, são estes executados citados, para no prazo de 10 dias, finda a dilação de 30 dias, contados da data da 2.ª e última publicação deste anúncio, deduzirem oposição, pagarem à exequente a quantia de 2 611 931\$00 e juros, ou nomearem bens à penhora, sob pena de se considerar devolvido à exequente o direito de nomeação de bens.

Lisboa, 21/1/87

O Juiz de Direito
Manuel José Pires Capelo
O Escrivão Adj.º
António Daniel Antunes

«DL» 10/2/87 — 2.ª publicação

TRIBUNAL DO TRABALHO

DE LISBOA

ANÚNCIO

O DOUTOR FRANCISCO ALVES DE ALMEIDA, JUIZ DE DIREITO DO SEGUNDO JUÍZO DO TRIBUNAL DO TRABALHO DE LISBOA.

FAZ SABER que pela Primeira Secção deste Segundo Juízo e sob o número SETENTA E QUATRO DE MIL NOVECEN- TOS E OITENTA E CINCO, correm seus termos uns autos de acção emergente de CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO, com processo SUMÁRIO, em que é AUTOR — CASSIANO PASCOAL PEREIRA residente na RUA CIMA DE CHE- LAS, NÚMERO TRINTA E SETE em LIS- BOA e RÉ — CELCOM — COMÉRCIO DE ESQUENTADORES E MÁQUINAS PARA O LAR, LD.ª representada por FERNANDO JOSÉ PASSAS CUNHA, com última residência conhecida na RUA GREGÓRIO LOPES, LOTE MIL QUINHENTOS E NOVENTA E SEIS — DÉCI- MO PRIMEIRO ANDAR ESQUERDO, em LISBOA, correm editos de TRINTA DIAS citando a referida RÉ, findo o da dilação, contados a partir da data da publi- cação do último anúncio, CONTESTAR querendo a acção especial de CONTRA- TO INDIVIDUAL DE TRABALHO — SU- MÁRIO —, bem como o pedido de Assis- tência Judiciária formulado pelo autor na PETIÇÃO INICIAL cujo duplicado se en- contra à disposição da RÉ na respectiva Secção de Processos.

OUTROSSIM se faz saber que para a AUDIÊNCIA DE JULGAMENTO foi desi- gnado o dia VINTE E QUATRO de ABRIL de MIL NOVECEN- TOS E OITENTA E SETE, pelas DEZ HORAS, o qual terá lu- gar na SALA DE AUDIÊNCIAS deste SE- GUNDO JUÍZO, sendo OBRIGATÓRIA a comparência da RÉ na pessoa do seu le- gal representante, a qual deverá apresen- tar para aquele acto as provas, bem como as testemunhas que arrolar na contesta- ção, fazendo comparecer advogado constituído, em concordância com o valor da acção.

MAIS SE NOTIFICA a RÉ de que tem o prazo de SETE DIAS para depositar na CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS — AN- JOS, por meio de guias a levantar na Sec- ção, a quantia de TRÊS MIL DUZENTOS E NOVENTA ESCUDOS DE PREPARO para JULGAMENTO.

LISBOA, trinta de Janeiro de mil nove- centos e oitenta e sete.

O JUIZ DE DIREITO
(assinatura ilegível)

O ESCRIVÃO DE DIREITO
(assinatura ilegível)

D.L. 10/2/87 — 2.ª Pub.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE OELRAS

3.º JUÍZO ANÚNCIO

1.ª Secção Proc. n.º 123/84

Faz-se saber que no dia 24 do próximo mês de Fevereiro, pelas 14.30 horas, neste tribunal há-de ser postos em praça para serem arrematados pelo maior lance oferecido, acima do indicado, os bens abaixo identificados, penhorados ao exe- cutado OLIVEIRA & QUINTELA, LD.ª, com sede na R. Inst. Conde Agrolongo 19 r/c Esq.º ALTO DA LOBA, PAÇO DE AR- COS, na execução Ordinária que lhe move COMPRAHE EMPRESAS DISTRI- BUIDORA DE ALCATIFAS, LD.ª, e de que é depositário FERMIN GALLEGÓ com escritório na Av.ª 5 de Outubro 23-1.º LISBOA

BENS A ARREMATAR

As fracções C e D correspondentes aos r/c Dt.º e r/c Esq.º do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Oelras no Livro B-5 a fls. 186-V.º sob o n.º 1483.

Oelras, 29 de Janeiro de 1987
O Juiz de Direito
Luís Flores Ribeiro
O Escrivão de Direito
José Alberto Martinho Pereira

D.L. 10/2/87 — 1.ª Pub.

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA

SEGUNDO JUÍZO

ANÚNCIO

Faz-se saber que, por este meio, são devidamente convocados todos e quaisquer credores da requerente- apresentante «PRETENTO — SOCIE- DADE DE PREFABRICADOS EM BE- TÃO, LD.ª», sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, com sede em Lisboa, ao Restelo, na Av.ª Dr. Mário Coutinho, lote 1733, 8.º Dt.º, para, comparecerem neste Juízo sito no 3.º piso do Palácio da Justiça, Rua Marquês da Fronteira, em Lisboa, no dia DEZASSETE DE MARÇO, PE- LAS 10 HORAS, para o fim último de se conseguir concordata, com os respecti- vos representantes, depois de serem apreciados, de uma maneira geral, a si- tuação dos negócios da requerente, as causas do estado de falência e discuti- rem e apreciarem os débitos da mesma.

Os credores que não figurem na rela- ção apresentada pela requerente, po- dem reclamar no processo os seus cré- ditos, até dez dias antes ao designado para a reunião acima referida, e qual- quer credor pode, no prazo de cinco dias posteriores à mesma, impugnar qualquer crédito e denunciar actos cul- posos ou fraudulentos, da administra- ção da referida sociedade apresentan- te e requerente, acima aludida.

Lisboa, 2 de Fevereiro de 1987

O Juiz de Direito,
José Tavares de Paiva
A Escrutória,
Maria Teresa de Matos Dias

«DL» 10/2/87 — 2.ª pub.

TRIBUNAL DE FAMÍLIA DE LISBOA

2.º JUÍZO

ANÚNCIO

P. 4869/85

3.ª Secção

Pelo 2.º Juízo — 3.ª Secção do Tribu- nal de Família de Lisboa, Proc. 4869/85, correm editos de TRINTA DIAS, con- tados da segunda e última publicação deste anúncio NOTIFICANDO o Re- querido: — JOÃO JOSÉ VIEIRA MARTINS, ausente em parte incerta e com a última residência conhecida na Rua Cidade da Horta, n.º 4-r/c, Direito — Pontinha — Lisboa, para no prazo de OITO DIAS, decorrido que seja o dos editos, contestar, querendo, o pedido de atribuição da casa de morada de fa- mília, pedido este formulado nos Autos de Divórcio Litigioso n.º 4869, a fls. 31, em que é Requerente: — Gracinda Ca- valheiro da Silva Martins e Requerido, o ora notificando.

A Requerente, reside na Rua D. Nuno Álvares Pereira, n.º 4-2.º, Esquerdo — Venda Nova — Amadora e pede que lhe seja transferido para ela o direito ao arrendamento da casa de morada de fa- mília, onde vive, arrendamento esse de que o notificado é titular.

O duplicado do requerimento inicial, encontra-se nesta Secção e Juízo à sua disposição. Este pedido é feito nos ter- mos do n.º 4 do artigo 1110º do Código Civil

Lisboa, 9 de Dezembro de 1986

O Juiz de Direito

(a) — Álvaro Dias dos Santos
O Escrivão Adjunto
(a) — Carlos Fraga Lopes Pereira

«DL» 10/2/87 — 2.ª Pub.

DESPORTO



Rosa Santos



Carlos Valente



Veiga Trigo

ÁRBITROS PORTUGUESES: DISTINÇÃO

Os categorizados árbitros Rosa Santos e Carlos Valente — talvez os portugueses mais cotados pelos observadores da FIFA — acabam de ser distingui- dos com a escolha para dirigir dois encontros entre selecções «A» a contar para a fase de apuramento do «Europeu-88».

O bejense Rosa Santos (que será auxiliado por Vítor Correia e Francisco Silva) estará presente no

Roménia-Albânia a realizar no dia 25 de Março, enquanto Carlos Valente dirigirá o Bulgária-Re- pública da Irlanda no dia 1 de Abril com a colabo- ração de Alder Dante e José Guedes.

Para completar a presença dos sete juízes inter- nacionais, Veiga Trigo foi escolhido para «coorden- ar» o jogo Espanha-Malta em juniores marcado para 29 de Abril.

Raul Nazaré: despedida entre palavras bonitas

Festa tripla para Raul Nazaré, o juiz de futebol que se retirou da actividade em plena posse de todas as faculdades e ainda longe da idade-limite: o Núcleo de Árbitros do Barreiro prom- oveu uma sessão solene e, no dia seguinte, um jogo de futebol in- terárbitros, a que se seguiu al- moço de homenagem a Raul Nazaré, no Restaurante Quinta Valenciana (em Fernão Ferro).

Convidados especiais estive- ram na sessão solene: o presi- dente boavisteiro Valentim Loureiro, o técnico benfiquista Toni (adjunto de Mortimore) e os jornalistas Neves de Sousa (nosso colega de Redacção). Durante algumas horas foi de- batido o tema «O árbitro e o futebol», perante uma mesa onde se destacavam Marques Pires (presidente do Núcleo de Árbitros do Barreiro), Lopes Galrinho (da Comissão Organi- zadora da homenagem a Raul Nazaré), Ramiro Pimentel (re- presentante da Câmara Muni- cipal do Barreiro) e Luís Filipe Gomes (presidente da Associa- ção de Futebol de Setúbal). Trocaram-se muitas opiniões e ficaram implícitas diversas ma- neiras de entender o ingrato tra- balho arbitral: a participação no

debate foi extremamente va- liosa, com intervenções do jo- rnalista Lionídio Martins, de Manuel Fernandes (treinador dos juvenis do Barreirense), dr. José Feio (médico do Atlético), Jaime Baptista (presidente da mesa da assembleia geral da As- sociação Portuguesa de Árbi- tros) e, também, de alguns dos juízes que constituíam uma as- sistência que enchia comple- tamente o salão. Alguns árbitros já retirados da actividade (Iná- cio de Almeida, Marcos Lo- bato, José Luís Tavares, Ismael Baltasar) estiveram lado a lado com colegas salientes na actua- lidade (Carlos Valente, Helio- doro Saraiva, Ezequiel Feijão), também com interferências de Adalberto Barbosa e Orlando Martins (Rádio Clube da Moita).

O momento que se vive no futebol foi dissecado em muitos tons, todos enaltecendo a tarefa de um homem (o árbitro) que é obrigado a proferir o julgamento das mais intrincadas questões apenas em fracção de segundos. Daí, muito especialmente, o rasgado elogio a Raul Nazaré que, no dia imediato, receberia a «medalha de bons serviços desportivos» que lhe foi conce-

dida pelo ministro da Educação, por proposta de Pinto de Sousa (presidente do Conselho de Ar- bitragem da Federação) ao pro- fessor Mirandela da Costa (director-geral dos Desportos). A cerimónia da outorga teve lugar durante o almoço, em que (entre mais de 250 figuras pre- sentes) se encontravam o pro- fessor João Boaventura, dr. Pedro Lomelino (director-geral dos TLP), dr. Silva Resende e Amândio de Carvalho (da Fede- ração de Futebol), Pinto de Sousa e dr. David Sequerra (Comité Olímpico Português).

O jornalista Ribeiro Cristó- vão traçou o perfil do homena- geado, enquanto se recebiam mensagens de saudação vindas de clubes (Amora, Moitense, Quimigal, Estoril, Torralta, Benfica, Sporting, FC do Porto, Estrela da Amadora, Vitória de Setúbal, Belenenses, Salguei- ros, Boavista, Farense e Rio Ave) ou de Associações, Nú- cleos e Conselhos de Arbitra- gem que, em definições repletas de palavras bonitas, saudavam o ainda recente árbitro «interna- cional», possuidor das insígnias da FIFA, Raul Nazaré: uma saída pela porta grande.

Na sua agenda

Hóquei em patins:
hoje: 19.ª jornada

Prossegue hoje à noite o «na- cional» de hóquei em patins, com a realização dos encontros correspondentes à 19.ª jornada e que são os seguintes: Ferpinta - Oliveirense, Sanjoanense - FC Porto, Famalicense - Valongo, Juventude de Viana - Óquei de Barcelos, Benfica - Sesimbra, Parede - Sp. de Tomar e Paço de Arcos - Sporting.

Corrida Almirante Gago Coutinho

A Junta de Freguesia de Santos-o-Velho leva a efeito no dia 22 de Março a IV edição da prova «Almirante Gago Coutinho» em atletismo, destinada a atletas juniores, seniores e vete- ranos e que decorrerá nos bairros de Santos e Alcântara. As inscri- ções encontram-se abertas nas colectividades da freguesia até 20 de Março.

"Ardinas de Lisboa": a festa do costume

Segundo velha, louvável e agradável tradição a rapaziada que se encarrega da venda dos jornais, vai levar a efeito o convívio e festa anual dos «Ardinas de Lisboa» que começará com um «renhido e emocionante espectáculo futebolístico, que terá por palco o campo do Vitória Clube de Lisboa (à Piche- leira) pelas 10.30 do próximo dia 3 de Março (terça-feira de Carnaval). Trata-se dum acontecimento sempre muito concor- rido e nós não faltaremos.

Desta vez os nossos amigos da «venda» irão representar as equipas «Diário de Notícias» e a «Capital», onde os «craques» ficarão assim distribuídos:

DIÁRIO DE NOTÍCIAS: Viré; Casadinho, Totina I; Quim dos Anjos; Lelê; Firmino; Ratão; Pardaguês; Chefe Pereira; Pirulau e Ernesto. Suplentes: Edmundo e Paposec

A CAPITAL: Totina II; Manuel Miúdo; Augusto Silva; Cabena; Matias; André; Daniel; Chefe Gonçalo; João «O Machinho»; Adelino e Cavaco. Suplentes: António e Carlos Alberto e China.

Massagistas: António da Baixa e João Silva.
Equipa de arbitragem: Martinho de Almeida, Américo de Jesus e Teixeira Ribeiro.

Xadrez: campeonato aberto, na Guarda

O xadrezista António Ferreira, do Grupo de Xadrez da Guarda, venceu o campeonato aberto daquela modalidade realizado na Guarda no fim-de-semana.

Nos lugares imediatos classificaram-se António Fróis, do Illiabum, Aida Ferreira, do GXG, Carlos Moisin, do Vale- quine, e Rui Encarnação, do Vila Franca das Naves.



CARLOS ALBERTO PINHEIRO E SILVA FALECEU

Sua mulher, filhos, mãe, irmãs, cunhados, sobri- nhos e mais família, cumprem o doloroso dever de participar o seu falecimento, e que o funeral se realiza amanhã a hora a determinar, da Basílica da Estrela para o Cemitério do Lumiar.

ALFREDO MAGNO & JAIME GOMES LTD.ª
Av. Almirante Reis, 129-A
Telef. 571586

EM PORTUGAL

	T. 6 h	Min.	Prec. Às 13 h.
Bragança	2	2	0,0 Muito nub.
V. Castelo	5	4	0,0 Chuva
Vila Real	2	2	0,0 Muito nub.
Porto	6	1	0,0 Aguaceiros
P. Dourad.	-	-	-
Coimbra	5	5	0,0 Muito nub.
C. Carvoeiro ...	12	8	0,0 Encoberto
C. Branco	-	-	-
Portalegre	3	3	0,0 Nevoeiro
Lisboa	8	7	0,0 Muito nub.
Évora	5	5	0,0 Nevoeiro
Beja	5	5	0,0 Muito nub.
Faro	8	8	0,0 Muito nub.
Sagres	12	10	0,0 Chuva
P. Delgada	16	14	0,0 Aguaceiros
Funchal	13	12	0,0 Limpo

Temp. máx. prevista para hoje: Lisboa 14, Porto 12, Faro 16, Ponta Delgada 18, Funchal 21.

Temperatura do ar em °C • Precipitação em mm

NA EUROPA

	T. 7 h	Min.	Às 13 h.
Madrid	5	4	Muito nub.
Londres	6	6	Muito nub.
Paris	7	6	Encoberto
Bruxelas	6	6	Muito nub.
Amsterd.	7	6	Encoberto
Genebra	8	0	Chuva
Roma	12	11	Encoberto
Oslo	-5	-2	Muito nub.
Copenhaga ..	0	2	Nevoeiro
Estocolmo ...	-16	-16	P. nub. neve
Berlim	4	4	Neblina
Viena	0	-1	Neblina
Varsóvia	1	1	Neblina
Atenas	7	5	Pouco nub.
Moscovo	-10	-10	Neve

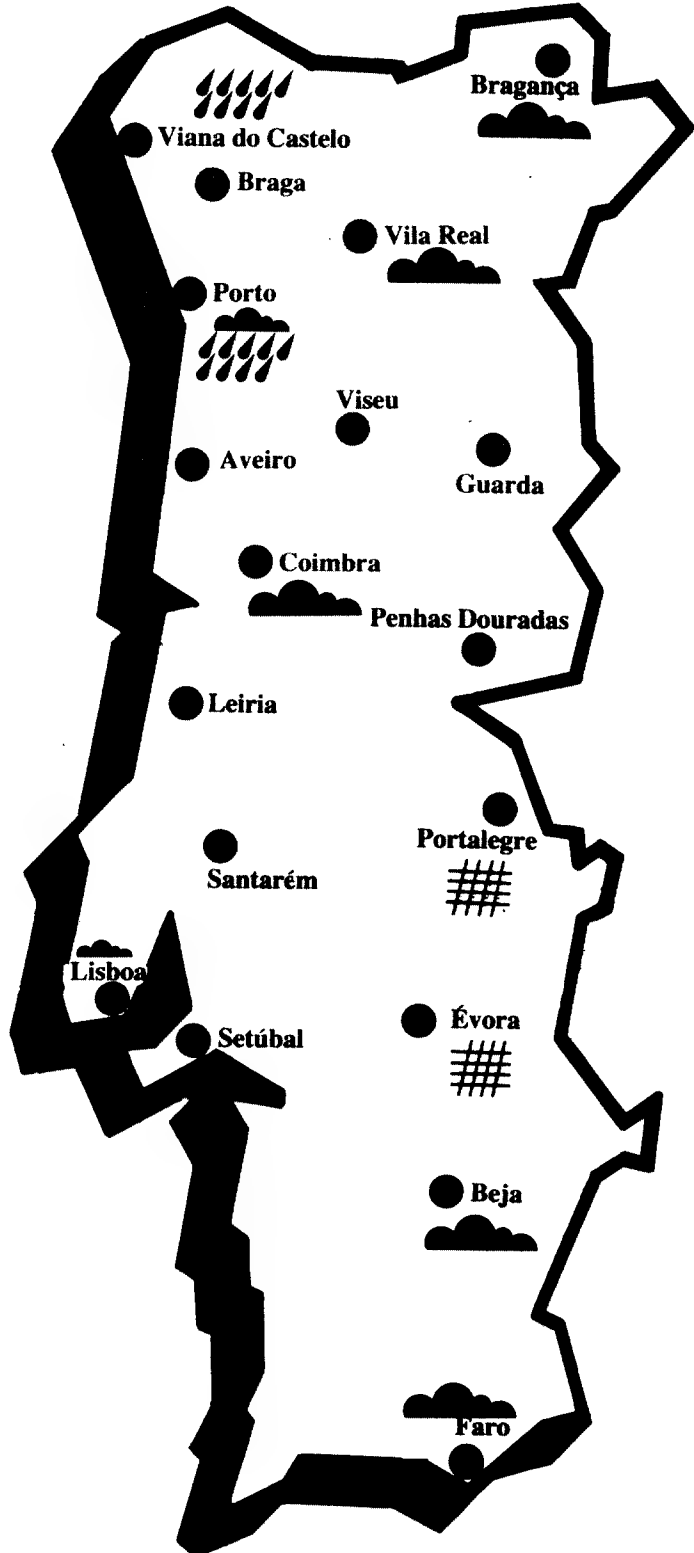
Temperatura do ar em °C • Precipitação em mm

NOMUNDO

	Min.	Máx.	Às 13 h.
Caracas	17	27	Limpo
Joanesburgo ..	5	9	Chuva
Los Angeles ...	9	11	Nublado
Montreal	-5	-2	Nevoeiro
Nova Deli	10	27	Limpo
Nova Iorque ...	1	7	Limpo
R. de Janeiro ..	-	-	Nublado
S. Francisco ...	12	23	Nublado
São Paulo	21	31	Limpo
Tóquio	4	13	Limpo

Temperatura do ar em °C • Precipitação em mm

PORTUGAL AMANHÃ



A EUROPA ÀS 6 HORAS



• Informação do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica.

• Devido a problemas técnicos, a página do Tempo não poderá ser impressa a cor nos próximos dois dias. Do facto pedimos desculpa aos nossos leitores.

Informação da agência Lusa

TEMPO

HOJE

No continente:

Céu muito nublado. Vento fraco tornando-se moderado de sudoeste por vezes forte com rajadas nas regiões do Norte e Centro. Períodos de chuva a partir da manhã mais intensos e frequentes nas regiões do Norte e do Centro.

Estado do mar:

Costa Ocidental: Mar encrespado tornando-se cavado. Ondulação de noroeste de 2 a 3 metros.

Costa Sul: Mar encrespado a de pequena vaga. Ondulação sudoeste inferior a 1 metro.

Nos Açores:

Grupos Ocidental e Central: Céu muito nublado. Vento sudoeste muito fresco a forte rodando para noroeste passando a fresco. Períodos de chuva.

Estado do mar: Mar grosso a alteroso. Ondulação de noroeste de quatro a cinco metros.

Na Madeira:

Céu pouco nublado, aumentando de nebulosidade a partir da tarde. Vento fraco ou moderado de norte.

Estado do mar: Mar de pequena vaga. Ondulação noroeste de dois a três metros na costa Norte e de sudoeste inferior a um metro na costa Sul.

AMANHÃ

Céu muito nublado com aberturas para a tarde. Vento moderado de sudoeste com rajadas rodando para noroeste soprando forte nas regiões Norte e Centro. Chuva passando a aguaceiros que serão de neve na serra da Estrela. Pequena descida das temperaturas máximas.

DEPOIS

Céu pouco nublado aumentando gradualmente de nebulosidade a partir da tarde nas regiões Norte e Centro. Vento fraco ou moderado de noroeste. Pequena descida das temperaturas mínimas.

MARÉS

Hoje

Praia-Mar	Baixa-Mar
1.07 3,4 m	7.03 1,7 m
13.34 3,3 m	19.07 1,7 m

Amanhã

1.52 3,6 m	7.41 1,5 m
14.15 3,5 m	19.44 1,5 m

CUKOR

Jorge Leitão Ramos

Houve quem visse, nas regras do cinema clássico, um princípio estético a que vulgarmente se chamou a **transparência** filmica: dizia-se que esse cinema era uma espécie de janela aberta sobre a realidade em que a mediação filmica se recalcava em proveito da ilusão. Daí a invocação de um cinema, por oposição, da opacidade foi um passo que se deu (nos anos 60) com os bons e maus resultados que se sabem.

Sem querer, agora, discutir se essa constatação era, ou não, exacta, cumpre reparar que um cineasta como Cukor, a quem se atribui, com razão, algum trabalho de fundação das regras do cinema clássico, está nos antípodas da **transparência** e, se calhar, até é por isso que os seus filmes guardam a imensa vitalidade que se tem podido comprovar no ciclo que a RTP/2, aos

domingos à noite, lhe está a dedicar.

Quer peguenos em «*Sylvia Scarlett*», quer em «*Margarida Gautier*» quer em «*Mulheres*», o que mais nos compraz é a observação do artificio, do jogo dos actores, do teatro e da ironia. Nenhuma hipótese de empatizar com o real, todo o prazer do «falso»... Há, no melhor cinema de Cukor, uma euforia da representação explícita que torna esses filmes em objectos sempre no 2.º grau, sempre para lá do imediato. Como se a vida fosse um palco, não como se o cinema fosse a vida.

O gosto de Cukor pelas mulheres, o seu talento exímio em dirigir actrizes, a sua galeria de ouro de personagens femininos não é senão uma extensão desse prazer do artificio. Não são as mulheres quem mais cultiva a arte da dissimulação?



Cukor com Ava Gardner: o prazer do artificio

TEATRO VASCO SANTANA

Tel. 768609

TEATRO-ESTÚDIO de LISBOA

**VEJA TEATRO ÀS 19 H
— A PREÇOS REDUZIDOS —**

NOVO HORÁRIO: DE 3.ª a 5.ª às 19 h
6.ª e Sáb. às 21h30
Domingos às 16 h

A PARTIR DO
DIA 17.2.87

*SYLVIA
PLATH—
Quem a
matou?*

de BARRY KYLE

Trad. M.ª TERESA GUERREIRO

Dir. LUZIA MARIA MARTINS

Mont. FERNANDO FILIPE

INTÉRPRETES (ordem de entrada em cena)

CLARA JOANA * LUÍSA ORTIGOSO *

MANUEL MENDONÇA * MARIA DULCE

O TEATRO ESTÁ AQUECIDO

Sub. SEC



O processo do subsídio

Carlos Porto

«O Subsídio». Texto e Encenação: Nuno Artur Silva. Cenografia: Miguel Mallaguerra. Interpretação: João Brito, José Pina (ou Carlos Leiria Pinto), Nuno Artur Silva, Teresa I, Miguel Mallaguerra. Produção: Luís Miguel Viterbo. Grupo Indício. Centro Cultural da Bica, 24-1-1987.

Segundo espectáculo de um grupo que se situa à margem das margens do teatro independente, procurando, salvo erro, uma outra via, talvez mais próxima do teatro de amadores, com apoios incertos que o grupo vai descobrindo. Este vive, parece, à volta de um dos seus elementos que é autor dos textos, coordenador (encenador), além de intérprete, Nuno Artur Silva, o que implica forte motivação para a prática teatral. Mais insólito do que isso, contudo, é o tipo de espectáculos que o grupo propõe: a julgar pelos dois até agora apresentados, espectáculos que têm como ponto de partida esquemas ficcionais que o nosso teatro praticamente desconhece. No primeiro espectáculo tratava-se de uma comédia burlesca à volta de um caso policial; neste, que tem por subtítulo «Uma noite na vida de S., aliás José K. Silva», as coisas são ainda talvez mais surpreendentes porque se trata de uma anedota bem achada com um desenvolvimento inesperado

que anda entre o absurdo kafkiano e a revista à portuguesa, mescla que é, de facto e felizmente, chocante.

Imagine-se: um jovem, de quem a principal actividade é dormir, é visitado uma manhã por um funcionário do Ministério da Cultura, que o faz assinar um documento e aceitar um cheque para montar um espectáculo de teatro, projecto que nunca lhe passara pela cabeça, porque o teatro era coisa que nem sequer lhe interessava. Para tentar safar-se, põe um anúncio a ver se descobre alguém que o ajude. Além de dorminhoco, o jovem é um consumidor de televisão o que o leva a sonhar com um programa por ele inventado, uma espécie de concurso «Quem É?», com música e tudo, no qual participam três jovens que responderam ao anúncio e que são ora a C.ª de Teatro Instante-Itinerante ora o conjunto Meio/Morto, depois o grupo terrorista 30 de Fevereiro, um hipnotizador, uma prostituta, etc. Estes sonhos, alguns pelo menos,

constituem quadros de revista que poderiam resultar em cheio no Parque Mayer. Infelizmente o autor, dramaturgista e encenador não tem a noção do tempo teatral, e as cenas são demasiado repetidas, tanto no que se refere aos sonhos como às visitas dos jovens que constituem o tal grupo de teatro. Estes arranjam sempre um ponto de partida para a peça que não de representar, ponto de partida que é uma anedota muito absurda, sempre sem continuidade. O problema consiste, pois, em realizar uma estrutura teatral, sempre no início, resultado que é atingido quando o espectáculo chega ao fim: com um subsídio que não pediu, e portanto por absurdo, o jovem produziu um espectáculo para o qual não dispunha de dinheiro, de ideias, de grupo. Não se estranhe que por fim surja um outro jovem com uma edição de Kafka. O espectáculo, com aspectos revisteiros, é um percurso bem-humorado pelo Processo daquele escritor.

Cenário pobre, encenação sem grande criatividade, representação amadora. E, no entanto, fica alguma coisa deste espectáculo. Há uma procura de outros caminhos, alguma graça, a produção de alguns sinais eficazes. Tudo isto justifica que se continue a acompanhar a trajetória deste grupo.

Biblioteca coimbrã encerra para informatização

A montagem do sistema de informatização na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra implicou o encerramento temporário do seu serviço de leitura.

Esta interrupção vai também facilitar algumas pequenas obras indispensáveis ao correcto funcionamento do serviço — segundo o director da biblioteca, Aníbal de Castro.

Sublinhou que se pretendeu que a remodelação fosse feita em época de férias escolares «mas tal não foi possível por terem surgido algumas dificul-

dades burocráticas e administrativas».

O período de encerramento vai, porém, ser encurtado o mais possível devendo o serviço de leitura reabrir assim que a informatização tenha produzido pelo menos 50 000 dados de informação.

A par da instalação de um vasto conjunto de aparelhos de informática, irão sendo feitos trabalhos de restauro destinados a facilitar a circulação dos leitores e o seu acesso às obras e aos ficheiros e que orçam em 8600 contos.

Estudantes criam espaço cultural

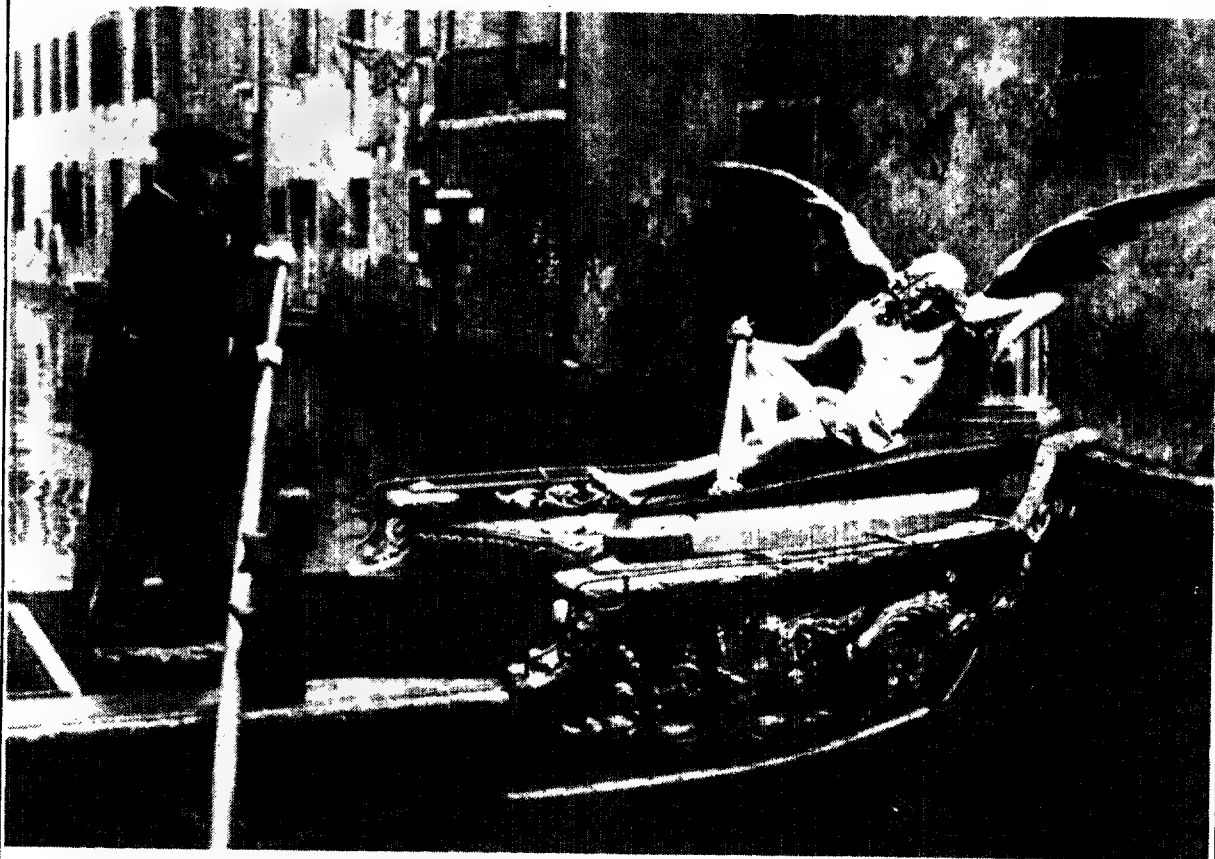
Alunos da Escola Secundária Avelar Brotero transformaram uma das salas deste estabelecimento de ensino num espaço cultural destinado à exposição permanente de trabalhos dos estudantes.

A sala, decorada com duas pinturas normais executadas por alunos, estará vocacionada para a exposição de trabalhos de pintura, escultura ou manuais, feitos pelos alunos.

A primeira iniciativa realizada no novo espaço da Escola Avelar Brotero integrada na campanha «Ler Jomais é Saber Mais».

No âmbito daquela campanha, são recebidos os jornais diários que, se colocados na sala, ficam à disposição dos estudantes.

LETRA RASGADA



UM SILÊNCIO RUMOROSO

Ernesto Sampaio

ERA fictícia a fractura entre o «novo romance» e o «naturalismo» oitocentista, e isso vê-se bem no exemplo dos precursores, Joyce ou Proust, que muito mais do que os clássicos do século XIX, são episódios do naturalismo. Um naturalismo decerto corrigido com inovações, as quais, no entanto, constituíram tão-só regressões a formas mais antigas de narrativa (alegórica, memorialística, etc.).

De Cervantes aos escritores russos de oitocentos, o romance anterior ao naturalismo é a mais vasta síntese dos elementos «empírico» (mimético) e «fantástico» (ideal) após o esgotamento da «síntese épica» entre crónica popular e mito sagrado.

Esta «grandiosa dialéctica» do romance entrou em crise com o naturalismo (em Zola, tal como em Joyce, o mimético prevalece), em que a fábula relegada para um plano literário menor (noveletas populares de amor e aventuras, histórias policiais, etc.).

É uma crise (que tem razões extra-estéticas) do «ponto de vista» da omnisciência narrativa e do «significado» dependente das personagens e do entrelhecho. Na sua base, encontra-se um preconceito: o de que a verdade pende para o empírico (o verídico) e não para o significado (o possível, o projecto). Em relação ao «ponto de vista», a omnisciência e o comentário auto-irónico do narrador clássico (de Cervantes a Dostoievski, passando por Fielding) foram desencorajados em favor de pontos de vista parciais (por exemplo, a narrativa de Proust, na primeira pessoa) ou do «autor invisível» (teorizado por Flaubert, Joyce e Henry James).

A renúncia ao narrador significou um «suicídio artístico» ineficaz: em Hemingway, por exemplo, não só o narrador invisível mas também as personagens falam aquela língua verdadeiramente única que é o hemingwayês.

Num romance de James, toda a língua se aniquila em pensamentos jamesianos imersos numa atmosfera jamesiana. O resultado do desaparecimento do narrador não é sublimação do artista do nada, mas uma contínua exigência da sua presença.

Relativamente ao «significado» (ao resultado do jogo personagens-entrelhecho) o preconceito empírico levou à redução da «história» a mera sucessão cronológica que procura o seu sentido na imitação do fluxo temporal, com apagamento do fantástico (do mítico-ideal). No romance, o portador do «ideal» era o protagonista em confronto com a sociedade. Neste sentido, a obra romanesca é uma síntese de tragédia e comédia (mítico-trágica a personagem, mimético-cómica a sociedade). No lugar do destino mítico encontra-se a fidelidade ao possível (à ideia) contra o real, o que vem ao encontro de uma descoberta de Hegel, segundo a qual o romance moderno (com o seu herói que, ao contrário do herói grego, não é estático, desenvolve-se) é o herdeiro burguês de uma cultura cristã assente no contraste entre ideal e realidade.

Das «Confissões» de Santo Agostinho a Dostoievski e Tolstoi, o protagonista é o enquanto «tipo» significativo (portador de valores). Mas já com as «Confissões» de Rousseau, a unicidade individual, patológica, começou a aparecer como poética em si mesma (com exclusão de qualquer forma de «tipicidade»).

Estas mimeses do individual-único e do pormenor interior, são (até Joyce e depois dele) o outro aspecto da destruição do entrelhecho ou «argumento», apagamento ainda hoje da novela de consumo.

Tal situação comporta (à falta de uma nova síntese «clássico maneirista» entre mimesis e fábula significativa) uma tendência marcada para o fim da narrativa artística escrita, o que afinal vem a ser mais um aspecto da decadência generalizada da nossa vida intelectual, onde só o espectáculo importa e, entre medalhas, homenagens, prémios, pequenas corrupções, imposturas, conspirações ridículas, a leitura e a escrita parecem sobrar.

O nosso modo de viver é um sucedâneo influenciado por demasiados **ersatz** para ceder ainda ao fascínio de histórias que apontam ao infinito e arrastam na sua corrente o mundo do possível. O escritor tem medo de desperdiçar o seu tempo e de perder a atenção do leitor, o qual, por força das coisas, é um leitor parcial, ligado apenas a uma parte ínfima da realidade e fundamentalmente desconfiado da ideia da personagem.

Uma outra explicação para o esfumar dos sortilégios romanescos é a de que o romance oitocentista pressupunha a existência de algo cujo curso entrou em desvalorização acentuada: ideias gerais, invariáveis na vida e no pensamento humanos, dados permanentes aceites por todos, valores constantes — mesmo quando eram discutidos. Ninguém punha em dúvida, por exemplo, que a vida tinha sentido e merecia ser vivida.

Isso acabou. Hoje, bem entendido, o homem ainda pensa, mas as mais das vezes pensa tão-só que já não há nada que valha a pena de ser pensado ou acreditado. Entretanto, fez-se silêncio, um silêncio rumoroso, entenda-se, povoado de **best sellers** ilegíveis e realmente apenas lidos por quem ignora de todo a arte de ler.

Festival RTP da Canção no Funchal a 7 de Março

Várias centenas de artistas, nacionais e estrangeiros (entre os quais as bailarinas do Scala - Ballet e Vivian Reed) participam, no 24.º Festival RTP da Canção de 1987, que decorrerá no Funchal, a 7 de Março, no Casino Parque.

A ilha da Madeira será assim o cenário natural deste espectáculo que, desde já, revela alguns pormenores inéditos:

— há apenas seis canções concorrentes (as únicas escolhidas pelo júri de selecção);

— e, face ao reduzido número de seleccionados, idealizou-se um programa recheado de actuações do Music Hall, nacional e estrangeiro.

O programa foi dado a conhecer, em conferência de Imprensa, nas instalações da RTP, na Av. Cinco de Outubro, pelo director coordenador de Programas da RTP, Carlos Pinto Coelho; e pelo Coordenador Geral do Festival, Melo Pereira.

O Festival abrirá com um «générico» da ilha da Madeira, concentrando-se a imagem na plateia da sala e nos 150 elementos de grupos folclóricos que cantam o «bailinho». A primeira parte do espectáculo incluirá, ainda, as presenças de Isabel Merlini, Pedro Palma que interpreta canções de Max, com arranjo musical do maestro Jaime de Oliveira e coreografia de Jorge Trincheiras.

Seguem-se as actuações de 30 bailarinas do Scala Ballet, vindas de Barcelona; do conjunto açoriano Rimango; de Berros, um dos melhores pickpocket da Europa; e de Luz Sá da Bandeira, com duas canções. Ainda na primeira parte, será apresentado o Show de Vivian Reed com seis bailarinos, incluindo os William Brothers e os músicos franceses que costumam acompanhar aquela vedeta nas suas deslocações à Europa.

A terminar a primeira parte do espectáculo, todos os intervenientes desfilarão em apoteose que se prevê deslumbrante.

Seguir-se-á, então, um filme sobre a ilha da Madeira, preenchendo a segunda parte do espectáculo.

Outra novidade deste Festival virá a seguir, com a apresentação, ao vivo, da Orquestra Felicidade do Brilho e da Glória, sob a direcção de Jaime Oliveira que, pela primeira vez, se exhibe

como maestro oficial da RTP. Além da sua composição habitual, a Orquestra incluirá um naipe de cordas (violinos e violoncelos) que corresponde à constituição normal das orquestras dos festivais da Eurovisão.

Decorrerá, então, o desfile das seis canções concorrentes, dando-se especial relevo à apresentação dos compositores e dos autores, através de efeitos especiais.

Enquanto o presidente do júri prepara a recolha das votações, outro filme sobre a ilha da Madeira servirá de separador da parte final do espectáculo, preenchida basicamente com a recolha dos votos vindos das 22 cidades.

Também o sistema de votação apresentará, este ano, algumas inovações.

Assim, um circuito electrónico (tipo roleta) sorteará a cidade votante eliminando-se, portanto, a ordem alfabética que tem sido seguida em festivais anteriores.

O diálogo com o porta-voz de cada júri regional será conduzido por Sílvia Rato, modelo profissional, que os telespectadores mais atentos já conhecem de várias participações na RTP. Para a eventualidade de se verificar uma situação de «ex aequo», no primeiro lugar, estará presente na sala o júri de selecção que decidirá o desempate.

Antes de ser apresentada a canção vencedora, os músicos componentes da Orquestra elegerão a canção com a «Melhor Orquestração».

Também o Júri de Selecção atribuirá o «Prémio de Interpretação».

Feitas as entregas dos prémios, será exibida a canção vencedora do 24.º Festival RTP da Canção, enquanto 200 floristas da ilha da Madeira, com os seus trajes típicos, farão uma moldura humana ao artista vencedor.

Com vista à participação no Festival europeu a 9 de Maio, em Bruxelas, o intérprete da canção vencedora permanecerá no Funchal para participar num filme de promoção, que virá a ser exibido em todas as estações de televisão participantes.

Realizador: Pedro Martins

Coordenador Geral: Melo Pereira

Cenografia: Conde Reis

Produtores: Vítor Pedro e Olívia Varela

Chefe Técnico: Pinheiro de Araújo

Escritores portugueses distinguidos no Brasil

Encenações de um texto dramático sobre Fernando Pessoa e de uma peça da autora portuguesa Maria Adelaide Amaral foram distinguidos entre as melhores produções teatrais de 1986 no Brasil.



Walmor Chagas

O júri do Instituto Nacional de Artes Cénicas — que atribui o «Troféu Mambembe», também conhecido por «Prémio Minc» e que é um dos mais prestigiados no sector —, deu cinco menções ao espectáculo «De Braços Abertos», encenação da peça com o mesmo nome da dramaturga portuguesa Maria Adelaide Amaral.

As menções distinguiram o melhor autor, o melhor encenador (José Possi Neto), a melhor actriz (Irene Ravache) e o melhor figurinista (Mimina Rodeva).

Por sua vez, o espectáculo «Encontro com Fernando Pessoa», concebido pelo encenador Walmor Chagas, recebeu três menções: melhor actor (Italo Rossi), melhor encenação e melhor texto dramático.

O júri, constituído por seis membros, inclui o jornalista português Armindo Blanco, residente há anos no Brasil.

Maria Adelaide Amaral nasceu nos arredores do Porto, mas vive no Brasil desde criança.

AGUARELAS NA GALERIA TEMPO

A partir de hoje e até ao próximo dia 25, o leitor pode ver, na Galeria Tempo (R. Nova de S. Mamede, 17-A), uma mostra de Pintura de autoria de João Martins.

Sobre o trabalho deste aguarelista, transcrevemos o que dele escreve, em texto de apresentação do catálogo, Edgardo Xavier: «João Martins é um dos raros casos em que a origem das influências se não percebe, tão forte é a autonomia do seu percurso e tão vincada é a sua personalidade pictórica. Rompendo, decididamente, com os cânones tradicionais de espaço e composição põe em evidência um intenso cromatismo sem destruir a técnica que o serve, de modo absolutamente inédito».

João Martins - pode ler-se ainda no catálogo desta exposição - «nesta fase da sua carreira, atinge uma

maturidade notável e marca, com a sua diferença, a actual aguarela por-tuguesa».

O autor nasceu no Porto, em 1932. Ali frequentou o curso de Pintura da Escola Superior de Belas Artes, como aluno voluntário, desenvolvendo uma carreira de intensa actividade. Publicou trabalhos de investigação e de literatura antes de, a partir de 1971, se dedicar à realização de exposições no país e no estrangeiro. Mais de uma centena de colectivas e dez individuais, dizem bem do seu empenhamento em numerosas colecções internacionais bem como no Museu de Vila Real de Santo António. Foi distinguido, em 1986, com o Prémio «Região de Turismo do Alto Minho».

Posto isto, a opção é sua: Na Galeria Tempo, ver para crer...



«Vernus» de José João Oliveira

EXPOSIÇÕES

- Galeria António Clara (Av. da República, 38): Exposição de desenhos de José João Oliveira com o título «Vernus», patente até 24 de Fevereiro
- Galeria Tempo (R. Nova de S. Mamede, 17-A): exposição de Pintura da autoria de João Martins. Até 25 do corrente, de segunda a sábado das 16 às 20.
- Atelier 15 (R. Freitas Gazul, 24-D): exposição de Escultura de Luís Cruz, que é membro fundador deste atelier e neste momento integra uma exposição no Teatro Mirita Casimiro, com os restantes elementos do Atelier 15. A mostra da R. Freitas Gazul está patente até ao fim do mês, de 2ª a 6ª entre as 18 e as 22 e aos sábados das 15 às 19.
- Galeria «Marc Chagall» (Leiria): Pintura e Escultura de João Oliveira e Henrique Moura. Até 1 de Março, diariamente das 14 às 22.

- Palácio Anjos - Algés: «Tabernas de Lisboa em Oeiras», uma exposição de fotografias de Luís Pavão.
- Ferrolho: exposição «Paisagem Urbana», desenhos de M. Inês Barros.
- Escola Preparatória do Monte de Caparica: até dia 13, na continuidade de um amplo projecto de intervenção a nível local, os artistas plásticos de Almada associados na IMAGEM, têm patente uma mostra de pequeno formato, que servirá de base a uma experiência de carácter pedagógico da responsabilidade dos professores. Apoios da Câmara Municipal de Almada e da Secretaria de Estado da Cultura
- Restauração (Av. Guerra Junqueiro, 18-C): Maria Caldas e Manuel Fontana expõem mobiliário antigo e pintura até 22 de Fevereiro.
- Casa da Imprensa: Maria Duarte expõe pintura até 13 de Fevereiro, de 2ª a 6ª das 10 às 20.
- João Sebastião Bar (R.

D. Pedro V, 14): Pintura de Margarida Varejão.

- Fundação Gulbenkian: Livros e obra gráfica de Max Ernst. De 3ª a domingo das 10 às 17.
- Galeria 601 (Centro Comercial S. João de Deus): exposição de Pedro Amâncio

- Palácio Foz (Restauradores): Fotografias de Vasco Calixto sobre «Viagem na Islândia e Ilhas Faro».

- Galeria Holly (L. da Trindade, 17): uma exposição de novas obras de João Hogan, Mário Cesariny, Raul Perez, Barros, Cargaleiro, João Cutileiro, Joaquim Rodrigo e Gonçalo Duarte. Ainda serigrafias destes artistas e uma escolha de litografias e serigrafias de Vieira da Silva, Arpad Szenes, Sonia Delaunay, Alexander Calder, Magnelli, Jacques Villon, Lansky, Bryen, Charchoune, Leonor Fini e Henry Michaux. Patente até fim de Março, de terça a sábado das 10,30 às 13 e das 15 às 19,30, segundas das 15 às 19.

- Restaurante Escorial (R. das Portas de Santo Antão): Pintura de Louro Artur até 18 de Fevereiro, todos os dias das 12 às 24.



Tabernas de Lisboa em Oeiras

- Livraria Barata, Av. de Roma, 11-A : Manuel Viana expõe 20 desenhos a pastel sobre suporte de papel. Até 15 de Fevereiro, de 2ª a sábado das 12 às 23.

- Galeria EMI-Valentim de Carvalho (R. Cruz dos Poais, 111): Ana Jotta expõe pintura com o título «Eu Seja Cão». De terça a domingo, das 15 às 19.
- Galeria Quadrum (R. Dr. Alberto de Oliveira, Corucheus): António Mira expõe obras sobre papel 1977/78. Até 18 de Fevereiro.

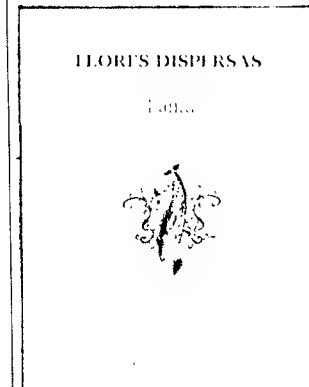
- Fundação Gulbenkian: exposição de Júlio Pomar até dia 15 do corrente.
- Galeria S. Francisco (R. Ivens, 40): exposição de Lourdes Leite até 28 de Fevereiro, de 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19, sábados das 10 às 13.
- Codilivro (P. Dr. Nuno Pinheiro Torres, 2-A, Benfica): exposição de Pintura de Helena Matta. Patente até dia 20.

- Pousada de Santa Marinha-Guimarães: exposição de Pintura do artista espanhol Alfredo Candela, até 4 de Março.
- Galeria Módulo (Av. Ant. Augusto de Aguiar, 56-5º-DL): «Agathe Gaillard - O Perfil de Uma Galeria», até 6 de Março, de 2ª a sábado das 16 às 20.

TEATROS

- Teatro Nacional D. Maria II: «Guerras do Alecrim e Manjerona» de António José da Silva (O Judeu), encenação de Carlos Avilez.
- Comuna: «Victor ou as Crianças no Poder» de Roger Vitrac, com encenação de João Mota.
- Teatro do Século: «Drácula Junior», texto e encenação de Fernando Gomes.

- Teatro Aberto: «O Jardim das Cerejas» de Anton Tchekov, pelo Novo Grupo, com encenação de João Lourenço.
- Teatro da Trindade: «A Mulher do Campo», de William Wycherley, pela Cornucópia com encenação de Luís Miguel Cintra.
- Teatro Vasco Santana: «Sylvia Plath - Quem A Matou ?» de Barry Kyle, pelo Teatro Estúdio de Lisboa com encenação de Luzia Maria Martins.



«Flores Dispersas» de João Carlos Raposo Nunes

- Centro Cultural da Bica (L. de St. Antoninho): «O Subsídio» de Nuno Artur Silva, sextas às 22, sábados e domingos às 16 horas.
- Caixa Económica Operária (R. Voz do Operário, 64): o grupo «Contra Regra» apresenta «Dos Horácios e Curiácios à Noite», encenação Brecht/José Mário Branco.
- Teatro 1º Acto - Algés: «Nó Cego» de Carlos Vereza, pelo Teatro Espaço, com encenação, dramaturgia e direcção de Agueda Sena.
- Teatro Ibérico (Igreja Barroca do Antigo Convento de Xabregas): «A Vida E Sonho» de Pedro Calderon de La Barca, encenação de Blanco Gil.
- Teatro Maria Matos: a revista «A Escrita em Dia»

de Henrique Santana, Francisco Nicholson, Rogério Bracinha e Mário Zambujal.

- Teatro Variedades: a comédia «Aqui Há Fantasmas» de Henrique Sammtana.
- Teatro Villaret: «Sapateado» de Richard Harris, trad. de César de Oliveira e Barry Scarry.

LIVROS

- Fora de Moda (Setúbal): Hoje, às 18,30, lançamento do livro «Flores Dispersas» de João Carlos Raposo Nunes
- Livraria Barata (Av. de Roma, 11-A): entrega do Prémio João Pinto de Figueiredo, que foi atribuído, ex-aequo, aos trabalhos «Cesário e a Duplicidade do Olhar» e «Cesário Verde ou a Transformação do Mundo», respectivamente da autoria de Maria da Graça P. de Melo Borges e Fernando Manuel Cabral Martins. É hoje às 18,30.

CINEMAS

- Cinemateca Portuguesa (R. Barata Salgueiro, 39): Ciclo Marginalidade e Justiça com «O Último Fôlego» de Jim McBride, com Richard Gere e Valerie Kaprisky. Sessão às 18,30. As 21,30, Filmes de Jean Renoir com «Toni», interpretado por Max Dalban e Jenny Helia.
- Forum Picoas: «A Rosa Púrpura do Cairo» de Woody Allen, com Mia Farrow e Jeff Daniels. Sessões às 19 e 22.
- Instituto Alemão (Campo Mártires da Pátria, 36): A Resistência em Filme com «Um Dia» de 1965.
- Instituto Franco-Português (Av. Luís Bivar, 91): Cinema do Real com «Premiers Mètres» de 1985 e «Système V» de 1984.

Alfas Triplex

— T. 806496

O NOME DA ROSA

(m. 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 h

Alfa 2

MONA LISA

(m. 16 anos)
13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.45 e 00.15 h

Alfa 3

DOIS POLÍCIAS À SOLTA

(m. 12 anos)
14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15 h

Alfa 4

TOP GUN - ASES

INDOMÁVEIS
(m. 12 anos)
14.30, 16.45, 19.15, 21.30 e 00.15 h

Alfa Club

A MISSÃO

(m. 6 anos)
14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15 h

Shopping Center de Lisboa

O NOME DA ROSA

(m. 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00

Amadora 2

QUARTO COM VISTA

SOBRE A CIDADE
(m. 12 anos)
14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15 h

Amadora 3

RAN - OS SENHORES DA GUERRA

(m. 12 anos)
15.00, 18.00, 21.00 e 24.00 h

MONA LISA

(m. 16 anos)
13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30 e 24.00 h

DOIS POLÍCIAS À SOLTA

(m. 12 anos)
14, 16.30, 19, 21.30 e 24.00 h

A MISSÃO

(m. 6 anos)
14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15 h

Apolo 70

CORONEL REDL

(maiores 12 anos)
15.00, 18.00 e 21.00 h

Avila

— T. 539930

PEGGY LUE CASOU-SE

(m. 12 anos)
15.00, 17.00, 19.10, 21.45 e 23.45 h

Avis

— T. 547163

COELHINHAS NA CAMA

(Int. m. de 18 anos)
15.30, 18.30 e 21.30 h

Berna

— T. 776098

O NOME DA ROSA

(m. 12 anos)
14, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Uma cena do filme "O Raio Verde" realizado por Eric Rohmer (Ciclo Comédias e Provérbios). É um filme de qualidade galardoado com o Leão de Ouro (Grande Prémio) no último Festival de Cannes. A intérprete é Marie Rivière. Em exibição no Estúdio 444 e no Quarteto.

Capitolio

— T. 372358

VAMOS FALAR DE SEXO

(Int. m. 18 anos)
15.15, 17.00, 19.00, 21.00 e 23.00 h

Castil

T. 530194

O SEGRETO ADMIRADOR

(m. 12 anos)
15.30, 18.30 e 21.30 h

Cinebloco

— T. 556824

E.T. - O EXTRA

TERRESTRE
(m. 6 anos)
14.30, 16.45, 19 e 21.30 h

O TURTURADOR

(n/ac. m. 18 anos)
24.00 h

Cineboiso

SEXOS ESCALDANTES

(Porno)
12.30, 14.30, 16.45, 19.00, 21.30 e 23.45 h

Cine Camões

T. 324194

O PROTECTOR

(n/ac. m. 13 anos)
14.15, 16.30 e 21.30 h

Cine 222

— T. 579460

TESTEMUNHA DE UM

CRIME
(m. 16 anos)
14, 16.30, 19 e 21.30 h

ESQUADRÃO

SALAMANDRA
(n. a. m. 18 anos)
24.00 h

Cine Portela

— T. 2524761

Estúdio Amacha

EM BUSCA DO TESOURO

PERDIDO
(m. 12 anos)
16.00 e 21.45 h

Estúdio Sheza

EMANUELLE 4

(m. 16 anos)
15.30 e 21.30 h

City Cine

— T. 549999

EMMANUELLE 4

(Int. m. 18 anos)
14.30, 16.45, 19 e 21.30 h

BLADE RUNNER -

PERIGO IMINENTE
(m. 12 anos)
23.45 h

Condes

— T. 322523

O GOLPE DO GÊNIO

(m. 12 anos)
14, 16.30, 19 e 21.45 h

Iden

— T. 320768

DOIS POLÍCIAS À SOLTA

(m. 12 anos)
14, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Estúdio

— T. 555134

NOVA IORQUE FORA DE

HORAS
(m. 16 anos)
14.30, 17, 19.30 e 21.30 h

Estúdio ACS

— T. 887255

LAÇOS DE TERNURA

(m. 16 anos)
15.30, 18.30 e 21.30 h

Estúdio 444

— T. 768078

O RAIOS VERDE

(m. 12 anos)
15, 17, 19 e 21.30 h

Fonte Nova

— T. 7145109

ALIENS - O RECONTRO

FINAL
(m. 16 anos)
14.30, 16.45, 19 e 21.30 h

POR FAVOR MATEM A

MINHA MULHER
(m. 18 anos)
14.15, 16.30, 18.45 e 21.15 h

TOP-GUN - ASES

INDOMÁVEIS
(m. 12 anos)
14.45, 17, 19.15 e 21.45 h

Forum Picoas

— T. 541037

A ROSA PÚRPURA DO

CAIRO
(m. 16 anos) 19.00 e 22.00 h

Gemini

— T. 734009

O NOME DA ROSA

(m. 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Hollywood

— T. 802859

O GOLPE DO GÊNIO

(m. 12 anos)
14.30, 16.45, 19, 21.30 e 24 h

CAMPO DO INFERNO

(m. 16 anos)
14.15, 16.30, 18.45, 21.30 e 23.45 h

Imperio

— T. 555134

BANDO DA MÃO

(m. 16 anos)
15.15, 18.30 e 21.30 h

Las Vegas

— T. 631162

O GOLPE DO GÊNIO

(m. 12 anos)
15.15, 18.30 e 21.30 h

SÓ ENTRE AMIGAS

(m. 12 anos)
14, 16.30, 19 e 21.30 h

Londres

— T. 801313

A MOSCA

(m. 16 anos)
14.30, 16.45, 19 e 21.30 h

Mundial

— T. 538743

O NOME DA ROSA

(m. 12 anos)
14, 16.30, 19 e 21.30 h

QUARTO COM VISTA

SOBRE A CIDADE
(m. 12 anos)
14.15, 16.45, 19.15 e 21.45 h

O RAIOS VERDE

(m. 12 anos)
15, 17, 19 e 21.30 h

A GOLPADA

(m. 16 anos)
23.30 h

Roma

— T. 889192

POLTERGEIST II - O

OUTRO LADO
(m. 16 anos)
14, 16.30, 19 e 21.30 h

Roxy

T. 548560

MISSÃO COBRA

(Int. 13 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

S. Jorge

O NOME DA ROSA

(m. 12 anos)
15.30, 18.30 e 21.15 h

A MISSÃO

(m. 12 anos)
14, 16.30, 19 e 21.30 h

MONA LISA

(m. 16 anos)
14.30, 16.45, 19.15 e 21.45 h

7.ª Arte

— T. 730715

PEGGY SUE CASOU-SE

(m. 12 anos)
De: Francis Coppola
14.45, 17, 19.10, 21.45 e 23.45 h

Star

— T. 804210

NOVE SEMANAS E MEIA

(m. 12 anos)
15, 18.15 e 21.30 h

Terminal

— T. 371573

O BANDO DA MÃO

(m. 16 anos)
14.00, 16.30, 19 e 21.30 h

Tivoli

— T. 570595

POLTERGEIST II - O

OUTRO LADO
(m. 16 anos)
14, 16.30, 19 e 21.30 h

Turim

T. 706666

ONDE SE METEU a 7.ª

COMPANHIA
(m. 6 anos)
15.00, 17.30 e 21.45 h

Voxmania

— T. 880808

COUTTON CLUB

(m. 16 anos)
15.30, 18.15 e 21.00 h

Xenon

T. 368480

CAMPO DO INFERNO

(m. 16 anos)
14.15, 16.30, 19 e 21.30 h

Zodiaco

— T. 570151

Exibição permanente de

filmes indianos

(m. 13 anos)
15.15, 18.15 e 21.30 h

SANTO ANTÓNIO DOS

CAVALEIROS - Cine St.º

António — «O Soldado Aventureiro», às 17 e 21.30 h (m. 6 anos)

Linha de Sintra

AMADORA - Cineteatro

— «A Fábrica das Loucuras», às 15.30 e 21.30 h (m. 6 anos)

AMADORA - Cinestúdio

— «A Missão», às 15.30 e 21.30 h (m. 12 anos)

AMADORA - Babilónia

— «Bando de Mão», às 15.15, 18.30 e 21.30 h (m. 12 anos)

CACÉM - Cinestúdio Flores

— «Duelo Imortal», às 15 e 21.30 h (m. 12 anos)

ALGUEIRÃO - Cine Teatro Chaby

— «Poltergeist II», às 21.30 h (m. 16 anos)

SANTO ANTÓNIO DOS

CAVALEIROS - Cine St.º

António — «O Soldado Aventureiro», às 17 e 21.30 h (m. 6 anos)

MEM MARTINS - Estúdio Dois Eme

— «Lembraste da Última Noite?», às 21.30 h (m. 12 anos)

Linha de Cascais

ESTORIL - Casino Estoril

— «E.T. - O Extraterrestre», às 17.00 e 21.15 h (maiores 6 anos)

ALGÉS - Cinema 2000

— «As Aventuras de Jack Burton nas Garras do Mandarim», às 15.30 e 21.30 h (m. 12 anos)

OIRAS - Alto da Barra

— Sala 1 — «Ventos do Holocausto», às 15.15 e 21.30 h (m. 16 anos)

Sala 2 — «O Polícia de Hong-Kong»

, às 15.30 e 21.45 h (m. 12 anos)

CARCAVELOS - Atlântida Cine

— «Ana e as Suas Irmãs», às 15.30 e 21.30 h (m. 12 anos)

CASCAIS - Miramar

— Sala 1 — «A Mosca», às 15.15 e 21.30 h (m. 16 anos)

Sala 2 — «A Missão», às 15.30 e 21.30 h (m. 12 anos)

CASCAIS - Oxford — «E.T. o Extraterrestre», às 16 e 21.30 h (m. 6 anos)

Outra Banda

ALMADA - Academia — «Comando Leopardo», às 15.30 e 21.30 h (m. 12 anos)

ALMADA - Cinestúdio

— «Howard e o Destino do Mundo», às 15.30, 18.15 e 21.30 h (m. 12 anos)

ALMADA - Incrível Almadense

— «O Rei de Alhabet City», às 15.30 e 21.30 h (m. 16 anos)

COSTA DE CAPARICA - Oceano — Sala 1 — «E.T. o Extraterrestre», às 15.45 e 21.30 h (m. 6 anos)

Sala 2 — «Exchibur», às 16.15 e 21.45 h (Int. 13 anos)

BARREIRO - Cinestúdio Barreirense — «A Lenda da Floresta», às 15 e 21.15 (m. 12 anos)

LINDA-A-VELHA - Cinetropical

— «África Minha», às 15.30 e 21.30 h (m. 12 anos)

ODIVELAS - Cineodível

— «A Lenda do Talismã», às 15.30 e 21.30 h (m. 12 anos)

Farmácias

Lisboa — PERMANENTE
— **ALAMEDA - CHILE:** Lusã, Av. Almirante Reis, 199-A (T. 521269); **AREIRO - PRAÇA DE LONDRES:** João XXI, Av. João XXI, 16-A (T. 886462); **BAIXA:** Cortez, R. de São Nicolau, 93 (T. 325378); **BOA-HORA:** Sepol, C. da Boa-Hora, 94-A (T. 631958); **CHAFARIZ DE DENTRO:** Cruz de Malta, L. do Chafariz de Dentro, 36 (T. 86126); **ENTRE SETE RIOS:** SEGUNDA CIRCULAR: Da Luz, E. da Luz, 124-A (T. 723179); **ESTRELA:** Gama, C. da Estrela, 130 (T. 660339); **FEIRA POPULAR:** Santa Maria, Av. 5 de Outubro, 273-A (T. 763016); **LUMIAR:** Douro, Al. das Linhas de Torres, 93-A-B (T. 791131); **OLIVAIS SUL:** Higien, R. Cidade de Vila Cabral, lote 43 (T. 310026); **RATO:** Cunha, R. da Escola Politécnica, 18 (T. 325455); **XABREGAS - MADRE DE DEUS:** Conceição, C. D. Gastão, 30-32 (T. 381279); **BRANDOA - AMADORA:** Tavares de Matos, R. 8, lote 308 (T. 993220); **CARNAXIDE:** H. Amaral, Pt. António Boto, 11-A (T. 4104556); **ODIVELAS:** Monserrate, R. Guilherme Gomes Fernandes, 31-A (T. 9811139); **PONTINHA:** Pontinha, E. de Santo Elói, 4, lote SE (T. 990220).

REFORÇO — ALCANTARA: Proibidade, R. de Alcântara, 15-A-B (T. 638589); **ALVALADE - ESTADOS UNIDOS:** Rio de Janeiro, Av. do Rio de Janeiro, 4-C (T. 881409); **AREIRO - APEADEIRO:** Ideal, Av. Almirante Gago Coutinho, 49-A (T. 892803); **BAIRRO ALTO:** Gonçalves, R. da Rosa, 176-178 (T. 362687); **BENFICA:** União, E. de Benfca, 592-594 (T. 700992); **CAMPO DE OURIQUE:** Elma, R. D. Maria Pia, 358-A (T. 686176); **INTENDENTE:** Intendente, L. do Intendente Pina Manique, 50-51 (T. 547838); **MARQUÊS DA FRONTEIRA:** Ronil, R. Rodrigo da Fonseca, 153 (T. 683438); **PAMPULHA - JANELAS VERDES:** Nazário Pinto, R. Presidente Arriaga, 39 (T. 667460); **PICHELEIRA:** Mariz, C. da Picheleira, 140-B-C e R. Prof. Mira Fernandes, MAF (T. 880703); **SALDANHA:** Dalva, Av. Duque de Ávila, 125 (T. 545225); **BURACA - AMADORA:** Vaz Martins, R. António Ferro, 6-A (T. 970660); **OLIVAL BASTO:** Nova, R. dos Agores, 11-A (T. 9810305); **PRIOR VELHO:** Matos, T. das Prioras (T. 2519939).

Outras Banda — ALMADA: Algarve, R. Fernão Lopes, 1 (T. 2750271). Permanente; **COVA DA PIEDADE:** Rainha Santa, R. Sociedade Fua Piedense, 50-A (T. 2294182). Permanente; **MONTE DE CAPARICA:** Carlos, Av. do Mar, 34-A (T. 2401060). Até às 19 horas; **LARANJEIRO:** Baptista Marques, R. da Boa-Vontade, 17-B (T. 2298572). Até às 22 horas; **SESIMBRA:** Leão, Av. da Liberdade, 13 (T. 2233471). Até às 19 horas; **LAVRADIO:** J. Consolado, Av. Joaquim J. Fernandes, 17-C (T. 2043126). Até às 19 horas; **BARREIRO:** Picarra, Av. do Bocage, 65-A (T. 2074771). Permanente; **BAIXA DA BANHEIRA:** Teixeira, B. de Moçambique, 84-A (T. 2040946). Até às 19 horas; **CORROIOS:** Lino, Altamir, Sesimbra (T. 2232841). Até às 19 horas; **AMORA:** Nova Amorense, E. Nacional 10, bloco A, loja A, Paredes (T. 2216824). Até às 22 horas; **SEIXAL:** Soromenho, P. Pava Coelho, 38 (T. 2213560). Até às 22 horas;

MONTIJO: União Mutualista, R. Almirante Reis, 92 (T. 2310035). Até às 22 horas; **MOITA:** Silva Rocha, P. da República, 16 (T. 2390029). Até às 19 horas; **ALHOS VEDROS:** Gusmão, R. Cândido dos Reis, 30 (T. 2040020). Até às 19 horas; **ALCOCHETE:** Gameiro, L. António dos Santos Jorge, 15 (T. 2340100). Até às 19 horas; **SE-TUBAL:** Oliveira Rodrigues, Vale das Cerejeiras, lote 11 (T. 31567). Permanente; **Louro,** R. Frei António das Chagas (T. 24491). Permanente; **Bocageana,** R. do Romeu (T. 23425). Até às 22 horas.

Linha de Cascais — ALGES: Combatentes, Av. dos Combatentes da Grande Guerra, 166 (T. 2104953). Permanente; **LINDA-A-VELHA:** Pinto, R. Antero de Quental, 9 (T. 4190610). Até às 19 horas; **TIRE:** Guimarães, L. Duartes, lote A, r/c (T. 2441616). Até às 22 horas; **ALCABIDECHES:** Carvalho, B. Padre P. Correia, 4 (T. 2690363). Até às 22 horas; **PORTO SALVO:** Ferreira Bastos, R. D. Firmino Rebelo (T. 2421015). Até às 22 horas; **CAXIAS:** Nova, R. Bernardim Ribeiro, 1-A (T. 2432839). Permanente; **MALVEIRA DA SERRA:** Luz, E. Nacional (T. 2850635). Até às 22 horas; **OELAS:** Alcântara Guerreiro, P. Residencial Dr. Augusto de Castro, lote 10 (T. 2430691). Até às 22 horas; **CARCABELOS:** Central, R. 5 de Outubro, 25 (T. 2470037). Permanente; **SAO DOMINGOS DE RANA:** Godinho da Silveira, R. Afonso de Albuquerque, lote B, loja 2 (T. 2470361). Até às 22 horas; **PA-REDE:** Macau, R. José Elias Garcia, 42 (T. 2471785). Permanente; **SAO PEDRO DO ESTORIL:** São Pedro, R. 9 de Abril (T. 2683052). Até às 22 horas; **SASSOEIROS:** Amaral Semblano, Quinta das Encostas (T. 2461312). Até às 22 horas; **BIRRE:** Imani, lote 7-B, Hera (T. 2852121); **MADORNA:** Madeira, R. A (T. 2476326). Até às 22 horas; **AMOREIRA:** Abrantes, Vivenda Maria Carlos Anjos (T. 2682313). Até às 22 horas; **MONTE ESTORIL:** Lopes, R. Hangar, 3 (T. 260008). Até às 22 horas.

Linha de Sintra — AMADORA: Solla, loja D, lote 65 (T. 900724). Permanente; **Nunes,** E. Serra da Mira, Falagueira (T. 4937543). Até às 22 horas; **Soares Correia,** E. das Águas Livres, Carenque (T. 965517). Até às 22 horas; **DAMAIA:** DAMAIA, P. Alexandre de Gusmão, 9-A (T. 970523). Até às 22 horas; **QUE-LUZ:** Correia, L. do Mercado, 3 (T. 950905). Até às 22 horas; **CAMARATE:** Fátima, Fetais. Até às 19 horas; **CACÉM:** Araújo e Sá, E. de Paço de Arcos, lote 1 (T. 9240781). Permanente; **ALGUEIRAO:** Rodrigues Rato, R. dos Morés, 1 (T. 9212038). Permanente; **MERCÊS:** Claro Russo, R. Abade de Faria, 2-A (T. 9215275). Até às 22 horas; **RINCHOA:** Dumas Brousse, C. da Rinchoa, 2 (T. 9260404). Até às 22 horas; **SINTRA:** Simões, R. Heliodoro Saldgado, 26 (T. 9230832). Permanente; **COLARES:** Abreja (T. 9290088).

Outras Farmácias — MOSCAVIDE: Varela, Av. de Moscavide, 44-B (T. 2518520). Permanente; **SACAVEM:** Cortes, Av. Maria Luísa Braamcamp, 2-A (T. 2519420). Até às 22 horas; **LOURES:** Sábvia, Av. da República, 29 (T. 9831240). Permanente; **AVEIRO:** Capitão Filipe, R. Eng. Costa Cascais, 21 (T. 21276). Permanente.

TEATROS

Porto — Teatro Sa da Bandeira

R. Sá da Bandeira, 108 — Tel. 22 550

Quintas, sextas e sábados, às 20.30 e 23.00; domingos, terças e quartas, às 21.30; domingos e feriados, às 16.00

«**LISBOA, TEJO E TUDO**», de César de Oliveira, Raul Solnado e Fialho Gouveia. Intérpretes: Carlos Miguel, Camacho Costa, Helena Isabel, Henrique Viana, Mariema, Paulo César, etc.

Estoril — Teatro Mirita Casimiro

Av. Fausto Figueiredo, Cruzeiro — Tel. 267 03 20

Terças, quartas e quintas, às 15.15; sextas e sábados, às 21.30; sábados e domingos, às 16.00

«**GALILEU GALILEI**», de Bertolt Brecht.

Comuna — Sala 2

P. Espanha (Telef. 7260818)

De 3.ª a sáb. às 21.30.

«**VICTOR**» OU AS CRIANÇAS NO PODER de Roger Vitrac. Enc. de João Mota.

Teatro Nacional D. Maria II

P. D. Pedro IV — Tel. 32 22 10

Sala Garrett

De terça a sábado, às 21.30; sábados e domingos, às 16.00

«**GUERRAS DO ALECRIM E MANJERONA**», de António José da Silva («O Judeu»). Encenação de Carlos Avilez. Com: Rui de Carvalho, Manuel Coelho, São José Lapa, Catarina Avelar, Henriqueta Maia, e outros.

Teatro Municipal de São Luiz

R. António Maria Cardoso — Tel. 32 71 72

Todos os dias, às 21.30; sábados, às 16.00 e 21.30; domingos, às 16.00

«**SEIS PERSONAGENS À PROCURA DE AUTOR**», de Luigi Pirandello. Com encenação de Mário Feliciano.

Porto — Estúdio do TEP

R. do Pinheiro, 4 — Tel. 31 59 94

De terça a sábado, às 21.00

«**CATÁSTROFE OU O MUNDO DE SAMUEL BECKETT**». Encenação: Mário Viegas. Intérpretes: Cândido Ferreira, Fernanda Policarpo, Fernando Sá, José Moreira, Mário Sancho e Mário Viegas.

Maria Matos

Av. Frei Miguel Contreiras — Tel. 89 70 17

De 3.ª a sábado, às 20.30 e 22.45; domingo e feriados, às 16.00

«**ESCRITA EM DIA**». Nova versão de «Isto É Maria Vitória», original de Henrique Santana, Francisco Nicholson, Rogério Bracinha com a colaboração de Mário Zambujal. Intérpretes: Eugénio Salvador, Simone de Oliveira, Francisco Nicholson, Delfina Cruz, Carlos Cunha e Marina Mota.

TEATRO ABERTO

P. Espanha (Telef. 770969)

De 2.ª a 5.ª, às 21.30; domingo, às 16.00 e 21.30.

«**O JARDIM DAS CEREJAS**», de Tchekov. Versão de João Lourenço, Vera San Payo de Lemos. Música de Eduardo Paes Mamede. Cen. de José Manuel Castanheira.

Instituto Franco-Português

Av. Luís Bivar, 91 — Tel. 54 45 74

De quarta a sábado, às 21.30; domingos, às 16.30

«**YES, PEUT-ÊTRE**», de Marguerite Duras. Encenação: Philippe Fridman. Intérpretes: Inês Goulart de Medeiros e Anne Pradines.

Teatro Villaret

Av. Fontes Pereira de Melo, 30-A — Tel. 53 85 86

De 3.ª a domingo, às 21.30; domingos e feriados, às 16.00 e 21.30

«**SAPATEADO**», de Richard Harris. Versão portuguesa de César de Oliveira e Barry Scray. Encenação de Varela Silva.

Vasco Santana

Av. da República, 16 — Tel. 76 86 09

De 3.ª a sábado, às 21.30; domingos, às 16.00

«**SYLVIA PLATH — QUEM MATOU?**», de Barry Kyle. Tradução de Teresa Guerreiro. Direcção de Luzia Mana Martins. Montagem de Fernando Filipe. Intérpretes: Clara Joana, Luísa Ortigoso, Manuel Mendonça e Maria Dulce.

Teatro Iberico

R. de Xabregas, 54 — Tel. 38 25 31

De 3.ª a sábado, às 21.30; domingo, às 17.00

«**A VIDA É UM SONHO**», de Pedro Calderon de la Barca. Espectáculo de Blanco Xil. Intérpretes: Blanco Xil, Jorge Sousa Costa, Lidia Franco, Francisco Soro-menho, Luzia Paramés, António Filipe, Miguel Martins.

Trindade

R. Nova da Trindade — Tel. 32 00 00

De 3.ª a sábado, às 21.00; domingos, só às 16.00

«**A MULHER DO CAMPO**», de William Wycherley. Pelo Teatro da Cornucópia.

Teatro de O Século

R. do Século, 41 — Tel. 32 47 04

De quinta a domingo, às 21.30

«**DRÁCULOS JÚNIOR**», texto e encenação: Fernando Gomes. Intérpretes: Fernando Gomes, Fernando Luís, Maria Vieira, Maruga e Pedro Advrta.

Variedades

Parque Mayer — Tel. 32 60 37

Todas as noites, às 21.30; domingos e feriados, às 16.00
«**AQUI HÁ FANTASMAS**», original em português de Henrique Santana. Encenação de Henrique Santana. Intérpretes: Henrique Santana, Rita Ribeiro, Henrique Santos, Carlos Quintas, Armando Cortez, Maria Helena Matos, Luís Alberto e António Feio.

PALAVRAS CRUZADAS

COM PROVERBIO PROBLEMA N.º 16 955

HORIZONTAIS:

- Indagar. Aqui.
- Filha de Eúro raptada e desposada por Hércules. Íntimos.
- Ligar. Abreviatura de Santíssimo Sacramento. Césio (s.q.).
- Estado do Noroeste da Índia. Cidade de França.
- Alisa. Antiga unidade monetária da Alemanha.
- Pequena vasilha em que os militares e alguns desportistas levam líquidos.
- Apelido. Levar à toa.
- Tactaia. Rabino.
- Batráquio. Irmão de Moisés. Autores.
- Ninho. Ramadas.
- Esmoncas. Monarca.

VERTICAIS:

- Rima. Pessoa impertinente (fig.).
- Ratava. Castrais.
- Fábrica de loiça de barro. Ósmio (s.q.).
- Cidade de Itália.
- Rio de Portugal (inv.). Preposição.
- Murmurai. Lavras.
- Planta herbácea utilizada como condimento. Amónio (s.q.).
- Zombas. Ribombar.
- Filtra. Pronome reflexo.
- Bater em (fig.). Falda.
- Arrogavas.

Resolveu completamente este problema? Procure, agora em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA

N.º 16 954

HORIZONTAIS:

- Cansam. DUMA.
- Acercaremos.
- Jacarta. As.
- Are. Oásis.
- Dos. Bras. Co.
- Sua. Sabor.
- Dói. Cd. Roem.
- Trios. Ili.
- Caia. Há.
- Morasse. Ao.
- Moam. Cessa.

VERTICAIS:

- CAJADADA. Mm.
- Ácaro. Co.
- Necessitara.
- Sra. Riam.
- Acrobacias.
- MATAR. DOIS.
- Rasas. EC.
- De. Isar.
- Umas. Boi. As.
- Mós. COELHOS.
- As. Dormia.

PROVERBIO: Duma cajadada, matar dois coelhos.

NOVA MODALIDADE PROBLEMA N.º 14 784

HORIZONTAIS:

- Estado independente que faz parte da Comunidade Britânica, situado entre a Costa do Marfim e a antiga Togo Alemã Rima.
- Ilha do Pequeno Belt Dar mios.
- Abreviatura de Santíssimo Rádio (s.q.). Vou pelo ar com grande velocidade.
- Amio. Mulho torrado que se reduz a pó temperado com azeite de cheiro e mel de abelhas.
- Caminhar. Especie de jogo de azar.
- Sinal (ant). Ratava.
- Preposição latina que designa movimento.
- Arsênio (s.q.). Cidade do Japão. Aparência.
- Coloco. Advertência.
- Germe. Mulh. Róm.
- Peneira. Pronome demonstrativo.

VERTICAIS:

- Consome. Batráquios anuros.
- Tens. Nosso Senhor. Tareia.
- Viração. Transfere para outro dia. Uma das Cielades.
- Da Normandia.
- Freguesia do concelho de Barcelos. Adição.
- Crutaria pegadiça, impertinente.
- Prefixo de negação. Faço douga. Antepassados.
- Antiga provincia baltica da Rússia.
- Temps. do verbo haver. Concedo. Doença que dificulta a respiração.
- Perante. Ressoas.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA

N.º 14 783

HORIZONTAIS:

- Mentecapto.
- Ela. Saloios.
- No. Aquem.
- Paus. Ocar.
- Ca Tear Dra.
- Andar Tre.
- Cio. Dás. Ien.
- Anu. Cri. Aah.
- Arisca. Ta.
- Fra Tarada.
- Assoaram SS.

VERTICAIS:

- Menicaca. Fá.
- Elo. Animais.
- Na. Doiras.
- Aatá.
- Esquerdista.
- Causa. Arcar.
- Ale. Riscara.
- Pomo. Sam.
- Ti. Catia.
- Oó. Arreatas.
- Sardenha.

Antena Um

16.00: Pequeno jornal e rock-lândia; 18.00: Regressos; 19.00: Informação e música; 20.00: No estúdio e no estúdio; 20.15: Música portuguesa; 20.30: A voz da solidariedade; 21.00: Musical; 21.30: Imaginário. Noticiários de hora a hora.

Programa 2

16.00: Compositores portugueses; 17.00: Integrais; 17.37: Sonoridades; 18.40: Concerto sinfónico; 20.40: Orquestra de câmara; 21.00: 6.º Festival Bach da Madeira; 21.37: Grandes intérpretes; 23.00: Intercâmbio musical; 01.00: Fecho. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO COMERCIAL

Onda Média (283, 290 e 397m)

14.00: Programa da tarde; 17.00: Feira mágica; 20.00: Peça que a gente passa; 22.00: Portugal e a CEE; 22.15: Religiosos; 22.30: Tempo e resultados; 23.00: 24.ª hora; 01.00: É de noite... já se vê; 03.00: Guarda-nocturno. Noticiários de hora a hora.

RC-FM-Estéreo (97,4 MHz)

15.00: Casa da música; 16.00: Som da frente; 17.00: Rock em stock; 18.00: Círculo em FM; 19.00: Em órbita; 20.00: Nova geração; 21.00: O sabor da música; 22.00: As mil e uma noites; 00.00: Morrison Hotel; 02.00: O rock pode esperar; 03.00: Guarda-nocturno. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO RENASCENÇA

Canal 1-Rede Nacional de OM e FM

15.00: Terceira vaga; 18.00: Bola branca; 18.30: Transmissão do terço; 19.00: Fim-de-tarde; 20.00: Programa da LAR; 20.30: Cidade nova; 21.00: Luzes da ribalta; 23.00: Bola branca; 23.30: Suplemento especial; 23.55: Meditando.

Voz do Alentejo

15.00: Boa tarde, Alentejo; 18.00: Bola branca; 18.30: Transmissão do terço; 19.00: Grande bazar.

Voz de Lisboa

15.00: Rádio da cidade; 18.00: Bola branca; 18.30: Sete colinas; 20.00: Diálogo; 20.30: Transmissão do terço; 21.00: Música no espaço; 22.00: Vamos aos fados; 23.00: Bola branca; 23.30: As canções da meia-noite; 23.57: Meditando.

Voz do Porto

15.00: Passeio alegre; 18.00: Bola branca; 18.30: Transmissão do terço; 19.00: Informação e música; 20.00: Porto de abrigo; 20.30: Meia de música; 21.00: Palácio de Cristal; 23.00: Bola branca; 23.30: Porto final.

Canal 2-Rede Nacional de FM Estéreo

20.00: Serra de estrelas; 22.00: Oceano Pacífico. Noticiários a todas as horas.

RTP

17.30 - Mira Técnica

Com Música Portuguesa

18.02 - Sumário

18.07 - Brinca Brincando

«O Pequeno Inventor», «O Rato Rolando» e «Tudo ou Nada»

18.50 - Par ou Impar

19.30 - Telejornal

20.00 - Boletim Meteorológico

20.05 - Direito de Antena

«Associação Portuguesa de Professores de Alemão»

20.10 - Palavras Cruzadas

22º Episódio: - Oscar diz a Lurdes que Mina lhe pertence e Lurdes pede-lhe que esqueçam as ofensas do passado. João está preocupado com o facto de não poder ir trabalhar para a clínica e prevê dificuldades em aceitar emprego no Hospital de Santarém, mas Margarida anima-o e diz-lhe que vai voltar à agência e que o dinheiro vai chegar. Francisco recebe uma carta da empresa e acaba por a mostrar à mãe. Acusam-no de ter trazido para casa um programa do computador mas Francisco garante tê-lo deixado no escritório. Rosa está preocupada com Oscar que, desde sábado, não se levanta e conversa com Mina que resmungue, achando-se a maior vítima de toda a história. Sofia continua a implicar com Lucinda e Miguel diz-lhe que lhe arranja um emprego. Convince mesmo Lucinda a ir falar com uma senhora do Porto que procura uma dama de companhia.

20.50 - Primeira Página

21.45 - Dempsey e Makepeace

14º Episódio: - Makepeace é ferida por uns criminosos e levada para o hospital. Dempsey quando a vai visitar não pode deixar de referir que o criminoso só conseguira escapar pelo



«Palavras Cruzadas» no 1º canal cerca das 20,05



No 1º canal, às 21,45, mais um episódio da movimentada série britânica «Dempsey e Makepeace»

facto dela ser mulher e, como tal, ter menos força.

Makepeace fica indignada e está firmemente decidida a provar a Dempsey que é tão competente como qualquer outro homem. Aliás, logo que sai do hospital, Dempsey tem oportunidade de mostrar as suas capacidades, pois os dois agentes são chamados para uma tentativa de roubo armado num banco.

Realizador: Viktors Ritelis

23.35 - 24 Horas

23.05 - Remate



15.05 - Agora, Escolha!

16.30 - Notícias

16.35 - Trinta Minutos Com...

17.05 - Countdown

18.00 - Estádio

19.00 - Nino Show

20.00 - Notícias

20.05 - 5ª Dimensão

86º Episódio

20.30 - Uma Família às Direitas

61º Episódio

21.00 - Jornal das Nove

21.30 - E de Ler

«Oliveira Martins - Uma Biografia» de Guilherme Oliveira Martins

21.35 - Cinema Dois

«Shakespeare Wallah»: - Um grupo de actores dirigidos pelo casal Buckingham faz uma digressão pela Índia, representando Shakespeare. Um dia, depois de um espectáculo

privado para um Marajá, o seu velho carro avaria-se numa estrada pouco frequentada. É o jovem Sanju que os vem auxiliar, convidando-os a passar a noite em casa do tio. Sanju apaixona-se por Lizzie, a filha de Mr. e Mrs. Buckingham.

Interpretes: - Felicity Kendal, Shashi Kapoor, Geoffrey Kendal, Laura Lidell, Madhur Jaffrey, Utpal Dutt.

Realizador: - James Ivory

AMANHÃ

RTP-1

17.30 - Mira Técnica com Música Portuguesa

18.00 - Estádio

18.02 - Sumário

18.07 - Brinca Brincando

18.50 - Par ou Impar

19.30 - Telejornal

20.00 - Boletim Meteorológico

20.05 - Vamos Jogar no Totobola

20.20 - Palavras Cruzadas

21.00 - Lotação Esgotada

23.00 - 24 Horas

23.30 - Remate

RTP-2

15.05 - Agora, Escolha!

16.30 - Notícias

16.35 - Trinta Minutos Com...

17.05 - Countdown

18.00 - Estádio

19.00 - Nino Show

20.00 - Notícias

20.05 - 5ª Dimensão

20.30 - Uma Família às Direitas

21.00 - Jornal das Nove

21.30 - E de Ler

21.35 - 33º Concurso Internacional de Música da RDA



AOS CONDUTORES

«Junto das paragens de transportes públicos, abrande a marcha, porque a qualquer momento pode surgir uma criança a atravessar, quer pela frente quer pela retaguarda do autocarro.»

PREVENÇÃO RODOVIÁRIA PORTUGUESA

GRUNDIG seleccionou para si...

RTP

Dempsey e Makepeace

RTP

Cinema Dois

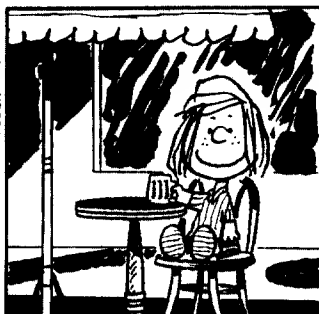
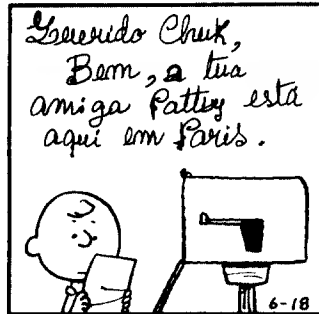
GRUNDIG PORTUGUESA
comércio de artigos electrónicos, Lda.

Rua Bento Jesus Caraca 17
Cruz Quebrada-1495 LISBOA
Telef. 4197570



«Palavras Cruzadas»

A circulação na auto-estrada do Sul esteve esta manhã interrompida, entre as 10 e 30 e as 12 e 30, devido a um acidente entre um camião TIR alemão e um atrelado de reboque da Brisa, de que resultaram dois feridos, um dos quais com gravidade. Segundo apurou o «DL», o acidente, ocorrido no sentido Sul-Norte, junto ao desvio para Sesimbra, ficou a dever-se a uma manobra de um carro que precedia o TIR conduzido por Gerhard Hahn, obrigando o pesado veículo a derrapar e a embater no atrelado da Brisa, de onde dois trabalhadores não conseguiram escapar a tempo. Jaime Simões, casado, residente no Barreiro, foi transportado para o Hospital de S. José, enquanto que o seu colega João Matos foi radiografado no Hospital do Barreiro.



Dois diplomas na AR

PS quer simplificar alienação das acções do sector público

A simplificação e modalidades da alienação das participações do sector empresarial do Estado, vão ser objecto de dois projectos de lei a apresentar pelo PS na Assembleia da República.

Um dos projectos pretende simplificar o artigo 88 da Lei 49/86, de 31 de Dezembro, que visa normalizar a alienação das participações do sector público mediante um enquadramento genérico a fixar por decreto-lei. Do mesmo artigo pretende o PS excluir as alienações de participações minoritárias que não envolvam perdas de direitos.

A segunda simplificação visa equiparar as transacções na Bolsa ao consumo público, excepto quando elas impliquem perda de posição maioritária. Neste caso, as transacções devem ser objecto de concurso público.

Outra das simplificações torna desnecessário submeter ao processo do artigo 88 as entidades que hajam sido criadas por decreto-lei, que também regule um regime específico de alienação.

O segundo projecto de diploma do PS defende que na alienação das participações do sector público por negociação particular não poderá ser consignada a transferência das partes de capital, com salvaguarda da possibilidade de livre resolução pelo cessionário do negócio translativo no decurso de um determinado período de tempo.

Para receber Príncipes de Gales

Castelo de S. Jorge encerra ao público

O Castelo de S. Jorge encontra-se amanhã e quinta-feira encerrado ao público, com vista a ultimar os preparativos da próxima visita dos Príncipes de Gales aquele local, informou hoje a Câmara Municipal de Lisboa.

Recorda-se que o Príncipe Carlos e Lady Di chegam amanhã à tarde a Lisboa para uma estadia oficial de quatro dias à capital e ao Porto, na primeira visita que os príncipes fazem ao nosso país.

VIAGENS TURISMO

CARNAVAL EM MADRID

COM VISITA AO VALE DOS CAIDOS E NAVACERRADA
EXCURSAO EM AUTOPULLMAN DE LUXO
COM AR CONDICIONADO, W.C. E TV-VIDEO
HOTEL DE 1****

4 DIAS - DE 28 FEV. A 3 MARÇO
CEIA ESPECIAL E BAILE DE MASCARAS
ABRILHANTADO POR UM MAGNIFICO CONJUNTO

SORTEIO DE 2 EXCURSÕES

PREÇOS: 19.900\$00 E 25.000\$00

RESERVAS E INFORMAÇÕES NO SEU AGENTE DE VIAGENS OU NA

AVIC

AV. 5 DE OUTUBRO, 53 LISBOA
56 11 16-52 11 17-57 29 70

CONCEDEMOS DESCONTO ESPECIAL AOS PORTADORES DO CARTÃO JOVEM



JOSE SARNEY, o escritor Presidente da República Federativa do Brasil, quando o ano passado visitou oficialmente Portugal, tomou posse solenemente como sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, lugar em que sucedeu a Pedro Calmon. Na ocasião disse: «Confesso a minha vaidade em pertencer à Academia das Ciências de Lisboa, irmã mais velha da minha Academia Brasileira de Letras». O discurso proferido na cerimónia de 5 de Maio de 1986 pelo Dr. José Sarney, foi agora publicado, num elegante opusculo, pela Livraria Bertrand.

HERNANI CIDADE, nascido em Redondo, a 7 de Fevereiro de 1887, o professor catedrático de Literatura Portuguesa na Faculdade de Letras de Lisboa, por motivo do seu centenário, tem a sua obra exposta na «Sala Camões» da Sociedade de Língua Portuguesa. A S.P.L. evocou a sua memória e pela voz de David Mourão-Ferreira rendeu homenagem ao investigador e autor de vasta e importante bibliografia. Hernani Cidade colaborou em revistas como «A Águia» e a «Seara Nova», publicou as suas «Lições de Literatura e de Cultura» e estudos sobre os grandes vultos da cultura portuguesa: Camões, António Vieira, Bocage, Mar-

quesa de Alorna, Garrett, Antero de Quental.

ROCHA DE MATOS, presidente da Associação Industrial Portuguesa, desloca-se com uma delegação da Associação a S. Tomé e Príncipe e à Guiné Bissau para contactos com os governos e as forças empresariais. A delegação da AIP tem agendadas reuniões de trabalho com os ministros do Comércio, Indústria e Pescas, Agricultura e Desenvolvimento e Finanças e o presidente do Banco Nacional de S. Tomé. Na Guiné Bissau estão previstos encontros com os ministros das Finanças e do Comércio, e a direcção do Banco Nacional. Rocha de Matos será recebido pelos presidentes da República dos dois países.

TURIBIO SANTOS, guitarrista brasileiro, realiza um concerto no Grande Auditório da Fundação Calouste Gulbenkian no próximo dia 18, pelas 18.30 horas, no qual interpretará obras de Bach, Gnayali, Anibal Sardinha, Edino Krieger e Villa-Lobos. Turibio Santos é o principal guitarrista do Brasil. A sua herança musical, aliada a uma técnica impressionante claramente demonstrada em concertos nos cinco continentes, colocam-no hoje entre os maiores valores da guitarra, a nível internacional.

LUCÉLIA SANTOS, actriz brasileira conhecida do público português pela sua participação em diversas telenovelas exibidas entre nós, pediu cinco mil dólares (cerca de 720 mil escudos) à organização do Festival Internacional de Cinema Fantástico do Porto para se deslocar de Lisboa à capital nortenha, onde faria a apresentação do filme «As Sete Vampiras», no qual interpreta um dos papéis principais. Lucélia Santos, que se encontra em Lisboa há vários dias, havia sido convidada para ir ao Porto participar no Fantasporto. Depois de várias desculpas a actriz acabou por exigir que lhe pagassem cinco mil dólares para participar na sessão desta noite do certame, pedido que a organização recusou.

VDOVIN, embaixador da União Soviética, manifestou em Coimbra apreço pela indústria de azulejaria e louça regionais e admitiu a criação de empresas mistas luso-soviéticas. Vdovin defendeu tal forma de intercâmbio em contactos que manteve com o presidente da Câmara Municipal e com o reitor da Universidade. Outros assuntos de cooperação universitária e de intensificação das relações de Coimbra com a cidade gémea Yaroslavl foram abordados durante a estada do diplomata soviético.

Em cerimónia no Palácio de Belém

Mário Soares

nomeou Spínola, Sophia e Perdigão

Chanceleres das Ordens

António de Spínola, Sophia de Mello Breyner Anderson e Azeredo Perdigão passam a presidir às ordens militares, nacionais e de mérito civil, por decisão do presidente da República. Ao empossar os três novos chanceleres, cujos nomes Soares considerou ontem «indiscutíveis», o chefe do Estado salientou que «era tempo de normalizar o funcionamento da chancelaria das ordens, por forma a que a atribuição de condecorações obedeça tão só a critérios objectivos e transparentes definidos na Lei».

Mário Soares aludia assim à interrupção do funcionamento normal da chancelaria das ordens a 15 de Abril de 1974, recordando que a situação de excepção se manteve até agora, «com todos os inconvenientes daí resultantes», apesar de revogação, em 1985, do decreto-lei de 1975 que dissolveu os Conselhos das Ordens. Durante a cerimónia efectuada no Palácio de Belém, a que assistiram o presidente da Assembleia da República, primeiro-ministro e presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Mário Soares entregou as insígnias da Grã-Cruz da Ordem Militar da Torre e Espada de Valor, Lealdade e Mérito, a Spínola, a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique a Sophia de Mello Breyner Anderson e a Grã-Cruz da Ordem do Mérito a Azeredo Perdigão.

Respondendo em nome dos três chanceleres, António de Spínola disse que continua «fiel ao princípio de que as condecorações não de agradecem, aceitam-se no princípio de cumprir até aos limites das suas capacidades o dever de servir o País».

SUPLEMENTO SEMANAL DO DIÁRIO DE LISBOA. SAI ÀS TERÇAS-FEIRAS. NÃO PODE VENDER-SE SEPARADAMENTE DO RESTO DA EDIÇÃO. RESPONSÁVEL EDITORIAL: JOÃO MENDES. CORRESPONDÊNCIA: RUA LUZ SORIANO 44, 1.200 LISBOA. TÊLEF. 320271/320272. TEL EX: 12363

Bethânia

É a «PromoEventos» do Grupo CN (Companhia Nacional Administradora de Consórcios) quem traz ao Coliseu de Lisboa, nos dias 13, 14, 15 e 16 e ao do Porto nos dias 20 e 21 a cantora brasileira Maria Bethânia. A nova empresa de espectáculos associa-se, para o efeito, à sua congénere carioca «Lima Shows e Eventos» de Dulcério Lima, que trouxe Gal Costa a Portugal. O director executivo da nova empresa é F. Silva Pinto.

Berlim

«Berlim, 750 anos»: a exposição que celebra o aniversário da cidade que é hoje a capital da R.D.A. é inaugurada no próximo dia 19 no Palácio Foz.

Fotografia

Ao mesmo tempo que a grande exposição de Jorge Molder na Gulbenkian, a mostra de fotografia portuguesa dos anos 80 no Instituto Franco-Português da Luís Bivar é o grande local da arte fotográfica em Lisboa, esta semana. Expostos trabalhos de A.P. Ferreira, C. Medeiros, D. Caldeira, F. Peres Rodrigues, G. Castello Lopes, J. Leite, J.A. Furtado, L. Carvalho, L. Ramos, L. Torres Fontes, M. Piçarra, N. Félix da Costa, Rogério e R. Cunha. Ambas a não perder.

Oportunidade

Grande êxito está a encontrar o anúncio relativo ao último Congresso dos Jornalistas, que se reuniu em Novembro passado: o semanário «Sete» dedicava-lhe um quarto de página da sua última edição, e o «Expresso» uma página inteira do jornal, no passado sábado. Trata-se de anúncios oferecidos ao Congresso pelos jornais. Ninguém parece estranhar que o acontecimento a que eles se referem tenha ocorrido vai para três meses.

Mensagens Pessoais

Pág. 8



Dentro do copo chocalha qualquer coisa de divino. Assim perto dos olhos, por detrás do vidro é apenas um líquido colorido, encorpado, perfeitamente inofensivo, apetecível ao tacto labial. Contudo, deixai-o escorregar e enterrar-se nos recantos da carne e vereis porque razão o rei de Tebas foi desfeito pela sua mãe que, sob vontade de Baco, se julgava um leão e porque Cristo o repartiu entre os seus discípulos, dizendo que aquele era o seu sangue.

Um contacto com a divindade que a generalidade dos Estados-membros da CEE, Portugal sem excepção, tenta penalizar, carregando nos impostos que, na maior parte dos casos, se diluem despercebivelmente no líquido.

Cada vez mais convém saber o que se bebe. Se já é difícil, mas ainda detectável, saber se o melhor escocês afinal não se trata senão de um produto das moitas de Sacavém, pior será compreender pelo sabor do preço qual o destino das notas empapadas.

Da mesa do senhor Silva, a vista estendia-se à parede por detrás do balcão recheada de garrafas e foi com esse cenário que assim se dispôs a contemplar para o interior da substância, indagando o que acontecia ao dinheiro que entregasse para gastar em bebidas alcoólicas.

Leis em vigor

Olhando as contas do Orçamento de Estado aprovado para este ano, o senhor Silva descobriu haver uma receita prevista no montante de 4 milhões de contos, vindos de um «imposto especial sobre o consumo de bebidas alcoólicas». Quatro milhões de contos não chega nem a 250 escudos por cabeça dos habitantes deste país, o que levou o senhor Silva a desconfiar não se tratar das receitas totais decantadas do consumo de produtos alcoólicos bebíveis.

Lendo com mais atenção o texto do Orçamento aprovado, o tal imposto especial remete para o Decre-

to-Lei nº342/85 o qual, segundo autorização da Assembleia da República concedida na aprovação do Orçamento, será alterado pelo Governo.

A alteração diz respeito à nova redacção do artigo 20º e no sentido do nº2 do artigo 7º da Lei nº3/86, não sabendo o senhor Silva se até este momento o leitor ainda o acompanha neste trajecto.

Ora, ali onde se ficou começam a surgir as primeiras confusões. O senhor Silva reparou que naquele decreto-lei não existe nenhum artigo 20º, pois o diploma termina no 12º! Tentando arrancar um pouco de boa vontade e espírito de colaboração, chega-se à conclusão que o artigo sujeito à modificação programada é sim o segundo. Mas o caso não fica por aqui.

Confusão de taxas

Pondo ordem nos papéis, convém dizer que o regime do imposto especial, e de acordo com o decreto-lei já mencionado, incide sobre «aguardentes e outras bebidas alcoólicas em cuja composição ou preparação entre álcool etílico não vinico (com excepção de aguardentes de cana, de figo e de outros frutos directamente fermentescíveis e o rum de cana), aquavit, genebra, gin, vodka e whisky».

O montante do imposto era de 300 escudos para o litro de álcool puro das três primeiras e de 1 200 escudos para as três últimas. O álcool puro de cada bebida era encontrado à temperatura de 15 graus Centígrados.

Este regime, aprovado no tempo do Bloco Central, era justificado. no seu preâmbulo, pelo facto do IVA, «por razão de natureza técnico-administrativa» não poder compor-tar «uma estrutura muito diversifica-da de taxas». Assim, criava-se este imposto especial com o fim de «compensar a diminuição da respec-tiva carga fiscal», derivada da intro-dução do IVA em substituição do Im-posto de Transacções.

Tudo bem. Contudo, em Fevereiro de 1986 são aprovadas alterações ao

Orçamento de 1985 (!) e nas quais, entre outras, se encontra a modificação dos impostos especiais sobre bebidas alcoólicas. Pelo seu texto, o regime é alargado às aguardentes vínicas, velhas ou preparadas, ao Brande e Licores e é fixada a taxa única de 350 escudos por cada litro de álcool puro de qualquer bebida atrás mencionada.

Passados dez meses, o Governo propõe no Orçamento de Estado «estabelecer duas taxas diferenciadas (...) no âmbito da incidência do imposto» criado pelo Decreto-Lei nº342/85, isto é, tudo na mesma.

Depois disto, o Orçamento aprovado pela Assembleia da República estipula, de acordo com a proposta governamental, a diferenciação de taxas, mas desta vez com incidências diversas das antes praticadas. Assim, as aguardentes vínicas, velhas ou preparadas, o Brande e os Licores passam a ser tributados a cem escudos o litro de álcool puro, enquanto o Aquavit, Genebra, Gin, Vodka e Uísque ficarão nos 300 escudos em vigor.

O desagravamento verificado foi explicado por se tratar de produtos criados em território nacional. Mas se se pretender calcular todos os tributos que se encontram no preço pago pelo comum consumidor ainda falta mais qualquer coisa.

IVA todo a monte

Com efeito, além do tributado através do imposto especial, será necessário acrescentar as taxas referentes ao IVA, igualmente diferenciadas consoante os produtos em presença.

«Não há maneira de saber quais os montantes envolvidos», lastimou-se ao senhor Silva um funcionário dos serviços do Imposto sobre o Valor Acrescentado. «Como os valores são liquidados sem ser descritos, não é possível saber quanto vai para bebidas alcoólicas».

No entanto, cada qual poderá tentar fazer as suas contas. De acordo com o código do IVA, os líquidos mais agravados, com uma taxa de

30 por cento, são as tais aguardentes de origem vínica, velhas ou preparadas, restantes aguardentes à excepção das de cana, figo e outros frutos fermentescíveis, e os outros produtos já tributados: Aquavit, genebra, gin, vodka, whisky e licores.

A cerveja aparece por omissão sobrecarregada com uma taxa de 16 por cento, enquanto os restantes vinhos, comuns, de mesa ou pasto, a granel, em garrafas, garrações, botijas, frascos e recipientes análogos ficam a suportar a taxa reduzida de 8 por cento.

A Assembleia da República decidiu por unanimidade, e sob proposta do PCP, reduzir a taxa de IVA que incidia sobre os aperitivos em geral de 30 para 16 por cento.

Assim, a feito o rol total, se se pretender calcular o total do imposto que recai sobre essas bebidas, basta achar o imposto proporcional ao grau de álcool das bebidas consumidas e acrescentar o montante de IVA a ela relacionado. Podem ainda surgir algumas dificuldades.

«Não é fácil para o consumidor», disse ao senhor Silva um gerente de uma casa comercial, «e não é porque se trata de produtos de preço livre», podendo a margem da casa não ser proporcional ao imposto incluído.

Resta acrescentar que a actual situação não é para durar. A partir do momento em que Portugal decidiu aderir ao mercado da CEE, ter-se-á de verificar a harmonização dos impostos específicos, entre os quais se inclui o incidente sobre bebidas alcoólicas.

Mas espera-se mais uma vez algumas dificuldades, dado que, neste momento, existem diferenças enormes entre os diversos Estados-membros, como é o caso da Dinamarca com impostos quarenta vezes superiores aos da Itália! Resta saber se nessa altura não se acumularão tantos excedentes vinícolas como hoje são os de lacticínios. Nessa altura, a Europa vai ser uma região feliz...

João Almeida



Monstros IX

Chaké Matossian

Questões com Narciso



Marca tipográfica de impressor (Deschamps 1530). Ligeiramente modificada — por adição de um chapéu e de um retrato do rei no espelho — esta imagem torna-se o retrato de Henrique III, «o Monstruoso»

O monstruoso em pintura resulta de um conhecimento insuficiente do pintor, de uma ignorância técnica e psicológica. Quando Leonardo aconselha o pintor a não misturar os géneros e a respeitar o carácter dos personagens através da sua fisionomia e da sua postura — «que não faças aos machos membros femininos, e membros graciosos aos ineptos... é preciso que o homem de grande vigor se manifeste pelo seu porte, e que, pelo contrário, que o homem de pouco valor faça gestos inválidos e vazios que anunciam a ruína do corpo que os gera» (1) — quando Leonardo aconselha tais práticas, não exclui, evidentemente, a representação do monstruoso que depende, quanto a ela, da vontade de representar um monstro e de um saber que permita realizá-la.

O monstro deriva de uma combinação, é fabricado, *bricolé*, diz Gilbert Lascault citando Lévi-Strauss (2). *Bricolagem* identificada, de resto, por Descartes, que escreve, na sua primeira meditação: «Porque, de verdade, os pintores, mesmo quando estudam com o maior artifício a representação das sereias e dos sátiros em formas bizarras e extraordinárias, não podem todavia atribuir-lhes formas e naturezas inteiramente novas, limitando-se a misturar e compor membros de vários animais.»

Assim, para Descartes, e como nota Lascault, «o pintor não consegue senão dividir um real já dado, decompondo em elementos os objectos que aos nossos sentidos se oferecem e depois, num segundo tempo, combinando entre eles estes elementos».

É este o labor que Leonardo recomenda ao pintor que deseja representar um monstro. Para que um monstro produza o seu efeito máximo, é necessário misturar os elementos de animais já conhecidos, criando portanto algo de inquietante porque, em certa medida, é familiar.

G. Lascault lembra a respeito desse trabalho uma passagem célebre de Leonardo: «Se queres dar aparência natural a um animal imaginário, suponhamos a um dragão, toma a cabeça do lagarto, os olhos do gato, as orelhas do ouriço, o nariz da lebre, as sobrançelas do leão, as fontes de um galo velho e o pescoço da tartaruga.» A receita de Leonardo não deixará de fazer caminho entre os surrealistas, como revelam a «prática da permutação dos órgãos», a «técnica da colagem» e a «utilização do *cadavre exquis* pictural.» (2)

Quando o artista representa voluntariamente o monstro, deve reunir elementos de espécies diferentes. Mas quando essa reunião de elementos surge sem que o artista esteja dela consciente, então a própria obra se torna monstruosa, porque os personagens, pela sua constituição, escapam às regras da representação, à harmonia. Por outro lado, a obra monstruosa, reflexo da ignorância do artista, aparece como prova do seu narcisismo, como recalçamento da sua própria deformidade.

O artista deve lutar contra o narcisismo constitutivo, quer dizer, deve tomar consciência dele para o ultrapassar. Já citámos uma passagem do *Tratado de Pintura* de Da Vinci que se aproxima deste: «O

pintor deve fazer a sua figura de acordo com a regra de um corpo natural que seja de proporção louvável no seu conjunto: além disso, deve fazer-se medir e ver em que parte difere mais do bom modelo. Conhecido isto, ele porá toda a sua aplicação em não reproduzir os seus defeitos nas figuras, de modo a que nelas os encontremos; e saiba ele que contra tal tendência é preciso uma luta tenaz. Porque tais

defeitos nasceram com o teu juízo; a alma mestra do teu corpo constitui o teu julgamento, e de bom grado se compraz nas obras que se parecem com a que foi feita na composição de tal invólucro.» (1)

Entretanto, Alberti afirmava, no seu *Della Pittura*, que «o Narciso convertido em flor terá sido o inventor da pintura», indicando assim que todo o sentimento de beleza, toda a coisa bela reenvia

para o prazer narcísico da vista, para o narcisismo intrínseco à própria vista, como sublinhava Merleau-Ponty: «Há um narcisismo fundamental de toda a visão.» (2)

Mas Alberti assinala também, ao mesmo tempo, que compete ao pintor deslocar o narcisismo na e pela representação, ultrapassá-lo, fazer dele uma obra — uma flor.

Pintando inconscientemente os seus próprios defeitos numa tela, o artista deixa a sua alma comprazer-se no que se assemelha ao seu «invólucro» e manifesta, sem o ultrapassar, o narcisismo constitutivo de cada ser. Num primeiro tempo, o pintor deve portanto perturbar a imagem que tem do seu *eu*, deixar distorcer-se o invólucro, aceder, em suma, ao que Merleau-Ponty chamava «o sentido segundo e mais profundo do narcisismos: não o ver de fora, como outros o vêem, o contorno de um corpo que se habita, mas sobretudo ser visto por ele, existir nele, emigrar nele, ser seduzido, captado, alienado pelo fantasma, de modo que quem vê e quem é visto são recíprocos, já não se distinguindo um do outro.» (3)

Notas:

(1) Leonardo Da Vinci, *Tratado de Pintura*.

(2) G. Lascault, *Le Monstre dans l'art occidental*. Paris. Para a noção de *bricolage* (que não tem tradução exacta em português, N.T.), G.L. refere-se a *La Pensee Sauvage*, de Lévi-Strauss. Ele aproxima em seguida a criação do monstro da criação da «palavra mala» e da prática dos surrealistas.

(3) Merleau-Ponty, *Le visible et l'invisible*, Paris.

Verdade ou consequência?

HA a a jogo que tem esse mesmo nome: «verdade ou consequência». Um grupo de pessoas junta-se, forma uma roda e escolhe uma vítima a qual se farão **quaisquer** perguntas, sobre tudo e mais alguma coisa. E um jogo sem limites. Um de cada vez, cada jogador terá de escolher: dirá a verdade ou sofrerá as consequências.

As consequências podem ser de vária ordem. Como vivemos numa sociedade de herança cultural judaico-cristã, na qual a CULPA ocupa um lugar central, as consequências são sempre castigos, punições à pessoa que optou, não por mentir, mas apenas por **não revelar** a verdade. E podem ir desde tarefas simples, como percorrer o perímetro da casa ao pé coxinho, até outras mais embaraçosas, como mergulhar visado dentro do chuveiro, ou pior ainda. Como atrás foi dito, não há limites.

A verdade

O curioso do jogo é que ninguém mente. Ninguém seria capaz de o fazer. As pessoas coram, por vezes quase oram, tremem de pavor de ter de

confessar uma coisa muito íntima, mas não mentem. Nem mesmo entre adolescentes, os quais costumam fazer perguntas terríveis, do género: «E ou não verdade que estás apaixonado pela Natércia?», que quase podem levar ao suicídio uma vítima desprevenida e mais tímida.

Os adultos, mais treinados no cinismo, optam por inconfessabilidades menos cândidas, até porque estão mais treinados em intuir onde acertar com a seta, de modo a que o veneno penetre com maior intensidade. E um jogo em que, como em tudo, os mais infelizes são os mais cruéis, e que já causou não poucos divórcios.

Frequentemente, faz com que uma reunião de amigos se transforme numa espécie de talho, uns tornando-se em carneiros, outros em animais de abate. Mas ninguém cede: antes quebrar que torcer, é o lema. Como numa febre, as pessoas saem dali quebradas, com a espinha dorsal da personalidade feita em papa nestlé, mas só saem quando o jogo acaba.

É uma versão suave da roleta russa: não mata mas também não engorda.

Boa para portugueses.

E a consequência

Agora é a altura em que, como todos os cronistas, sou suposto passar do exemplo particular (que descrevi com perfeição para uma conclusão de carácter geral, que tenha a ver com a realidade dos leitores. Até porque nem toda a gente jogou já ao «verdade ou consequência».

Como bom jogador que sou (não bom cronista), colocam-se-me duas alternativas: ou digo a verdade, isto é, confesso que não tenho conclusão nenhuma na manga; ou então aceito as consequências, que podem ir (suponho) desde um soco na rua — «seu malandro, aquilo é coisa em que se gaste papel?» — até à pior das punições, que é não voltar a ser lido.

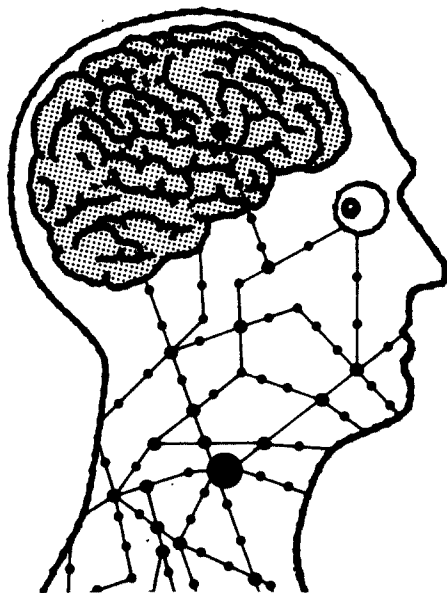
Como devem calcular, qualquer destas possibilidades me deprime imenso. «Olhe, mais um chocolate, por favor.»

Para minha alegria, há contudo uma saída, que ninguém consegue encontrar quando está em jogo, mas que é uma batota permitida a quem não se importa de estar em posição de

fora-de-jogo — desde que, claro, ganhe a jogada. A meia verdade é, na verdade, a mais eficaz das mentiras. De meias verdades se faz lucro, e em sofrer as consequências.

Com meias verdades se governam os governos. O actual, nomeadamente, governa-se bem. Tal como manda o «slogan»: «E a vida sorri...»

Rui Zink



MAIO

A banda de culto Xutos & Pontapés

HORA de almoço do tempo que sobra (para a entrevista pedida) ao grupo de rock mais igual a nós, das noites infundadas da tasca mal comportada, do copo sorvido com a mesma raiva em várias mesas irrequietas, subversivas do comportamento das revoluções permanentes. Do encher do vazio imenso que é este País brando e com clima inigualável, bem a jeito de desculpa pelo que não tem mais.

Sons, fumos, risos e choros vividos em comunhão todos os dias há bem oito anos, ou vinte, ou séculos? Pergunta presente ou tão-somente pressentida no sorriso magoado, conspurcado, pela presença das suas caras em tudo o que é jornal, das suas vozes em tudo o que é rádio, e como se não bastasse ainda na TV em programas de grande audiência: O que é que vai acontecer agora?

Medo da traição ou o ficar conformado com o «é sempre assim»?

O Tim e o Zé Pedro estão à minha frente para falar em nome do grupo.

Banda de culto

Cada concerto dos «Xutos & Pontapés» é sempre uma festa em que a banda do Tim, Zé Pedro, Kalu, Gui e João Cabelreira, é o pretexto para o encontro de grupos de amigos com as presenças sempre confirmadas para o extravasar de energias que confirmam uma força oculta. Isto permitiu que sempre fossem definidos, e mais tarde chamados, como *banda de culto* pelos órgãos de Comunicação Social.

— Aceitam essa definição?

Z.P. — Eu aceito.

— O que é que isso quer dizer?

Z.P. — Acho que uma *banda de culto*, acima de tudo, é aquela em que a assistência em si, ou as pessoas que gostam mesmo do grupo, dão a sua participação para que o grupo exista até. Penso que esse é o nosso caso. As pessoas sempre nos ajudaram. Por mais concertos que a gente desse sabíamos sempre que podíamos contar com um certo número de pessoas que queriam que existíssemos. E se isso é uma *banda de culto* então nós somos-lo.

— E que público é que vocês querem?

Z.P. — Não sei. Acho que queremos pessoas que se identifiquem connosco. Que tenham uma visão diferente. Sempre pensámos em lançar uma data de questões para o ar. Coisas que pudessem ver por si próprias. Não exigimos que gostem de nós, têm que gostar por elas próprias e, se não gostarem não há mal nenhum nisso.

— Mas com a promoção que estão a ter é natural que o vosso público aumente.

Tim — No dia em que eu começar a não gostar do público... Às vezes pode-se ser muito bruto em cima do palco. Pode-se pôr de tal forma as pessoas mal dispostas que se vão embora. Não é preciso muito.

(O Tim gosta de ver e olhar o público nos olhos.)

Tim — E às vezes é preciso estar em cima do palco a fazer papéis parvos, tipo estar a olhar para as pessoas sem as ver, porque simplesmente houve um técnico de luzes que naquele dia resolveu apontar-te os holofotes aos olhos e não consegues ver ninguém, e estão pessoas ao pé de ti a dizer-te coisas e a falar contigo e eu não sei quem são.

— Deduzo então que a vossa entrada para uma grande editora não quer dizer um afastamento do tal público «fiel».

Tim — A cada passo que nós damos as pessoas ganham confiança é quase como um golo do Benfica. Eu sou do Benfica, o Benfica ganha o



Uma das novas imagens oficiais da banda de culto Xutos & Pontapés (Foto Alvaro Rosendo)



Os dois músicos que conversaram com o Sete Ponto Sete: Tim e Zé Pedro (Foto Edmea Brigham)

campeonato é porreiro, as pessoas ficam satisfeitas.

Do cerco ao circo de feras

— Aham que o marketing da vossa editora conhece o público que têm?

Tim — Eles à partida não conhecem, por isso é que nós estamos a desenvolver trabalho em conjunto. Apresentam-te uma série de hipóteses e nessas hipóteses todas às vezes há uma que contempla esse tal público, quando não nós temos que dizer que há um público assim e assim.

Z.P. — Acima de tudo acho que conseguiram encontrar os dois caminhos. Nós tínhamos um processo pessoal que foi aproveitado pela editora assim como nós aproveitámos o deles. E também é preciso ver outra coisa, as pessoas da etiqueta que estão a trabalhar connosco são todas novas. São velhas nas coisas mas são novas.

— Quando foram gravar para um programa de televisão viram o seu público ser reprimido por querer fazer a festa a que está habituado. Entrar para uma grande etiqueta significa obrigatoriamente uma série de concessões e os Xutos já as começaram a sentir, embora tenham relutância em vê-las como tal.

Tim — Eu não as considero concessões, porque se a gente passa a vida a dizer que está mal, que as editoras não dão apoio, acho que tem pouco jeito quando aparecem as coisas e nos é dado uma oportunidade de trabalhar, recusar fazer programas ou dar entrevistas para aqui ou para ali. Sempre nos chateámos por

que sempre achámos que os X.&P. tinham condições para vender muito mais do que vendiam. E isto nem sequer tem a ver com dinheiro, se calhar em vez de ganhar com os direitos autorais 20 ou 50 contos passo a ganhar 100 ou 150, não dá para comprar carro, casa nem todas essas merdas. Entrar para uma grande etiqueta é sim importante em termos de penetração e de apoio.

Z.P. — Principalmente em termos de criar condições para trabalhar bem. Passas a ter um selo bom e isso faz com que os organizadores de espectáculos te tenham mais respeito. Passas a ter melhores condições para tocar e podes exigir mais de ti. Não estás a perder tempo à espera que te caiam coisas do céu.

No fundo é criar condições para desenvolver um trabalho. Porque tudo isto é um desafio: dar entrevistas para explicar coisas, o espectáculo que vamos fazer e este disco.

Tim — O «Cerco» foi a primeira vez que preparámos tudo, depois andámos com aquilo enrolado durante um ano, já tudo chateado com o que estava a fazer. Lá conseguimos gravar o «Cerco» aos bochechos, saiu o disco, arrancámos outra vez com o espectáculo e às tantas aparecem músicas novas que há dois anos que andavam a ser feitas, e até essas já começavam a cheirar mal de guardadas. Agora sai o «Circo de Feras», ou seja a primeira vez que gravamos um disco com músicas que não são praticamente conhecidas do público.

Fomos lá ver os políticos

— O ano passado viu-se o X & P em comícios políticos do PS, na campanha de Zenha e na Festa do Avante. As festas promovidas pelos partidos políticos são para vocês única e exclusivamente um mercado de trabalho?

Z. P. — Nós não participámos em comícios políticos, participámos em campanhas. Nos nossos espectáculos nunca houve discursos. Houve uma tentativa num espectáculo do PS, mas, coitadinho, não conseguiu dizer nada.

Tim — Nesse espectáculo o público era de 70 % de negros e o resto brancos e ciganos.

Z. P. — Aliás, a campanha do PS que nós fizemos foi como banda principal, nunca estivemos integrados na caravana. Deram-nos única e exclusivamente a periferia de Lisboa, foi um «tourné» que de outra maneira não teríamos oportunidade de fazer.

— Quer dizer então que os poderes não ver actuar para qualquer partido político? Não há critério?

Z. P. — Há critério. Uma coisa que não fazemos é tocar para públicos que nos irritem.

— Quais?

Z. P. — Neste caso concreto a campanha de Freitas do Amaral. Não acatámos fazer e era até a que pagava mais.

— Então pode dizer-se que é um mercado circunscrito à área da chamada «esquerda»?

Tim — É a única área que tem o circuito da periferia, a área da «direita» nunca o conseguiu montar. A «esquerda» organiza festas, convívios, concertos e exposições. Normalmente as campanhas da «direita» neste país têm espectáculos com o Nicolau Breyner e desse género.

— Os textos das vossas músicas têm uma carga social muito forte, abordam questões como o desemprego e a falta de perspectivas. Não acham que ao participarem em festas organizadas por partidos políticos que estiveram no poder estão a ser cúmplices de algumas das causas dos problemas que denunciam?

Z.P. — Acho que não tenho que actuar pelas outras pessoas, eu não me sinto «leader», nem condutor de massas, não tenho que resolver o problema das outras pessoas. Estive nalgumas manifestações que tinham um significado importante para mim. Se em Portugal acontecer uma cena como as que estão a acontecer em França, depende dos motivos, mas, se calhar, até estou lá no meio. Agora não tenho que estar a fazer uma revolução, a revolução preciso de a fazer dentro de mim. Acho que o importante é conseguir estimular nas outras pessoas certas coisas que vêm de maneira diferente. É por isso que nos identificamos com a frase do João Gentil «estou sempre do outro lado da luta». (É um verso do tema «Esta Cidade» do «Circo de Feras».).

Ainda falaram do almoço e do jantar que tiveram com o dr. Mário Soares, num comeram bem no outro nem por isso só que «é uma experiência gira almoçar com um Presidente da República» para além de terem ficado com fotografias «fomos lá ver os políticos, os jornalistas e os artistas».

Disseram ainda da necessidade que têm de organizar a correspondência e de responder às solicitações que lhes vêm da província, e são muitas, desde a «t-shirt», até ao disco ou «cassette» para a Rádio local ou pura e simplesmente o desejo de os fazer chegar a mais gente, por isso criaram o seu clube de fãs. O Zé Pedro diz que um dos seus sonhos é abrir uma loja só para venda de artigos dos Xutos ao que o Tim acrescenta que o dinheiro das «t-shirts» dá para pagar muita coisa. Mostram-se fascinados com as possibilidades técnicas que agora têm ao seu dispor, que lhes permite terem tanto gozo em ir para estúdio como para um concerto.

Sobre muitas das letras das músicas dos X & P falarem de partir e ao lhes perguntar se isso significava não ser bom morar em Portugal afirmaram não ser esse o motivo mas sim uma necessidade de ir por esse mundo fora espreguear e ver como é que lá se vive.

Apetecia ficar à conversa durante muito mais tempo e principalmente conhecer a personalidade de cada um dos cinco músicos profissionais que fazem parte deste grupo. Para isso a ajuda do Tim e do Zé Pedro na definição dos elementos ausentes com uma só palavra: o Kalu — eficiência, o Gui misterioso e o João Cabelreira — ouvido-de-ouro.

Fica a certeza que esta banda «marginal» não vai desiludir o seu público «fiel» da era do culto e vai resistir a uma possível absorção pelos interesses comerciais do mercado da música, talvez, quem sabe, como na arena de um circo de feras.

Maria José Belo Marques

Na quinta-feira

LER E ESCREVER

Fotografia 7 — Figuras do espanto Da magia das sombras

TALVEZ, na realidade, que um dos problemas fundamentais que a fotografia tem vindo a levantar desde os seus primórdios seja precisamente o das crenças nas fotografias. Face à fotografia, talvez a questão de saber como e porque é que nela se acredita seja a questão. Questão, no entanto, que não é fácil, pois a própria transparência aparente das fotografias parece aí fazer ecrã e constituir-se como obstáculo epistemológico de monta para quem quiser colocá-la. A lógica da relíquia, e da proximidade possível de um longínquo pela causalidade pressuposta na geração mecânica das imagens fotográficas, poderia aqui servir como o embraiador para uma exploração imediata das modalidades e mecanismos pelos quais as fotografias contribuem para ou impedem a fixação das nossas crenças. Ao invés disso preferimos, hoje, ficar-nos pelos negativos dessa santificação dos retratos de que falava Elizabeth Barrett procurando ver nos temores fotográficos a prova da existência de crenças fotográficas muito especiais.

É verdade que o Daguerreótipo e, em geral, os demais processos fotográficos, foram no início rodeados de segredo. Não nos referimos aqui ao segredo interessado ou interesseiro com que Daguerre ou Talbot preservaram do conhecimento dos seus contemporâneos a descrição instrumental e operativa dos respectivos processos.

Referimo-nos antes ao facto — que antes de tudo o mais deriva da própria natureza indutiva das investigações em que a fotografia pôde aparecer — de que quanto aos «comos» das novas imagens a natureza se revelava ainda muito ciosa dos seus segredos. Mas num século profundamente positivista não eram os sábios aqueles que mais facilidade tinham em imaginar: se, nos primeiros tempos a exploração das «ignotas propriedades da luz» colocavam muitos problemas para

quem quisesse explicar o funcionamento da daguerrotipia já por alturas dos anos 80 do século passado o essencial dessa explicação estava dominado e era acessível a quem estivesse na posse de uma formação científica mediana. Fora desses círculos, contudo, e em alguns territórios escondidos dessa multidão à qual, ao mesmo tempo por comodidade e por confusão, costuma chamar-se povo, a questão era muito diferente: aí, as ideias mais extravagantes tinham curso, e os medos mais tradicionais encontravam nesse novo prodígio a ocasião de se reeditarem.

Já em 1895, Stieglitz em viagem pela Europa fazendo fotografias, permanecendo algum tempo na aldeia de pescadores de Katwick, na Holanda, viu os seus trabalhos extremamente dificultados por «uma superstição que existe entre eles de que deixar fazer os seus retratos é vender as suas almas ao maligno. Um grupo de mulheres e crianças prometia algumas belas fotografias, mas ao primeiro estalido do obturador elas levantaram-se de um salto e, pálidas e assustadas, deixaram o lugar. Depois disso cada vez que nos viam com as nossas câmaras elas espreitavam-nos com suspeita. De boa vontade, e na verdade parece agradar-lhe», posam para os pintores que visitam Katwick; e foi só depois de um artista amigável lhes ter explicado que nós não estávamos ali para fazer retratos e sim quadros (muito embora não usássemos tela nem cores), que elas deixaram que as utilizássemos no nosso trabalho» (1). Receio da perda do duplo no retrato que está inteiramente contaminado, nessa pequena aldeia de pescadores do século passado, por todos os membros da feitiçaria e dos encantamentos... desconfiemos de quem se apodera da nossa efígie, pois é provável que com ela uma parte de nós mesmos nos seja roubada, desviada para fins menos benignos. Medo da despossessão

da imagem que é aqui directamente medo da sua possessão por um outro: como dizia Lévy-Bruhl, «a minha imagem, a minha sombra, o meu reflexo, o meu eco, etc. é, ao pé da letra, eu mesmo. Quem possui a minha imagem tem-me em seu poder». Daí a prática universal do feitiço que não difere em nada dos outros modos, tão variados, de feitiçaria por meio das pertenças(2). Lévy-Bruhl teria podido citar igualmente aqui a imagem fotográfica, uma vez que todos os seus exemplos da «imagem» participam inteiramente, do mesmo estatuto do que ela: ecos, reflexos, sombras, isto é, manifestações da existência ou da presença de alguém que por elas se torna pelo menos potencialmente vulnerável. Quase-emanções que para se transformarem em marcas possuídas por outrem necessitam o gesto ilícito daquilo que apenas pode ser um *quase-rapto*. De outro modo, como explicar a captura da efígie, se não por um rapto, sendo dada a impossibilidade para o homem criar matéria a partir do nada? Como explicar aos espíritos pouco sensíveis aos trabalhos da luz que não se jogava ali uma subtil captura de qualquer coisa de essencial que, assim, deixaria de lhes pertencer?

O círculo fecha-se. Pois é óbvio que a magia negra fotográfica é uma magia das contiguidades, que revelaria aquilo a que Frazer chamava «magia contagiosa», das pertenças e dos contactos. Eis-nos reenviados para a categoria da contiguidade e, de um modo claro, desta para a da causalidade, no sentido em que o espectro de que o fotógrafo supostamente se apodera é concebido pela sua vítima, mesmo pela mais fantasiosa, como uma parte de si mesmo arrancada.

Pedro Miguel Frade

Notas

(1) Alfred Stieglitz, *Photographs & Writings*, Callaway Ed. N.I., 1983, p. 180.

(2) Lucien Lévy-Bruhl, *L'âme primitive*, F. Alcan, Paris, p. 18.

Colóquio alerta para situação arrepiante

Cadeias portuguesas superlotadas e desumanizadas

As prisões portuguesas estão superlotadas e desumanizadas, e as penas de prisão, em vez de servirem como resposta ao problema criminal, têm-se revelado como factor criminógeno e dessocializador — eis, em síntese, a principal e terrível conclusão do colóquio sobre «A prisão e as prisões», realizado recentemente em Lisboa numa iniciativa do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP).

Outro ponto negativo posto em destaque no colóquio foi «a preocupante e elevada percentagem de presos preventivos em Portugal» — do total de reclusos existentes nas cadeias do nosso país, 43 por cento estão detidos preventivamente, com a agravante de 57,8 por cento terem idades compreendidas entre os 16 e os 21 anos.

O SMMP, interpretando o que foi dito ao longo desse memorável colóquio, chama ainda a atenção — num documento agora tornado público — para o facto, lamentável, de os tribunais raramente recorrerem à aplicação das medidas alternativas à prisão, consagradas no novo Código Penal — regime de prova, multa, suspensão da execução da pena, admoestação ou trabalho a favor da comunidade.

Como se tudo isto não fosse bastante, acontece também que os sucessivos governos que temos tido, o actual incluído, não quiseram abrir os cordões à bolsa e deixaram chegar as prisões ao estado de «grave degradação, inadaptação e sobrelotação» em que se encontram, funcionando com uma escassez arrepiante de pessoal, designadamente o especializado.

Aterrador

Neste colóquio, que teve a participação do provedor de Justiça, dos directores dos Serviços Prisionais e do Instituto de Reinserção Social, de dirigentes do Sindicato promotor, de deputados, magistrados e advogados, de directores de cadeias e funcionários do Ministério da Justiça, e ainda do presidente dos Sindicatos dos Guardas Prisionais e do comissário Santinhos (o grande impulsor da criação do Sindicato dos Agentes da PSP), nesse colóquio, dizíamos, o panorama traçado sobre o sistema prisional do nosso país foi aterrador, mesmo tendo em conta que alguma coisa foi realizada para alterar a situação.

A intervenção do dr. Fernando Duarte, director-geral dos Serviços Prisionais, apesar de um tanto desordenada, foi exemplar nesse sentido: deu tantos exemplos, relatou tantos casos, que, mesmo sem querer, e dourando por vezes a pilula, confirmou o que se temia.

Ele próprio o disse: as cadeias estão a abarrotar; o quadro de funcionários está muito longe de se encontrar preenchido (há 565 vagas para

guardas prisionais e mais 512 vagas para outro tipo de funcionários); para cada preso há 220\$00 diários para a alimentação, vestuário, calçado e mais necessidades elementares; dos 66 enfermeiros (que número tão ridículo!) previstos para todas as cadeias portuguesas, apenas estão a trabalhar 30; dos 38 médicos previstos há apenas... 12; quanto a psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais, nem é bom falar; a cadeia de Monsanto há muito devia estar fechada pois não tem condições mínimas e os presos aí se amontoam; na cadeia de Pinheiro da Cruz, onde os Cavacos mataram três guardas prisionais antes de se evadirem, a situação, na altura, por «inépcia» do respectivo director, era de «bagunça total, não tendo fugido todos os presos porque não calhou ou não quiseram». E assim sucessivamente.

Claro: há também aspectos positivos e algumas medidas se têm vindo a implementar nas cadeias portuguesas para melhorar a situação. Tem havido menos violência e menos motins; tem-se vindo a recorrer cada vez mais às saídas precárias dos presos nos fins-de-semana e noutros períodos, e a maioria esmagadora volta mesmo às cadeias; está-se a implementar em mais estabelecimentos prisionais a escolaridade e a formação prisional dos detidos; e, como lembrou Fernando Duarte, «se o Instituto de Reinserção Social lhes arranjasse empregos, então era ouro sobre azul...» O diabo é que não há dinheiro para nada vindo de quem tinha obrigação de o arranjar...

Observador atento.

Quando chegou a vez de falar o provedor de Justiça, Fernando Duarte não ficou sem resposta. Bem humorada, de resto.

Sem pôr em causa a boa vontade do director-geral dos Serviços Prisionais nem o lado positivo do seu trabalho, Almeida Ribeiro foi-lhe lembrando que o facto de muitos presos regressarem às cadeias depois das saídas precárias talvez não se deva às saudades do ambiente prisional, mas antes ao facto de aí, apesar de tudo, sempre encontrarem um tecto e comida, por muito deficiente que sejam.

Mais: se o Instituto de Reinserção Social arranjasse empregos, então — sublinhou o provedor de Justiça, atento observador da realidade portuguesa — «era certo e sabido que



Alfred Stieglitz, «Tagarelíce», Katwick, 1885

iríamos assistir a uma autêntica corrida às cadeias...

Almeida Ribeiro debruçou-se depois sobre o mundo de queixas que têm chegado à Provedoria de Justiça respeitantes ao que se passa nas cadeias. Lembrou que há mais de 30 anos não se constroem cadeias novas e as que existem não estão, obviamente, preparadas para a explosão criminal entretanto verificada. Desde os cheques sem cobertura ao roubo de carros... Zurziu a bom zurzir na falta de meios à disposição dos que têm por obrigação zelar pelo bom funcionamento das cadeias; relatou casos de doentes presos que esperam meses para serem vistos por um médico; falou da falta de bibliotecas nas prisões (que poderiam diminuir o isolamento dos presos); lembrou o que se passou em Vale de Judeus com a violência exercida sobre os detidos; recordou as lentidões processuais que não se podem aceitar especialmente quando está em jogo a liberdade das pessoas; sublinhou a imoralidade das longas penas preventivas, que a classificou de «monstruosidade jurídica»; referiu os numerosos e lamentáveis casos de suicídios que se têm verificado nas cadeias portuguesas; apelou para que o OGE abra os cordões à bolsa de modo a que se possa atalhar à situação degradada em que as prisões se encontram; condenou todos os saudosistas da Autoridade e da Ordem com letra grande; afirmou que há muitos delinquentes que estão presos mas há muitos mais que estão cá fora merecendo estar lá dentro; e terminou com uma palavra de esperança na melhoria dos serviços e instalações prisionais...

...E apesar dos aplausos da assistência, todos tinham a convicção de que «isto» já não vai com palavras pias de esperança, por muito positivas e bonitas que possam ser.

Ironias e gravidades

Curiosa, sem dúvida, foi a intervenção da dr.^a Eliana Gersão, do Centro de Estudos Jurídicos do Ministério da Justiça.

Começou assim:

«Parece uma ironia do destino que, entre nós, nos anos que imediatamente se seguiram à entrada em vigor de um código penal que — como se afirma no respectivo preâmbulo — depositou as suas melhores esperanças na substituição da prisão por medidas não detentivas, se tenha verificado um espectacular aumento do número de reclusos nas nossas cadeias.»

Depois, e sempre recorrendo a números, adiantou Eliana Gersão:

«Os 4957 reclusos existentes em 31/12/82 passaram para 6670 em 31/12/83, eram já 7993 em 31/12/84 e atingiram os 9389 em 31/12/85.»

Para isso, explicou, «terá sem dúvida contribuído o substancial aumento dos presos preventivos. O número destes, entre 1982 e 1985, passou de 1554 para 3161 — teve, portanto, um aumento de 126 por cento» (exactamente ao contrário do que se vem passando na quase totalidade dos países europeus, onde os presos preventivos têm vindo a diminuir substancialmente em termos percentuais).

Por outro lado, e a atestar a gravidade deste facto, há ainda a registar, como sublinhou a oradora, que «a percentagem do aumento dos presos preventivos foi bem superior à percentagem do aumento dos presos condenados. Estes, entre 1982 e 1985 passaram de 3403 para 5869 — ou seja aumentaram em 72 por cento...»

Ainda e sempre recorrendo a números e comparações, Eliana Gersão referiu que «a percentagem dos preventivos em relação ao total de reclusos, que era de 31 por cento em 1982 — percentagem já de si elevada — atingiu em 31/12/85 os 37 por cento». E como mais tarde adiantaria o dr. Mário Torres aquando da sua intervenção sobre os presos preventivos, no final de 86 essa percentagem havia já aumentado para 43 por cento, uma vez que dos 8616 presos existentes nessa altura 3516 era preventivos!

Mais números

Mas voltemos à exposição da dr.^a Eliana Gersão. De acordo com esta jurista, «o aumento do número de presos preventivos não basta para explicar o aumento do número de reclusos», pois verificou-se também, entre 1982 e 1985, «um substancial aumento do número de reclusos condenados».

Recorrendo mais uma vez aos frios números, Eliana Gersão disse então: «O número total de condenados, por crime, passou de 12 510 em 1982 para 13 700 em 1982; ascendeu a 15 801 em 1984; e atingiu os 19 237 em 1985 — ou seja, registou um aumento de 53 por cento.»

«É verdade», continuou aquela jurista — «que este número se encontra distorcido pelo número de condenações por emissão de cheques sem provisão», crime que foi, de longe, «aquele que, nos últimos anos, teve uma maior intensificação na sociedade portuguesa» (aumentou naquele período — 1982 a 1985 — 149 por cento!). No entanto, mesmo excluindo as condenações por emissão de cheque sem cobertura —



Dr.^a Eliana Gersão: intervenção brilhante



Dr. Francisco Santos, presidente do SMMP

crime só suplantado, em número, no nosso país, pelas ofensas corporais — as condenações penais entre 1982 e 1985 subiram de 11 510 para 17 086, ou seja, aumentaram 48 por cento...

Este aumento do número de condenados — explicou Eliana Gersão — «poderá corresponder a um aumento da criminalidade durante o período de tempo considerado, embora não se possa determinar até que ponto há uma correspondência entre os dois fenómenos: o aumento da criminalidade e o aumento das condenações. Além disso, é difícil — é mesmo impossível — medir a criminalidade real».

E a jurista diantou razões. A saber: «Poder acontecer que, actualmente, os cidadãos se queixem com maior frequência do que em períodos anteriores dos crimes de que são vítimas. É uma evidência que há, actualmente, uma maior consciência dos cidadãos dos seus direitos e uma maior exigência que lhes seja feita justiça. (...) É possível também que os investimentos que nos últimos tempos têm sido feitos em relação



Fernando Duarte: confirmar sem querer



Provedor de Justiça: sempre o dedo na ferida

às várias polícias, dotando-as melhor em pessoal e meios de intervenção, tenham aumentado a sua capacidade de detecção do crime e de identificação dos respectivos agentes. Para além disso o aumento de magistrados que se registou durante o período considerado conduziu, obviamente, a um maior número de processos findos e, consequentemente, de condenações.»

Riscos e Riscos

Porém, disse ainda esta atenta e eficaz estudiosa, «todos estes factores — embora tendo contribuído para o aumento do número de condenados — não serão certamente bastantes para explicar as cifras atingidas».

Isto porque, realçou, «a criminalidade terá efectivamente aumentado entre nós nos últimos três anos». Contudo, tal facto não deve surpreender-nos, uma vez que «o risco de criminalidade é maior em períodos de transformação económica e social, bem como em sociedades abertas». Mais: «O aumento de criminalidade — se é um facto

grave e por isso mesmo não deve ser ocultado — não deve também ser hipertrofiado.»

«Não devem, sobretudo» — alertou — «serem empolados os riscos que os cidadãos correm de serem vítimas de crimes».

Para Eliana Gersão, «manipular o sentimento de medo da população, fazendo-a ver, em cada esquina, uma ocasião de crime e em cada desconhecido um potencial criminoso, não é uma atitude que facilite a construção da sociedade solidária a que aspiramos».

«Na realidade» — realçou — «os riscos que as pessoas correm de serem vítimas de crimes são bem menores do que os riscos de serem vítimas de outros problemas sociais capazes de lhes causar sofrimentos incomensuravelmente maiores».

Para esta jurista, «muitas vezes» pretende-se «precisamente fazer esquecer» aqueles problemas «quando se hipertrofia o problema criminal e se joga com o desejo de segurança da população».

A prática dos tribunais

Noutro ponto da sua bem elaborada intervenção, escutada com muita atenção por todos os presentes, Eliana Gersão opinou que os tribunais nos últimos anos têm emitido sentenças que vão «no sentido do agravamento da punição, traduzido num maior recurso à privação da liberdade».

Opinião que, sustentada em dados estatísticos, a levaram a indicar que «seria lícito concluir que a ideia-chave do nosso novo Código Penal de reagir contra as penas detentivas não teve repercussão na prática dos tribunais».

Analisando a solução das sentenças de penas de prisão inferiores a seis meses proferidas de 82 a 85, a conferencista constatou «um grande agravamento das penas de prisão não remível, cuja percentagem em relação ao total das penas de prisão» passou de 26,5 por cento para 38,6 por cento.

Eliana Gersão frisou no entanto que no mesmo período se verificou também «um grande aumento das penas de multa» e isto porque «muitos casos que anteriormente eram punidos com pena de prisão remível passaram a ser alvos de simples pena de multa».

Contudo, frisou, o balanço neste caso é no «sentido de um maior recurso a penas não remíveis».

Ainda em relação às condenações até seis anos de prisão, Eliana Gersão afirmou ter baixado de modo significativo a aplicação de penas suspensas, o que, na sua opinião, traduz um «maior apego dos tribunais a pena de prisão efectiva».

RC

Conclusões terríveis

O Sindicato dos Magistrados do Ministério Público extraiu do colóquio «A Prisão e as Prisões» as seguintes conclusões: 1. Vive-se actualmente uma situação marcada pela exigência de reduzir o campo da aplicação das medidas de prisão, o que resulta do reconhecimento de que a prisão não tem servido como resposta ao problema criminal, revelando-se antes como factor criminógeno e dessocializador.

2. Para minorar os males da prisão torna-se necessária a implementação de medidas alternativas, numa perspectiva ressocializadora, reeducação e reinserção social dos delinquentes.

3. As vantagens das medidas alternativas à prisão traduzem-se na maior facilidade para a individualização das sanções penais atendendo às circunstâncias pessoais do delincente, na sua função ressocializadora em contraste com os efeitos criminógenos da prisão e no menor custo económico e social dessas medidas.

4. Os tribunais têm ao seu dispor um conjunto de medidas alternativas de prisão, nomeadamente o regime de prova, a multa, a suspensão da execução da pena, a admoestação ou o trabalho a favor da comunidade, que, permitindo em muitos casos evitar a aplicação da pena de prisão, não potenciam o risco de desinserção social inerente à sanção detentiva.

5. Todavia, tem sido insignificante o recurso dos tribunais à aplicação de tais medidas alternativas, consagradas no novo Código Penal.

6. O preso é, antes de mais, um ser humano, sujeito de direitos, cujo único direito que lhe deve ser retirado é o da liberdade, assegurando-se-lhe todavia o exercício de todos os demais direitos fundamentais.

7. A situação de grave degradação, inadaptação e sobrelotação dos estabelecimentos prisionais portugueses, bem como a escassez do respectivo pessoal, designadamente do especializado — re-

sultado acumulado do desprezo a que este sector tem sido votado pelo poder político há já vários anos — não garante uma política penitenciária ressocializadora nem o respeito integral dos aludidos direitos dos reclusos.

8. As mesmas carências financeiras e de pessoal e a indefinição de objectivos de política criminal têm também impedido o Instituto de Reinserção Social de levar a cabo, com a desejável eficácia, as funções que, na perspectiva do novo Código Penal, eram fundamentais para o êxito dos novos princípios orientadores deste Código.

9. É preocupante a elevada percentagem de presos preventivos (43% do total de reclusos existentes em 31/12/1986, e 57,8% desses reclusos com idades compreendidas entre os 16 e os 21 anos), o que é devido, em grande parte, ao regime dos «crimes incaucionáveis», estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 477/82, de 22/12, diploma cuja revogação o SMMP tem persistentemente defen-

dido.

10. A prisão preventiva nunca deve ser obrigatória e só deve ser aplicada, excepcionalmente, quando não forem adequadas outras medidas, não devendo ser vista como uma antecipação da pena ou como uma aplicação de medida de segurança provisória; no entanto, reconhece-se que os tribunais não são indiferentes a uma certa pressão de opinião pública, que ainda não interiorizou a verdadeira natureza da prisão preventiva, situação que só será totalmente superada com a evolução da mentalidade geral, para o que será fundamental a acção esclarecida dos órgãos de comunicação social.

11. Impõe-se a revisão do estatuto dos tribunais de execução das penas, tomando mais intervenientes os respectivos juizes, como garantes dos direitos dos reclusos e visando a integral judicialização da execução das penas. Também deve ser ampliada a intervenção dos magistrados do Ministério Público,

como garantes da legalidade democrática no interior das prisões e como fiscais da legalidade da actuação da administração penitenciária.

12. Tem sido importante a intervenção do provedor de Justiça no sentido de, com a colaboração dos magistrados do Ministério Público e dos principais responsáveis da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais e do Instituto de Reinserção Social, fazer respeitar os direitos dos reclusos no interior das prisões e minorar a situação dos respectivos familiares.

13. A gravidade da situação prisional actual exige que se promova um amplo debate nacional sobre a questão, no sentido de sensibilizar a sociedade em geral e em especial os detentores do poder político para a necessidade de se atribuírem a este sector recursos financeiros, estruturas e quadros de pessoal que até agora lhe têm sido recusados e sem os quais não é possível qualquer avanço no sentido da humanização das prisões.

Espanha

A transição para a democracia

Mais um número de «Terra Solidária», a revista do Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC). Com a sua autorização, reproduzimos aqui um importante estudo sobre a transição espanhola para o regime democrático. A Espanha, que durante os séculos da afirmação da coroa portuguesa constituiu obstáculo decisivo à expansão por terra, conduzindo os portugueses para o mar, e que durante este século foi sobretudo «um grande vizinho ignorado», que separava fisicamente Portugal da Europa, está agora a tornar-se, um ano depois da adesão dos dois países à CEE, em sede da «região ibérica». Os europeus que descobrem o mercado peninsular estabelecem antenas em Madrid e visitam Lisboa como segundo objectivo. Por outro lado, a Espanha transformou-se num «minicolosso», mais industrial e mais moderno, ainda nos últimos anos do franquismo, e acelerou esse movimento com a democratização do regime. A distância que nos separava aumentou. O obstáculo que durante séculos nos separou da Europa mudou de natureza, mas fortaleceu-se e cresceu. Todas estas são razões que justifiquem que a conheçamos melhor.

A história política espanhola nos séculos XIX e XX é a história de duas grandes divergências ou dissensões: a dissensão sobre o modelo político — Monarquia ou República — e a dissensão sobre o conceito de nação — nação única ou nação plural.

Jordi Sole Tura *

O Estado espanhol contemporâneo formou-se sob a hegemonia dos sectores mais oligárquicos e fechados da sociedade, como um Estado centralizador, exclusivista e impermeável a qualquer reforma democrática. Todos os períodos democráticos foram breves e instáveis e todos terminaram com golpes militares que destruíram as escassas reformas democráticas que se tinha tentado realizar. Sob a aparência de um regime parlamentar, criou-se uma monarquia militarista e clerical, baseada em quatro eixos principais: a Coroa, a oligarquia latifundiária e financeira, o Exército e a Igreja.

Faça a esse Estado, todas as ideologias democráticas, afastadas de qualquer possibilidade de reforma do Estado, desenvolveram-se não só à margem do Estado, mas contra ele. As suas características comuns foram o republicanismo, o antimilitarismo e o anticlericalismo. Com base nestas características comuns o socialismo e o anarquismo foram as correntes que afincadamente disputaram entre si a hegemonia no movimento operário, pois o comunismo só começou a ter um peso significativo nos finais da II República e, muito especialmente, durante a guerra civil. O liberalismo republicano e laico também tem um desenvolvimento importante entre os sectores médios urbanos, mas nunca chegou a ser a força decisiva.

Por outro lado, esse Estado centralista não conseguiu unificar realmente a sociedade espanhola, caracterizada pela sua grande diversidade social, cultural e linguística, ao contrário do que tinha feito a burguesia francesa através de um Estado centralista que era o modelo imitado em Espanha. Nos finais do século XIX e princípio do século XX surgiram com grande força os nacionalismos catalão e basco, encabeçados inicialmente pelos sectores das respectivas burguesias. Face às exigências reformistas destes nacionalismos — especialmente do catalão que, de facto, só exigia uma descentralização do Estado — o poder central reagiu com grande violência e encarregou o Exército da repressão de todas as manifestações de nacionalismo e da defesa da «sagrada unidade da nação espanhola». Deste modo, o Exército converteu-se no principal depositário da ideia da nação espanhola única, identificada com o Estado centralista, fazendo frente a uns nacionalismos que punham em dúvida esta unidade em nome de outra concepção da nação espanhola como uma nação plural ou composta.

Estas duas grandes dissensões nem sempre coincidiram. Importantes sectores do liberalismo republicano e do socialismo, por exemplo, eram partidários do centralismo, porque consideravam os nacionalismos como uma manobra política das burguesias catalã e basca. Por sua vez, as burguesias nacionalistas entravam em choque, por interesses de classe, com os socialistas, os anarquistas e os republicanos radicais. Mas a duríssima reacção do poder central unificou ambas as formas de dissensão. Importantes sectores da classe operária e

da pequena burguesia juntaram-se ao nacionalismo catalão e basco, afastando a burguesia da sua liderança. Por seu turno, o socialismo e o comunismo redescobriram a velha tradição federal. Por tudo isso, o Exército acabou por se converter no instrumento principal da oligarquia para conservar o seu poder e, deste modo, desenvolveu-se uma ideologia militar de defesa da «pátria» e da «nação», ameaçadas pelos republicanos, os socialistas e os nacionalistas. Em consequência disto, a Espanha conheceu nestes oitenta e seis anos do século XX duas ditaduras militares que duraram quase cinquenta anos e que tiveram por base ideológica a luta contra os «vermelhos» e os «separatistas», como diziam os ideólogos do franquismo. Um terceiro elemento da ideologia militar foi a defesa da religião católica face à esquerda anticlerical.

Após a esperançosa e frustrada experiência da II República, o franquismo levou até ao limite estas duas dissensões, dividindo a sociedade espanhola em duas facções opostas, a dos «vencedores» e a dos «vencidos», divisão que se sobrepunha à anterior e a reforçava.

A transição da Ditadura para a Democracia

Contrariamente ao que os seus teóricos pretendiam, não creio que se possa

afirmar com seriedade que o Estado franquista foi realmente um Estado novo. Foi antes a continuação do tipo de Estado forjado em Espanha no decurso dos séculos XIX e XX. O franquismo acrescentou a esse Estado alguns elementos específicos, mas não modificou a estrutura do Estado anterior nem a sua orientação de fundo. O que fez, sim, foi levar até às suas últimas consequências autoritárias, burocráticas e centralizadoras as características do Estado já existentes até então, a partir da destruição política e física de todos os elementos de democracia que se tinha desenvolvido no interior ou, sobretudo, fora do Estado.

O importante é que o franquismo não modificou as suas características essenciais, tendo antes exacerbado o seu conteúdo antidemocrático, de si já muito poderoso. Assim, por exemplo, manteve o centralismo e reforçou o seu carácter burocrático e exclusivista; destruiu e perseguiu o pluralismo político sem nenhum subterfúgio, proibindo os partidos políticos e os sindicatos e suprimindo as liberdades e direitos; levou a cabo a maior concentração de poder em mãos de uma só pessoa, a do Chefe do Estado, transformando, assim, em sistema o que era a prática da monarquia anterior; converteu o Exército em coluna vertebral do sistema, guiando a ideologia militar espanhola a ideologia oficial do Estado e reforçou o protagonismo político e ideológico da Igreja Católica.

E foi esse o Estado, quase intacto, com que depararam as forças democráticas no momento de iniciar a transição

da ditadura para a democracia em 1977.

Deste modo, ao morrer o general Franco em 1975, a luta entre a reforma preconizada por alguns sectores do próprio franquismo e por outros da oposição, por um lado, e a ruptura preconizada, também com matizes diferentes, pelos principais grupos da oposição, terminou literalmente com o que bem se poderia designar por um empate. A reforma teve de ir muito mais longe do que previam muitos dos seus defensores até ao pleno restabelecimento das liberdades democráticas, o reconhecimento das autonomias e a legalização de todos os partidos políticos. Por sua vez, a ruptura não alcançou os objectivos fundamentais que se propunha, a saber, a derrota total do sistema existente e a abertura de um processo democrático livre dos condicionamentos da fase anterior.

O resultado de tudo isso foi que o regime franquista desapareceu efectivamente com tal, mas a maioria dos aparelhos e das instituições do Estado permaneceram intactos.

Desapareceu o partido único — o Movimento Nacional —, desapareceram as Cortes orgânicas, desapareceu o sindicato vertical e desapareceu o sistema jurídico do franquismo — as Leis Fundamentais — e com elas a concentração total do poder nas mãos do Chefe do Estado.

Em seu lugar apareceram as liberdades democráticas, os partidos políticos, os sindicatos, as Cortes livremente eleitas, o sistema parlamentar.

Mas o Exército, as Forças de Segurança, o aparelho judicial, a Administração Pública a todos os níveis, a maior parte do sistema jurídico, a empresa pública e todos os centros de poder vinculados à empresa privada e à Igreja permaneceram intactos e como tal transitaram para o novo regime democrático.

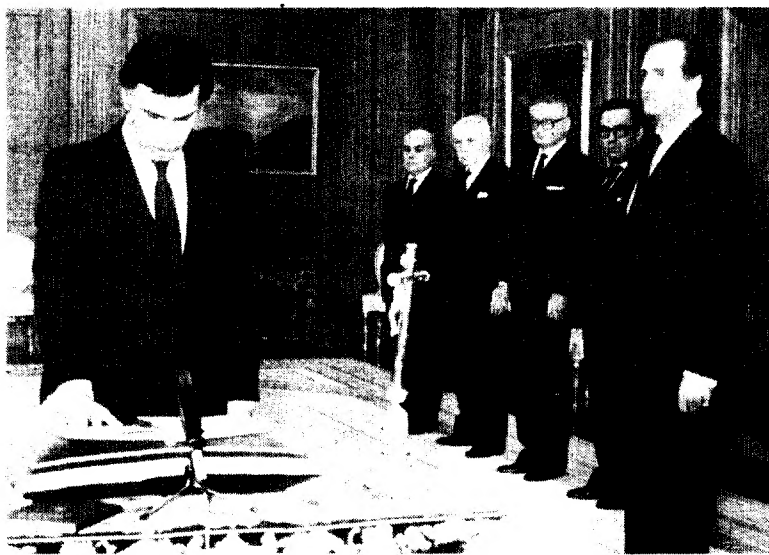
O problema fundamental da transição para a democracia consistiu em consolidar o novo sistema, fortalecendo os seus partidários e assegurando em simultâneo que os grandes aparelhos e as grandes instituições do Estado se integrassem sem traumas nem confrontações civis no regime democrático.

As forças políticas e sociais

Com excepção da Coroa, os principais protagonistas da mudança democrática foram os partidos políticos e os sindicatos. Mas uns e outros eram fracos. A maioria dos partidos formou-se praticamente em cima da hora com dirigentes novos e pouco experientes. Basta recordar o caso da União do Centro Democrático (UCD), o partido que ganhou as primeiras eleições gerais. Este partido formou-se uns meses antes das primeiras eleições gerais com pessoas oriundas do franquismo e outras provenientes da oposição. O seu dirigente máximo, Adolfo Suárez, tinha sido ministro do Movimento sob o franquismo, ou seja, o responsável do partido único. Juntamente com ele militaram no novo partido liberais, democratas-cristãos, falangistas e social-democratas.

O Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) não obstante a sua grande tradição, foi, de facto, um partido novo. A maior parte dos militantes juntou-se

Continua na pág. 7



A posse de Felipe Gonzalez como chefe de governo



A tentativa de golpe de Antonio Tejero Molina

Decano da Faculdade de Direito da Universidade de Barcelona

Continuação da pág. 6

lhe nos momentos finais da ditadura e mesmo no início da transição. Muitos dos seus dirigentes careciam igualmente de grande experiência.

O Partido Comunista de Espanha (PCE) e o seu homólogo, o Partido Socialista Unificado da Catalunha (PSUC), tinham sido, sem dúvida, os mais activos na luta contra o franquismo. Mas a nova situação criada com a reforma política obrigou também os comunistas a modificar rapidamente as suas estruturas organizativas, os seus programas e os seus quadros dirigentes, tarefa que não foi fácil e que produziu resultados muito deficientes, como se pôde comprovar posteriormente. E assim se poderia continuar relativamente aos demais partidos, incluindo desde logo os que se inspiravam no franquismo ou que pretendiam não levar demasiado longe a ruptura com ele, como é o caso da Aliança Popular.

Na Catalunha, no País Basco e noutras nacionalidades e regiões construíram-se ou reconstruíram-se partidos de carácter nacionalista. Alguns tinham atrás de si uma grande trajectória, como o Partido Nacionalista Basco (PNV). Outros criaram-se em bases novas, como a Convergência Democrática da Catalunha (CDC), mas todos eles enfrentavam os mesmos problemas: tradição escassa, carência de dirigentes experientes, necessidade de adaptação às condições criadas pela reforma, fraca militância, poucos meios, etc.

Os sindicatos apareceram talvez com mais força, especialmente as Comisiones Obreras (CC OO.), que tinham sido o principal protagonista sob o franquismo, mas também a UGT, a ELA-STV e outras organizações. Os sindicatos estavam mais enraizados entre os trabalhadores do que os partidos e os seus dirigentes tinham-se formado no contacto directo com as lutas operárias e eram, por isso, mais conhecidos nos locais de trabalho. Mas o número dos seus membros era também reduzido, careciam de recursos económicos importantes e, além disso, surgiram dividendos. A divisão sindical foi, sem dúvida, um dos maiores défices das forças democráticas.

As forças protagonistas da mudança democrática eram, pois, inicialmente, fracas. No entanto, os seus apoios eram importantes. O principal era a vontade de mudança democrática da maioria da população, claramente manifestada nas primeiras eleições gerais de Junho de 1977.

A tudo isto há que acrescentar que a direita espanhola entrava no pós-franquismo totalmente desorientada. Tinha jogado até ao fim a cartada do franquismo e, se exceptuarmos o sector que a partir do centro do franquismo impulsionou a criação da UCD, foi incapaz de forjar uma alternativa que lhe permitisse continuar a controlar a situação. Convém recordar que nos primeiros meses da transição até a CEO rejeitava a UCD e Adolfo Suárez por serem demasiado reformistas.

Influências externas e crise económica

Por outro lado, não se deve esquecer a enorme influência que teve na transição espanhola a situação política internacional, num momento de recrudescimento da tensão entre os grandes blocos militares, de intensificação do clima de guerra fria. Tudo isto actuou como um limite e uma condicionante relativamente à capacidade de manobra das forças democráticas, deu maior liberdade de movimentos a umas e limitou mais a liberdade de outras. Exemplo disso é a oposição do governo dos Estados



Juan Carlos e Sofia em Maio de 1962, durante uma visita à Grécia



O «old look» de Felipe Gonzalez, dirigente do PSOE



Adolfo Suarez: de chefe de governo a opositor minoritário

Unidos à legalização dos comunistas.

Tudo isto tinha como pano de fundo a grande crise económica com que a Espanha se debatia por ocasião do desaparecimento do franquismo. Para essa crise confluíam, de facto, duas crises distintas: por um lado, a crise generalizada em todos os países

capitalistas ocidentais, intensificada pelo aumento do preço do petróleo, mas que era, na realidade, uma mudança radical do modelo de desenvolvimento industrial dos anos sessenta e o início contraditório e traumatizante de uma nova fase, de um novo modelo de acumulação que ia

Espanha

A transição

modificar profundamente — como se tem vindo a comprovar — não só as relações de produção, mas também uma grande parte dos valores sociais existentes.

Por outro lado, era a crise desenvolvimentista caótica dos anos sessenta sob o franquismo, com um capitalismo espanhol basicamente especulativo, com empresas públicas pouco rentáveis que mais pareciam prolongamentos dos ministérios, com pólos de desenvolvimento em grande parte artificiais e com investimentos estrangeiros que tinham transportado para Espanha os problemas dos seus países de origem, mas que mal nos deixavam mecanismos de defesa para os mitigar. O franquismo não tinha feito praticamente nada nos anos setenta para fazer face a ambas as crises e o resultado foi que o peso principal das mesmas recaiu sobre o novo regime democrático, que iniciou os seus primeiros passos com um milhão de operários no desemprego, com uma inflação mundial que atingia os 30% e com um défice público descomunal.

Os consensos possíveis

Nestas condições, a transição para a democracia só é viável se se verificar a conjugação de três elementos. O primeiro é um factor de estabilidade: poderoso, pessoal e institucional. O segundo é uma capacidade de negociação entre as diferentes forças em presença e a capacidade de integrar todas as que sejam significativas num mesmo processo de discussão e consenso. O terceiro é uma mobilização activa de grandes sectores sociais a favor dos mesmos objectivos.

Em Espanha verificaram-se os dois primeiros e em muito menor escala o terceiro. O factor de estabilidade principal foi a Monarquia, ponte essencial e quase única para que os mais importantes aparelhos do Estado anterior — o Exército em primeiro lugar — aceitassem, embora passivamente, a nova situação.

A negociação inicial entre o Governo e a oposição permitiu superar os limites iniciais do reformismo desde o regime anterior, conforme se demonstrou na prática com a legalização do Partido Comunista, verdadeira pedra de toque da entidade real do processo de reforma empreendido. Após as eleições de 1977, esta negociação foi a base do consenso entre as principais forças parlamentares.

O certo é que o consenso entre as principais forças políticas foi na altura mal compreendido pela opinião pública e por boa parte dos comentaristas e órgãos de Informação. Talvez devido à má recordação da pseudo vida parlamentar do regime da Restauração e à inexistência, de facto, na Espanha contemporânea de uma autêntica tradição democrática e de um autêntico sistema de partidos, houve uma tendência para confundir o consenso com a contemporização oportunista, a distribuição de empregos chorudos e com o acordo sem princípios.

Para tal contribuiu certamente a atitude das direcções dos partidos, preocupadas com a debilidade das suas respectivas organizações e com a fraca aptidão ou escassos meios — ou ambas as coisas em simultâneo — para explicar a realidade dos factos à opinião pública.

Apesar disso, o consenso foi realmente um facto histórico, uma extraordinária demonstração de realismo e de consciência histórica por parte dos seus protagonistas, embora nem todos o praticassem com o mesmo entusiasmo.

O seu principal fruto foi, sem dúvida, a redacção e aprovação da Constituição de 1978. Outro fruto, menos sólido e muito menos eficaz, foi o dos Acordos de Moncloa. Resultados muito importantes foram também a aprovação da amnistia política e o arranque ou, pelo menos, o reconhecimento das autonomias.

Monarquia ou República

A questão da Monarquia é um claro exemplo disso. As forças de esquerda do nosso país não só foram republicanas por vocação ideológica, mas também porque com uma Monarquia como a que teve a Espanha até 1931 e com uma ditadura como a franquista — institucionalizada como Reino — não se podia ser simultaneamente democrático e monárquico. A cisão das forças políticas espanholas em torno da questão Monarquia ou República não era somente uma divisão política, mas igualmente uma divisão ideológica e programática que se traduzia numa divisão radical quanto aos símbolos — a bandeira e os hinos, por exemplo.

A Monarquia espanhola não tinha sido aglutinadora, mas exclusivista. A bandeira monárquica era a oficial de Espanha, mas era na realidade a bandeira de uma parte dos espanhóis contra os outros. De resto, a transição não teve início no vazio, mas com uma Monarquia já existente, restaurada pelo próprio franquismo como uma forma de continuação da ditadura após o general Franco e baseada, portanto, numa legalidade que não só uma grande parte dos cidadãos rejeitava, mas que a nova democracia se dispunha a modificar.

Por outro lado, era evidente que numa situação como aquela, com forças democráticas ainda débeis e aparelhos de Estado intactos, era necessário um forte elemento de estabilização e que este só podia ser a Coroa. Resultava claro, por exemplo, que a maioria do Exército, das Forças de Segurança, dos órgãos de Administração e do sistema judicial só aceitavam o sistema democrático e se integravam desigualmente no mesmo porque era encabeçado pelo Rei, não porque aceitassem a liderança dos partidos políticos. A questão de «Monarquia ou República» podia, pois, converter-se numa terrível linha divisória no próprio seio dos sectores sociais e políticos que eram a favor da democracia e ser a linha de reagrupamento de todos aqueles que estavam contra ela. Finalmente, para a própria Coroa era indispensável conseguir uma nova legitimidade democrática, pois de outro modo ver-se-ia obrigada a perpetuar a legalidade franquista — da qual procedia — e a barrar o caminho à democracia.

A questão da Monarquia afectava, além disso, um aspecto muito delicado da ideologia e da entidade orgânica dos partidos de esquerda. Retiro-me aos problemas dos sinais de identidade. Socialistas, comunistas, e nacionalistas de esquerda eram republicanos por tradição e por opção política. O republicanismo era um dos principais sinais de identidade. Aceitar a Monarquia equivalia, pois, a renunciar a um dos seus sinais de identidade mais enraizados.

Continuação da pág. 8



Espanha A transição

Continuação da pág. 7

Mas continuar a lutar pela República, nas condições concretas da transição política, era marginalizar-se desta e seguir um caminho que só podia desembocar num novo enfrentamento civil.

Era, pois, necessário um acordo. Mas nesse acordo não podia ter-se em linha de conta unicamente os factores conjunturais, mas essencialmente havia que resolver um contencioso histórico que tinha destruído o País e que tinha sido um obstáculo para resolver os verdadeiros problemas de fundo. Para a Coroa, continuar como no passado era entrar novamente numa espiral de enfrentamentos políticos que só podia conduzir a um novo conflito civil. Para a esquerda era necessário superar um dos seus sinais de identidade mais enraizados, mas simultaneamente mais equívocos, dado que situava a questão principal em algo que, como demonstraram as experiências de outras monarquias europeias e de outras repúblicas, pode não ser o problema mais importante.

O compromisso constitucional sobre a Monarquia parlamentar não foi, pois, unicamente um acordo conjuntural para permitir que a transição para a democracia fosse avante, mas um compromisso de alcance histórico que, pela primeira vez, permitia superar uma das grandes divisões políticas deste país e integrar diferentes interesses.

Referi-me à questão da Monarquia como um exemplo significativo do carácter do modelo político iniciado pela Constituição de 1978. O mesmo se poderia dizer relativamente a outros contenciosos importantes, como o da separação entre a Igreja e o Estado, a abolição da pena de morte, a maioridade aos 18 anos, a liberdade de sindicalização e de greve, o reconhecimento explícito do pluralismo político, a plena igualdade dos sexos, a liberdade de expressão, etc.

O PSOE no poder

Neste quadro geral, as forças políticas mais arreigadas e com maior tradição tiveram de proceder a importantes revisões ou actualizações do seu património ideológico. Isto fez-se com grandes dificuldades, porque todas as forças políticas estavam na clandestinidade e, por conseguinte, não podiam desenvolver qualquer debate político ou ideológico em condições normais. Por outro lado, a maioria das forças políticas clandestinas estava dividida entre o interior e o exílio, o que criou numerosos problemas de orientação, de direcção política-organizativa e até de comunicação.

O caso do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) é paradigmático. Quase sem tempo de digerir a nova situação, o PSOE achou-se a governar primeiro os grandes municípios e a breve trecho o Estado, levado por uma autêntica onda de sufrágios e de esperanças populares. E esse partido, alargado subitamente com a entrada de milhares de novos militantes com experiências muito



Felipe González e Mário Soares (ambos, chefes de Governo) numa recepção em Lisboa



Chefes militares assistem a um desfile no Colégio de Guardia Civil, perto de Madrid

diversas ou mesmo sem nenhuma experiência política, teve a curto prazo de fazer face à imensa tarefa de gerir aparelhos de Estado criados historicamente pela direita mais conservadora.

À frente desses aparelhos e sem os controlar plenamente, o PSOE teve de empreender a tarefa de alicerçar a democracia, modernizar a estrutura produtiva, reformar os próprios aparelhos do Estado, impulsionar a descentralização de um Estado historicamente centralista, legitimar uma nova ideia de nação e, simultaneamente, forjar um novo partido com uma militância de enxurrada que ia adquirindo experiência através das instituições públicas que geria.

Tal como tinham feito os comunistas e outras formações de esquerda, mas com o peso de responsabilidades políticas muito maiores, o PSOE dedicou a maior parte das suas reflexões teóricas a desligar-se de um passado que o legitimava, mas que lhe servia de pouco para abordar as novas tarefas. Impulsionado pela conjuntura e com escassas possibilidades de debate e argumentação — entre outras razões por falta de uma boa tradição de elaboração teórica —, teve que ajustar as suas próprias contas com o marxismo, com o republicanismo, com o antimilitarismo e com o anticlericalismo. Perante a nova realidade, autonómica, teve também que ajustar contas com o jacobinismo e redescobrir a tradição federal. Mas tudo isto em cima da hora e com um partido preocupado essencialmente com as exigências conjunturais da gestão institucional, da luta contra a crise económica, da reconversão industrial, da reforma das institui-

ções, da ameaça do terrorismo e da institucionalização das autonomias em polémica aberta com os nacionalismos. Nessas condições, a sua grande opção política e ideológica foi a reforma — teorizada com o conceito genérico de modernização —, mas na prática o dilema com que se debateu foi o dilema entre reforma e adaptação. Finalmente, importa assinalar que a crise dos diversos partidos de direita, do centro e da esquerda — como a Aliança Popular, o Partido Nacionalista Basco, a anterior União do Centro Democrático e o Partido Comunista — colocou o PSOE numa situação singular de ter que actuar ao mesmo tempo como partido de direita moderada, do centro e de esquerda.

Por parte de vários sectores políticos e intelectuais acusa-se amiúde os socialistas — e também os comunistas! — de terem abandonado os princípios, de terem renunciado ao seu património ideológico anterior e de terem caído no puro pragmatismo. Em minha opinião, o problema não é tão simples. Como tentei fazer realçar, não é possível por correctamente a questão e muito menos dar uma resposta adequada, sem ter em conta dois tipos de elementos: 1) as circunstâncias históricas de cada país e, concretamente no caso de Espanha, as condições em que se realizou a transição para a democracia; 2) os novos problemas e contradições das sociedades de capitalismo desenvolvido, que obrigam a uma nova reflexão teórica e que a esquerda não soube ou não pôde abordar devidamente. Os recentes debates e as novas propostas programáticas dos socialistas alemães, dos trabalhistas britânicos e dos comunistas ita-

lianos são um exemplo claro do quadro das novas preocupações. Aquilo que tentei explicar é que, na Espanha de hoje, não existem condições propícias para um debate em profundidade sobre as questões gerais, porque as principais energias da esquerda no poder devem dedicar-se a fortalecer uma democracia recente, e em muitos aspectos ainda precária, e as da esquerda na oposição, simplesmente a recompor um espaço político perdido devido à sua crise interna.

Questões em aberto

Quero terminar com algumas reflexões breves, à guisa de balanço geral. Entendo que, não obstante as contradições e as deficiências apontadas, a esquerda espanhola resolveu bem o principal problema que se punha, ou seja, a consolidação da democracia. Creio que, apesar das dificuldades e dos problemas ainda existentes, a democracia como sistema superou os momentos mais difíceis e alicerçou-se solidamente. Também se avançou na luta pela reconversão de uma indústria obsoleta e na luta contra a inflação. Em contrapartida, não se progrediu na batalha contra o desemprego, que continua a ser o problema social mais importante.

Juntamente com este subsistem dois grandes problemas por resolver: o primeiro, é a estrutura política da sociedade espanhola. Hoje, em Espanha, o sistema de partidos políticos é muito débil e os níveis de militância política e sindical são dos mais baixos da Europa, sem que isso tenha sido compensado pelo desenvolvimento de uma vasta articulação de associações e entidades cívicas.

O segundo problema é o da institucionalização das autonomias e a pacificação das querelas sobre o conceito de nação. A criação de um autêntico sistema de Comunidades Autónomas deu até agora resultados desiguais. Em Espanha existem hoje 17 Comunidades Autónomas, cada uma com o seu Parlamento e o seu Governo. Mas a descentralização efectiva do Estado ainda mal começou. Existem riscos de paralisação e inclusivamente de marcha atrás, especialmente devido aos efeitos da integração na Comunidade Económica Europeia, que podem produzir um novo centralismo de tipo tecnocrático. Por outro lado, os nacionalismos periféricos — o catalão e o basco, essencialmente — têm mantido uma política constante de enfrentamento com o poder central, especialmente com o governo socialista, segundo a velha dialética do inimigo exterior. Se a isso se juntar a inércia ou a resistência activa dos velhos aparelhos do Estado e as incompreensões políticas a partir do poder ou da oposição, o resultado é que a velha dissensão sobre o conceito de nação espanhola não se resolveu, antes se reavivou. No País Basco e também na Catalunha — embora em menor grau, há um recrutamento evidente do independentismo e os partidos nacionalistas levam a cabo autênticas escaladas verbais sobre a autodeterminação e a independência de ambas as nacionalidades, o que gera um clima geral de desconfiança e de conflito que pode provocar tensões muito sérias. A solução destes dois problemas constitui hoje o principal desafio para as forças democráticas. O êxito ou fracasso na solução dos mesmos condicionará tudo o resto e é a verdadeira pedra de toque de todas as concepções sobre a libertação em Espanha.

* Jordi Solé Tura, Decano da Faculdade de Direito da Universidade de Barcelona.

Mensagens Pessoais

Spectrum 48 K

Vendo Spectrum 48 k com manual em português, mais 30 jogos — 15 000\$00. Contactar Paulo Vaz. Tel. 251 70 17.

Spectrum 48 K

Vendo Spectrum 48 K com manual em português, mais livros «Aprofundar o Basic» e «Novas Aventuras para ZX Spectrum», 18 contos. Contactar Morais e Castro, tel. 37 35 14.

Som & Imagem

Vendo máquina fotográfica Cannon modelo A-1 com Zoom 70-210 mm, misturador de som marca Rodec mod. SM 200, colunas Wharfedale Mach 5 e amplificador de som Pioneer mod. A-6.

Contactar por carta: Luís Miguel Sotto Casals, Estrada dos Ciprestes n.º 37-1.º Esq. 2900 SETÚBAL.

Guarda-fatos

Vendo guarda-fatos de casal como novo, com bom espelho. Também seis cadeiras (duas ou duas) que não foram estreadas, em madeira de castanho e estofadas com molas, muito bonitas. Preços módicos.

Carpete redonda cor de laranja e duas antenas de TV interiores, tudo barato. Tel. 898336.

Algés-Cascais

Compro casa entre Algés e Cascais, apartamento ou andar, até 3 000 contos. Caso não apareça oferta capaz aceitei propostas para casas situadas em Lisboa até à Amadora. Tenho urgência na aquisição. Informa o Telefone — 084-22352

S.O.S. Rockers

A essência maior do Rock'N'Roll é o companheirismo e a amizade (I can't help myself)! João Miguel Franco, Largo Bispo de Mariana, 15-3.º esq/rt, 2520 — Peniche.

Bancários — Férias Frias

Aluga-se apartamento To, preço acessível integrado no Aldeamento Turístico de Pedras d'El-Rei c/piscina, praia, supermercado e restaurante, a 5 km de Tavira — lugar agradável e temperatura ambiente agradável. Contactar telefone 2078464, após 19 horas.

Regulamento

Cada leitor poderá enviar-nos, até à quarta-feira de cada semana, as suas «mensagens pessoais», que o «Sete Ponto Sete» publicará gratuitamente na edição seguinte. Cada mensagem não deve ter mais de 60 palavras (incluindo a identificação), e nem o «Sete Ponto Sete» nem o «Diário de Lisboa» podem ser os destinatários das respostas, quer dizer: cada mensagem deve mencionar a morada ou telefone do seu autor. Dactilografe ou redija muito legivelmente o seu texto, e envie-o para «Mensagens Pessoais», «Sete Ponto Sete», «DL», Rua Luz Soriano, 44, 1200 LISBOA.